

RELATÓRIO 2013



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA



MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA EM 2013

JOARES PONTICELLI
Presidente

ROMILDO TITON
1º Vice-Presidente

PADRE PEDRO BALDISSERA
2º Vice-Presidente

KENNEDY NUNES
1º Secretário

NILSON GONÇALVES
2º Secretário

MANOEL MOTA
3º Secretário

JAILSON LIMA
4º Secretário



SUMÁRIO

1 - Mensagem do Presidente	06
Ano de responder questionamentos e atender anseios do cidadão	
2 - Apresentação	08
Conheça os números que marcaram a ação do Parlamento estadual em 2013	
3 - Novas Leis	14
Catarinenses têm direitos ampliados e conquistam maior qualidade de vida	
4 - Grandes Temas	30
Defesa do carvão mineral, revisão do Código Ambiental, inclusão dos deficientes e combate às drogas foram prioridades de gestão	
5 - Debates	42
Comissões técnicas aprimoram leis e ampliam debates com a população	
6 - Eventos	66
Encontros com a Assembleia reúnem mais de oito mil pessoas	
7 - Homenagens	78
História e personalidades catarinenses conquistaram reconhecimento	
8 - Cidadania	92
Confira as ações da Escola do Legislativo e do Programa Antonieta de Barros	
9 - Comunicação	102
Veículos de comunicação legislativos garantem transparência às atividades	
10 - Cultura	106
Palácio Barriga Verde sediou exposições de arte e lançamentos literários	
11 - Administração	214



MENSAGEM DO PRESIDENTE

ANO DE RESPONDER
QUESTIONAMENTOS E ATENDER
AOS ANSEIOS DO CIDADÃO

“Em 2013 colocamos em prática várias ações significativas, como a extinção do voto secreto e o fim do pagamento da convocação e desconvocação dos deputados estaduais.”

“As manifestações que eclodiram nas ruas de todo o país ampliaram a missão legislativa, levando os representantes públicos a repensar suas ações e buscar a reaproximação de instituições e poderes com a população.”

“Foi preciso criar um novo olhar para Santa Catarina.”

Ao assumir a presidência da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em fevereiro de 2013, tinha em mente a missão de garantir harmonia e independência à ação parlamentar catarinense. Durante nossa gestão, as manifestações que eclodiram nas ruas de todo o país ampliaram esta missão ao revelar outra necessidade emergencial: a de rever as ações políticas e de reaproximar as instituições e poderes públicos da população. Foi preciso criar um novo olhar para Santa Catarina.

Para consolidar os novos rumos e dar respostas ao clamor das ruas, colocamos em prática várias ações significativas. A primeira delas foi acabar com as remunerações relativas à convocação e desconvocação dos deputados estaduais. Com isto, R\$ 1,6 milhão deixam de ser gastos todos os anos pelo Parlamento estadual.

Outra medida, desta vez de impacto histórico, foi tomada pelos deputados catarinenses em 2013: a extinção do voto secreto em Santa Catarina, garantindo que o cidadão tenha acesso a todas as decisões e votos do seu parlamentar. A transparência das ações legislativas e o zelo com os recursos públicos permaneceram como prioridades durante toda a gestão.

E com o objetivo de aproximar ainda mais o Legislativo do cidadão catarinense foi criado o programa Encontros com a Assembleia, que trouxe personalidades de renome nacional para debater suas ideias e experiências em eventos gratuitos realizados em várias regiões do Estado. O sucesso do programa foi evidenciado pela participação de mais de oito mil pessoas, que esgotaram rapidamente as inscrições em cada um dos nove Encontros.

Outros grandes temas foram eleitos nesta gestão e se transformaram em ações e campanhas institucionais. Um deles foi a inclusão de pessoas com deficiência, que já é um programa oficial de estágio no Legislativo catarinense. Outro tema de relevância para o setor produtivo foi a revisão do Código Ambiental, aprovada pelos parlamentares em dezembro de 2013.

Prevenção às drogas foi outro tema escolhido. O programa Reviver, reivindicado pelo Legislativo e implantado pelo Executivo estadual, garante agora oportunidade de tratamento a dependentes químicos. Para concluir, o Parlamento catarinense ampliou as ações de defesa do uso do carvão mineral na matriz energética nacional, que dará forte impulso econômico não apenas à região Sul, mas a todo o estado de Santa Catarina.

As conquistas de 2013 foram acompanhadas por mais um desafio, que foi o de estar à frente do governo do Estado interinamente, uma experiência que vivenciei com muita honra e grande zelo. A visita ao papa Francisco, que recebeu como presente uma linda escultura de Santa Catarina de Alexandria, abençoou 2013 e compensou todos os sacrifícios pessoais que foram necessários durante a liderança do Legislativo catarinense.

Minha gratidão aos cidadãos catarinenses, aos amigos parlamentares e aos meus familiares, não apenas pelo apoio, mas também pelas orientações positivas durante esta significativa caminhada.

Deputado Joares Ponticelli

Presidente da Assembleia Legislativa
de Santa Catarina



02
APRESENTAÇÃO



CONHEÇA OS NÚMEROS QUE MARCARAM A AÇÃO
DO PARLAMENTO ESTADUAL EM 2013

CONHEÇA OS NÚMEROS QUE MARCARAM A AÇÃO DO PARLAMENTO ESTADUAL EM 2013

A Revista Anual da Assembleia Legislativa de Santa Catarina traz um resumo da intensa atividade parlamentar e dos grandes debates junto à população catarinense em 2013.

O Parlamento estadual realizou 171 sessões ordinárias e extraordinárias para debater, aprimorar e aprovar 401 novas leis e atualizar outras 32. A Constituição do Estado de Santa Catarina também foi alvo de mudanças, com cinco novas emendas autorizadas pelo Legislativo.

No período, intensos debates foram promovidos pelas comissões técnicas do Parlamento estadual. Em 97 audiências públicas, a população encaminhou reivindicações, questionou propostas e teve voz ativa junto ao Legislativo. Também em 34 encontros do Orçamento Regionalizado, os cidadãos marcaram presença superior aos últimos anos para apontar quais as obras e ações prioritárias em suas regiões que devem receber recursos do Executivo.

Grandes palestras e uma forte participação em eventos também foram marcas do Legislativo, que durante todo o ano de 2013 levou seu apoio aos principais eventos regionais.

Estes e outros assuntos são temas das próximas páginas desta publicação, que traz exemplos das ações institucionais do Poder Legislativo, assim como, um resumo das atividades de cada parlamentar.

TRAMITAÇÃO DE MATÉRIAS EM 2013

Projetos de Lei protocolados

* De Origem Parlamentar: 434

* Do Poder Executivo: 171

* Total de Projetos de Lei protocolados no ano: 605

* Total de Projetos de Lei aprovados (inclui projetos protocolados em anos anteriores, mas votados em 2013): 401

Projetos de Lei Complementar protocolados

* De Origem Parlamentar: 17

* Do Poder Executivo: 18

* Do Tribunal de Justiça: 9

* Do Ministério Público: 7

* Do Tribunal de Contas do Estado: 1

* Total de Projetos de Lei Complementar protocolados no ano: 52

* Total de Projetos de Lei Complementar aprovados (inclui projetos protocolados em anos anteriores, mas votados em 2013): 32

Projetos de Emenda à Constituição protocolados

* De Origem Parlamentar: 4

* Do Poder Executivo: 2

* Total de Projetos de Emenda à Constituição protocolados no ano: 6

* Total de Projetos de Emenda à Constituição aprovados no ano (inclui projetos protocolados em anos anteriores, mas votados em 2013): 5

Projetos de Resolução protocolados: 15

* Aprovados (inclui protocolados em anos anteriores, mas votados em 2013): 9

Projetos de Decreto Legislativo protocolados e aprovados: 5

Mensagens de Veto apresentadas: 45

* Mantidos (inclui mensagens de anos anteriores): 31

* Rejeitados (inclui mensagens de anos anteriores): 6

ATIVIDADES DO PLENÁRIO

- 120 sessões ordinárias

- 51 sessões extraordinárias

- 17 sessões solenes

- 45 sessões especiais

ATIVIDADES DAS COMISSÕES

- 97 audiências públicas

- 34 audiências públicas do Orçamento Regionalizado

- 21 eventos diversos (seminários, fóruns, reuniões ampliadas)

03
NOVAS LEIS



CATARINENSES TÊM DIREITOS AMPLIADOS E
CONQUISTAM MAIOR QUALIDADE DE VIDA

VOTO SECRETO

FIM DO VOTO SECRETO DÁ TRANSPARÊNCIA À AÇÃO PARLAMENTAR

A Assembleia Legislativa deu exemplo para o país em 2013 ao ser um dos primeiros Estados a abolir o voto secreto nas deliberações em Plenário e nas comissões permanentes.

A transparência do poder público foi uma das reivindicações apresentadas pela população nos protestos que tomaram as ruas do Brasil, em junho deste ano. Para atender esse anseio, em julho os deputados estaduais catarinenses deram início às discussões para abolir o voto secreto em todas as votações em Plenário e nas comissões permanentes.

A iniciativa partiu do deputado Jailson Lima (PT), que apresentou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 3/2013, propondo o fim do voto secreto. O presidente da Assembleia, deputado Joares Ponticelli (PP), articulou com as bancadas partidárias a aprovação por unanimidade da proposta, que foi subscrita por todos os deputados da Casa.

PIONEIRISMO

O Parlamento catarinense foi um dos primeiros a pôr fim à votação secreta. Em 2004, foi aprovada uma PEC que acabou com esse procedimento em todas as deliberações, com exceção àquelas não permitidas pela Constituição Federal. A escolha dos integrantes da Mesa da Assembleia, por exemplo, passou a ser com voto aberto.

Com a aprovação no Congresso Nacional da PEC que extinguiu o voto secreto, as assembleias estaduais puderam seguir o mesmo procedimento. Santa Catarina foi, novamente, uma das primeiras. A PEC 3/2013 começou a tramitar em julho na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). No dia 4 de setembro, sua admissibilidade foi aprovada por unanimidade em Plenário. De volta à CCJ, a PEC recebeu parecer favorável.

No dia 30 de outubro, foi aprovada por unanimidade, promulgada no mesmo dia e transformada na Emenda Constitucional 66.

Procedimentos em que foi extinto o voto secreto, conforme a PEC 3/2013:

- aprovação dos conselheiros do Tribunal de Contas do Estado indicados pelo governador do Estado e para outros cargos e funções previstos em lei, como é o caso dos dirigentes das agências reguladoras;
- destituição do Procurador-Geral do Estado;
- cassação de mandato de deputado;
- apreciação de vetos do governador;
- eleição indireta de governador e vice-governador, em caso de vacância dos cargos nos dois últimos anos de mandato.

“O único voto secreto que temos que preservar é do eleitor, do cidadão que escolhe seus representantes. Não é mais possível que o representante esconda suas decisões. O eleitor deve saber como o seu representante está votando.” Deputado Joares Ponticelli (PP).



BOMBEIROS

SEGURANÇA EM PRIMEIRO LUGAR

A Assembleia se envolveu na discussão que culminou com a aprovação da lei que cria normas para prevenção e combate a incêndios e deu poder de polícia aos bombeiros do Estado.

No dia 27 de janeiro de 2013, os brasileiros acordaram de luto. Em Santa Maria (RS), 242 jovens perderam a vida no incêndio da Boate Kiss. A tragédia despertou na população e no poder público, a necessidade de tornar mais rígidas as normas para prevenção e combate a incêndios.

Em Santa Catarina, os deputados estaduais apresentaram sete projetos de lei tratando do assunto. O deputado Darci de Matos (PSD) protocolou duas propostas: uma que instituía a obrigação da contratação de pessoal habilitado para atuar em casos de emergência em todos os eventos



com mais de 200 participantes; e outra, que determinava a instalação de sistema informatizado para identificar o número de pessoas em todos os eventos com mais de 200 participantes.

O deputado Manoel Mota (PMDB) também apresentou dois projetos de lei. O primeiro proibia o uso de shows pirotécnicos, fogos de artifícios e equipamentos similares, além de efeitos especiais que possam trazer riscos de incêndio. Já o segundo tornava obrigatória a utilização de espuma de isolamento acústico antichamas nos recintos fechados.

O deputado Ismael dos Santos (PSD) propôs lei que tornaria obrigatória a divulgação de procedimentos de emergência nos recintos onde são realizados eventos que reúnam o público em geral. Já a deputada Ana



Paula Lima (PT) sugeriu a criação de novos sistemas de segurança contra incêndio e pânico em casas de diversões públicas. O deputado Antonio Aguiar (PMDB) também deu sua contribuição e propôs lei proibindo a utilização de materiais inflamáveis e não autoextinguíveis em recintos fechados de uso coletivo.

O Poder Executivo se mobilizou e apresentou o PL 65/2013. A proposta criou novas normas e procedimentos para prevenção e combate a incêndios e, de forma inédita, concedeu poder de polícia aos bombeiros do Estado para que interditassem estabelecimentos que estivessem em desconformidade com a lei.

Após meses de debates, que resultaram em reuniões conjuntas das comissões permanentes da Casa e em uma audiência pública, realizada em julho, os parlamentares decidiram unificar todas as propostas ao projeto de lei apresentado pelo Poder Executivo.

IMPASSE E NEGOCIAÇÕES

A expectativa era aprovar o PL 65/2013, já acrescido dos demais projetos, ainda em julho. Mas os municípios que contam com o serviço dos bombeiros voluntários, entre eles Joinville, reivindicavam a inclusão de suas corporações na proposta. O texto original previa que apenas os Bombeiros Militares poderiam interditar estabelecimentos.

Diante do impasse a votação foi adiada. Após forte mobilização dos bombeiros voluntários, foi apresentada uma emenda que dava aos municípios a possibilidade de celebrar convênios com essas instituições para fiscalização das normas de prevenção e combate a incêndio. Em 9 de outubro, após vários debates, os deputados aprovaram o PL 65/2013, que foi transformado na Lei Estadual 16.157, de 7 de novembro de 2013.

GERAL

PROTEÇÃO AO RECÉM-NASCIDO

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Joares Ponticelli (PP), apresentou o projeto de lei que cria um sistema biométrico para identificação de recém-nascidos em Santa Catarina. A proposta busca principalmente combater o desaparecimento de bebês, crianças e adolescentes no Estado, mediante a implantação de um sistema de identificação mais eficiente e seguro do que a coleta das impressões digitais com tinta, sistema atualmente utilizado. A iniciativa, aprovada por unanimidade pelos deputados em outubro deste ano e transformada na Lei 16.170, de 14 de novembro de 2013, também representa um combate à prevenção de crimes praticados contra crianças, como a subtração e troca em maternidade, adoção ilegal, abandono, entre outros.



TRANSPARÊNCIA NOS PEDÁGIOS

Os parlamentares aprovaram em 2013, o projeto de lei do deputado Gelson Merisio (PSD) que obriga as concessionárias que administram rodovias no Estado a divulgarem valores arrecadados e investidos com a cobrança de pedágio. A divulgação deve ser feita em painéis visíveis aos usuários da rodovia, pela internet e na imprensa. A proposta, aprovada por unanimidade e transformada na Lei 16.008, de 21 de maio de 2013, prevê multa de R\$ 5 mil em caso de desobediência.



OUTUBRO ROSA E MULHERES

A Assembleia Legislativa aprovou, no começo de 2013, projeto de lei de autoria da deputada Ana Paula Lima (PT) inserindo nas faturas dos serviços de água, luz e telefone no Estado, a mensagem: "Diga não à violência contra a mulher – denuncie – ligue 180". A proposta foi transformada na Lei 15.986, de 9 de abril de 2013.

As mulheres tiveram ainda dois projetos importantes aprovados neste ano pelo Legislativo. Em junho, foi sancionada a Lei 16.028, de 21 de junho de 2013, apresentada na Assembleia pela deputada Dirce Heiderscheidt (PMDB), oficializando o mês Outubro Rosa no Estado, dedicado a ações preventivas à integridade da saúde da mulher.

Já em julho, após mobilização de candidatas aprovadas em concurso da Polícia Militar e da bancada feminina da Assembleia, o Poder Executivo encaminhou um projeto de lei complementar (PLC) reduzindo de 1,65 metro para 1,60 metro a altura mínima exigida para a admissão de integrantes do sexo feminino na corporação. A proposta foi aprovada com rapidez pelos deputados e transformada na Lei Complementar 601, de 11 de julho de 2013.

INCENTIVO À CULTURA CATARINENSE

Em 2013, os deputados estaduais apresentaram uma proposta de emenda à Constituição (PEC) concedendo apoio administrativo, técnico e financeiro a entidades culturais do Estado. A proposta alterou o artigo 173 da Constituição Estadual e foi aprovada e transformada na Emenda Constitucional 65, de 19 de junho de 2013. A medida beneficia, em especial, a Academia Catarinense de Letras, a Academia Catarinense de Letras e Artes, o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, a Orquestra Sinfônica de Santa Catarina, a Associação Cultural Cinemateca Catarinense e a Federação Catarinense de Teatro.

Já o deputado Serafim Venzon (PSDB) apresentou projeto de lei obrigando a destinação de espaço para a exposição e a comercialização de artesanato catarinense em eventos que recebam apoio financeiro do governo estadual. A proposta foi aprovada e sancionada como Lei 16.010, de 21 de maio de 2013.

AUXÍLIO FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS

O governo estadual encaminhou à Assembleia Legislativa, no primeiro semestre de 2013, o Projeto de Lei 46/2013, instituindo o Programa Badesc Cidades Juro Zero. A proposta era conceder financiamentos com subvenções econômicas aos municípios catarinenses para obras de infraestrutura, aquisição de máquinas e equipamentos para a melhoria da qualidade de vida da população. O PL foi aprovado em Plenário e sancionado (Lei 16.006, de 21 de maio de 2013). Os municípios passaram a contar com uma linha de crédito de R\$ 400 milhões, com juros subsidiados, 12 meses de carência e 36 meses para pagamento.

Ainda no primeiro semestre, o Executivo encaminhou outro projeto, criando o Fundo Estadual de Apoio aos Municípios (Fundam). A proposta disponibilizou, a fundo perdido, R\$ 500 milhões, provenientes do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), divididos entre os 295 municípios catarinenses. O recurso é destinado a obras de infraestrutura, mobilidade urbana, saneamento básico e aquisição de equipamentos, materiais ou veículos destinados aos serviços de saúde e educação. Aprovado pelos deputados em junho, o projeto foi vetado parcialmente pelo governo estadual.

MENOS BARULHO

No combate à poluição sonora e pensando no conforto dos usuários do sistema de transporte coletivo, o deputado Sandro Silva (PPS) apresentou projeto de lei proibindo a utilização de aparelhos sonoros com sistema de reprodução e amplificação de som no modo alto-falante dentro dos ônibus coletivos. A proposta foi aprovada por unanimidade pelos deputados e transformada na Lei 15.982, de 9 de abril de 2013. Ela prevê que, em caso de desobediência, o passageiro será advertido verbalmente pelo motorista do veículo e, se necessário, obrigado a desembarcar do ônibus.

REAJUSTES SALARIAIS PARA O FUNCIONALISMO

No mês de março, o Poder Executivo encaminhou para a Assembleia projeto de lei complementar (PLC) concedendo reajuste de 8% a 15% para os servidores do magistério estadual no ano. Conforme a proposta, os salários dos membros ativos e inativos, em regime semanal de 40 horas, receberam o reajuste. Os servidores efetivos que desempenham a função de analista técnico em gestão educacional receberam uma gratificação de produtividade. O PLC foi aprovado por unanimidade em março pelos deputados e transformado na Lei Complementar 592, de 20 de março de 2013.

Já em maio, o Executivo encaminhou PLC concedendo gratificação aos agentes penitenciários do Estado, como parte do acordo que pôs fim à greve da categoria, realizada no final de abril. Devido à necessidade dos servidores, o PLC tramitou rapidamente e foi aprovado em uma semana (Lei Complementar 598, de 28 de maio de 2013). Pela proposta, os servidores receberão um adicional de 100%, parcelado em cinco vezes, com as duas primeiras parcelas pagas já em 2013 e as demais em 2014 e 2015.

No mês de agosto, foi a vez dos servidores da Udesc serem contemplados com reajuste. PLC encaminhado pelo governador concedeu 5,84% de aumento, com valor referencial fixado em R\$ 285,90, retroativo a abril de 2013. Aprovada em Plenário, a proposta foi transformada na Lei Complementar 602, de 30 de agosto de 2013.

PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO LEGISLATIVO

Os parlamentares aprovaram em outubro um projeto de resolução do deputado Dado Cherem (PSDB) que incentiva a participação popular na tramitação das proposições da Assembleia Legislativa. Conforme a Resolução 006, de 21 de outubro de 2013, o site do Parlamento disponibilizará mecanismo que permita ao cidadão, mediante ca-

dastrado, manifestar sua opinião, de forma eletrônica, sobre projetos de lei, propostas de emenda à Constituição e outras matérias que estiverem em discussão na Casa.

JOVENS E BEBIDAS ALCOÓLICAS

Referendando a legislação federal, o deputado Jailson Lima (PT) apresentou em 2011 o PL 361/2011, proibindo venda, oferta, fornecimento, entrega e permissão de consumo de bebidas alcoólicas, mesmo que gratuitamente, aos menores de 18 anos em Santa Catarina. A proposta foi aprovada por unanimidade pelos deputados e transformada na Lei 16.035, de 21 de junho de 2013.

MAIS RECURSOS E AGILIDADE NAS OBRAS

A Assembleia aprovou em setembro, mais uma operação de crédito do governo estadual, no valor de R\$ 2 bilhões, junto ao Banco do Brasil, para atender às obras previstas no programa Pacto por Santa Catarina. O empréstimo foi regulamentado por projeto de lei encaminhado pelo Executivo, aprovado por unanimidade pelos deputados e transformado na Lei 16.129, de 23 de setembro de 2013.





Para dar mais celeridade às obras do Pacto, os parlamentares já haviam aprovado no primeiro semestre, projeto de lei do Poder Executivo instituindo o Regime Diferenciado de Contratações Públicas nas licitações e contratos relativos ao Pacto por SC (Lei 16.020, de 6 de junho de 2013). O RDC já é utilizado pelo governo federal nas obras do PAC.

VALORIZAÇÃO DE SANTA CATARINA

Em junho, os parlamentares aprovaram projeto de lei do deputado José Nei Ascari (PSD) denominando “Vale Catarinense da Produção de Gado Jersey”. O conjunto de municípios é composto por: Anitápolis, Armazém, Braço do Norte, Grão Pará, Gravatal, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, São Ludgero e São Martinho, no Sul do Estado. A proposta foi transformada na Lei 16.023, de 6 de junho de 2013.

Também para valorizar aspectos culturais e econômicos do Estado, os deputados aprovaram projeto do deputado Manoel Mota (PMDB) reconhecendo a Festa do Vinho Goethe dos municípios de Pedras Grandes e Urussanga, também no Sul de Santa Catarina, como integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural (Lei 16.154, de 29 de outubro de 2013).

ECONOMIA

Em reconhecimento à importância da apicultura para o Estado, os deputados Joares Ponticelli (PP) e José Nei Ascari (PSD) apresentaram em 2013, projeto de lei regulamentando a criação, o comércio e o transporte de abelhas sem ferrão (meliponíneas). A proposta surgiu

diante da inexistência de normas técnicas claras a respeito da criação desse tipo de inseto, o que dificulta o registro comercial e perante ao Ibama, de meliponários (agrupamento de colmeias de abelhas sem ferrão). O projeto foi aprovado por unanimidade e transformado na Lei 16.170, de 14 de novembro de 2013.

PREFERÊNCIA AO ARROZ PARBOILIZADO

O deputado Carlos Chiodini (PMDB) apresentou em 2011 projeto de lei, dando prioridade à aquisição de arroz do tipo parboilizado para a merenda das escolas de Santa Catarina e outros integrantes do mercado institucional, como os hospitais mantidos pelo Estado. O objetivo é oferecer uma alimentação mais saudável, já que esse tipo de arroz tem todas as vantagens do arroz polido e do integral. A proposta foi aprovada no primeiro semestre e transformada na Lei 16.054, de 9 de julho de 2013.

DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

No mês de julho, os parlamentares derrubaram o veto do Poder Executivo ao projeto que havia sido aprovado pelos deputados no fim de 2012. Trata-

se do Projeto de Lei 343/12, do deputado José Nei Ascari (PSD), que assegura prioridade na tramitação dos procedimentos judiciais e administrativos em que figure como parte ou interessado pessoa com deficiência. Com a derrubada do veto, a proposição foi transformada na Lei 16.061, de 19 de julho de 2013.

VOTAÇÕES INTENSAS EM DEZEMBRO

No último mês de atividades parlamentares os deputados estaduais aprovaram mais de 80 proposições. Ganharam destaque dois projetos: o que revisou o Código Ambiental do Estado (PL 305/13) e o que fixa o salário mínimo regional dos trabalhadores em Santa Catarina. Também foi aprovada a Lei Orçamentária Anual de 2014 (PL 415/13), com um orçamento previsto pelo Estado em R\$ 21,256 bilhões. Foram incluídas 122 emendas parlamentares ao texto, contemplando as prioridades elencadas no Orçamento Regionalizado promovido pela Assembleia.

Na área ambiental ainda foi aprovado o PL 582/13, que dispõe sobre procedimentos, atividades e empreendimentos a serem licenciados por meio da



nova modalidade intitulada Licença Ambiental por Compromisso (LAC) no âmbito da Fatma. Também trata de procedimentos, atividades e empreendimentos passíveis de terem suas licenças ambientais renovadas por meio eletrônico. De acordo com a justificativa apresentada pela Fatma, o objetivo é dar mais celeridade ao trâmite dos processos de licenciamento ambiental.

O acordo celebrado entre sindicatos trabalhistas e empresários fez com que os valores do Salário Mínimo Regional de Santa Catarina fossem definidos ainda em 2013, o que culminou com a aprovação da proposição no Parlamento. Os pisos salariais no Estado para a primeira, segunda, terceira e quarta faixas salariais, foram definidos, respectivamente, em R\$ 865, R\$ 867, R\$ 912 e R\$ 957, com reajuste de aproximadamente 9,4% em comparação com as faixas atuais.

Os deputados também aprovaram o PL 11/2013, da deputada Luciane Carminatti (PT), que torna obrigatória a vistoria, por parte do Corpo de Bombeiros, dos prédios que abrigam escolas públicas e particulares em Santa Catarina.

Ainda foi aprovado o PL 103/10, do deputado Joares Ponticelli (PP), que coíbe a venda de produtos falsificados, contrabandeados ou de origem duvidosa, com a cassação do cadastro no ICMS do estabelecimento que comercializar esse tipo de mercadoria.



PROPOSTAS DO EXECUTIVO

Também foi aprovado em dezembro, o pacote salarial encaminhado pelo governo do Estado, com dez proposições que incorporam e extinguem gratificações pagas a várias categorias de servidores e alteram o teto salarial. Além desses dez projetos, o pacote conta com uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que possibilitou o aumento no teto salarial do funcionalismo e a aprovação dos demais projetos.

Várias categorias de servidores foram atingidos pelos projetos, incluindo policiais civis e militares. Segundo o líder do governo, deputado Aldo Schneider (PMDB), a aprovação do pacote beneficiará em torno de 25 mil servidores públicos e injetará R\$ 950 milhões na economia catarinense.



SAÚDE

Deputados transformaram em lei, três Medidas Provisórias (MP) do Poder Executivo que fazem parte de um conjunto de medidas adotadas para minimizar os problemas na rede estadual.

Em setembro de 2013, o governo estadual anunciou uma série de medidas para enfrentar os problemas na rede pública de saúde mantida pelo Estado. Elas resultaram na apresentação, no mesmo mês, de três Medidas Provisórias (MPs), que foram apreciadas pelos deputados e posteriormente transformadas em lei.



A MP 190/2013 criou e deu concessão de auxílio financeiro às Centrais de Regulação no Estado de Santa Catarina. O objetivo principal dessa medida é reduzir a fila de espera por internações hospitalares, consultas especializadas e exames no Estado, regulando o acesso a leitos e procedimentos hospitalares nos hospitais vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS). A MP foi aprovada por unanimidade pelos deputados e transformada na Lei Estadual 16.158, de 11 de novembro de 2013.

A MP 191/2013 concede incentivo financeiro aos municípios do Estado de Santa Catarina destinado a consultas e exames de média complexidade. A proposta visa auxiliar os municípios do interior a oferecerem esses procedimentos, a fim de evitar o deslocamento excessivo de pacientes aos grandes centros, principalmente à capital. Esses deslocamentos, além de prejudicarem a saúde dos pacientes, geram custos extras para os cofres públicos. A MP foi transformada na Lei Estadual 16.159, de 11 de novembro de 2013, e aprovada por unanimidade pelos parlamentares.

Já a MP 192/2013 instituiu o Plano de Gestão da Saúde, composto pelo Programa de Estímulo à Produtividade e à Atividade Médica, pelo Programa Estadual Permanente de Mutirões de Procedimentos Clínicos e Cirúrgicos Eletivos e pelo Programa de Profissionalização da Gestão Hospitalar. A proposta do governo é estimular, por meio de incentivo financeiro, a melhoria nos índices de atendimento nos hospitais estaduais, reduzindo a fila de espera pelos procedimentos.

A proposta não teve unanimidade em sua aprovação. Os parlamentares da oposição questionaram o fato do incentivo financeiro ser concedido apenas aos médicos e gestores e cobraram do governo a inclusão dos demais servidores da saúde nos programas. Com o Plenário lotado de servidores, a proposta foi transformada na Lei Estadual 16.160, de 11 de novembro de 2013.



04

GRANDES TEMAS



DEFESA DO CARVÃO MINERAL, REVISÃO DO CÓDIGO AMBIENTAL, INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E COMBATE ÀS DROGAS FORAM PRIORIDADES DE GESTÃO

CARVÃO MINERAL

PARLAMENTO EM DEFESA DA FONTE SEGURA DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O BRASIL



Entre as principais bandeiras da Assembleia Legislativa de Santa Catarina em 2013 e anunciadas pelo presidente da Casa, deputado Joares Ponticelli (PP), esteve a defesa do uso do carvão mineral como fonte segura para a produção de energia elétrica no país. Em parceria com o Parlamento riograndense, os deputados estaduais catarinenses festejaram o anúncio da volta do carvão mineral aos leilões de produção de eletricidade do governo federal. Santa Catarina e Rio Grande do Sul detêm 99% das reservas do mineral no país, responsável por 1,4% da matriz energética nacional. Estima-se que as jazidas catarinenses podem ser exploradas pelos próximos 300 anos, o que poderia ser um incremento considerável na economia do Sul do Estado.

Lideranças políticas, empresariais e trabalhadores vinham pressionando o governo há quatro anos para que o carvão voltasse a fazer parte dos leilões de compra de energia elétrica do país, proibido desde 2009 em virtude de acordos internacionais para a redução de emissões de gases poluentes. A decisão tão aguardada veio no dia 19 de março, com o anúncio do ministro de Minas e Energia, Edson Lobão, de que o minério

voltaria a fazer parte dos leilões, já no segundo semestre deste ano. A decisão é a garantia para que novos projetos de usinas termelétricas possam sair do papel em Santa Catarina, como a Usitesc, em Treviso, num investimento previsto de R\$ 2 bilhões.

Outra vitória comemorada pela Frente Parlamentar em Defesa do Carvão Mineral, presidida pelo deputado Valmir Comin (PP), foi o decreto que cria a política de incentivos fiscais e tributários às novas usinas termelétricas a carvão mineral em Santa Catarina, assinado pelo governador Raimundo Colombo (PSD) em agosto. Com o decreto, novos empreendimentos para a produção de eletricidade a partir do carvão terão concessão de incentivos fiscais sobre as aquisições internas e importações de equipamentos, quando não houver similar nacional, e sobre insumos para a

construção e operação das usinas. Na prática, haverá o diferimento de ICMS, com a postergação do recolhimento do imposto.

Ao longo de 130 anos de exploração de carvão mineral no Brasil, muitos cenários marcaram a indústria mineradora. O fato é que a atividade alavancou o desenvolvimento econômico e social de grandes regiões do Sul do país. Ao longo de todo este tempo, o carvão teve ciclos bons e ruins, mas sua produção quase foi extinta por barreiras ambientais, governamentais e aspectos insalubres que desvalorizaram a profissão de mineiro. No entanto, a crise energética no país e a promessa de novas técnicas de sustentabilidade, tratamento dos rejeitos e recuperação de áreas exploradas reacendem a indústria carbonífera brasileira, especialmente em Santa Catarina.

O CARVÃO FAZ PARTE DO DESENVOLVIMENTO DO SUL CATARINENSE

A produção de carvão gera quatro mil empregos diretos em Santa Catarina, segundo a Federação Interestadual dos Mineiros do Sul do País. A soma alcança mais de 35 mil empregos indiretos com a mineração catarinense. Os mineiros têm jornada de seis horas e atuam em seis mineradoras da região Sul. Com 15 anos de trabalho, podem se aposentar aqueles que estão em subsolo. Este benefício e o salário médio inicial de R\$ 1.800 atraem cerca de 50 candidatos a cada nova vaga nas indústrias carboníferas, de acordo com informações do sindicato da categoria.

As reservas de carvão em Santa Catarina alcançam mais de três bilhões de toneladas, distribuídas em dois mil quilômetros quadrados no subsolo de 15 municípios – o que representa 10% das reservas do país. A Tractebel Energia compra 95% do carvão produzido no Estado, em média, 240 mil toneladas por mês, que abastecem suas três usinas do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, na cidade de Capivari de Baixo, com capacidade de geração de 857 MW.

O carvão é transportado até a usina pelos trens da Ferrovia Tereza Cristina (FTC). Com isso, deixam de circular pela BR-101 cerca de 300 caminhões por dia num trecho de mais de 100 quilômetros. A FTC investiu nos últimos anos mais de R\$ 46,5 milhões em modernização de locomotivas e recuperação dos trilhos.

A produção de carvão, segundo a Tractebel, injeta na economia do Sul catarinense mais de R\$ 750 milhões por ano. De acordo com a companhia, um terço do saco de cimento consumido em Santa Catarina é composto das cinzas do carvão retidas nas chaminés da Usina Jorge Lacerda. Mais uma prova de que consciência ambiental e novas tecnologias, aliadas à valorização e segurança do mineiro, podem tornar segura e viável a produção do carvão mineral e a retomada deste nicho econômico que movimentava a economia no Sul do Brasil.

PARLAMENTOS DO SUL ASSINAM TERMO EM FAVOR DA PRODUÇÃO DE CARVÃO MINERAL

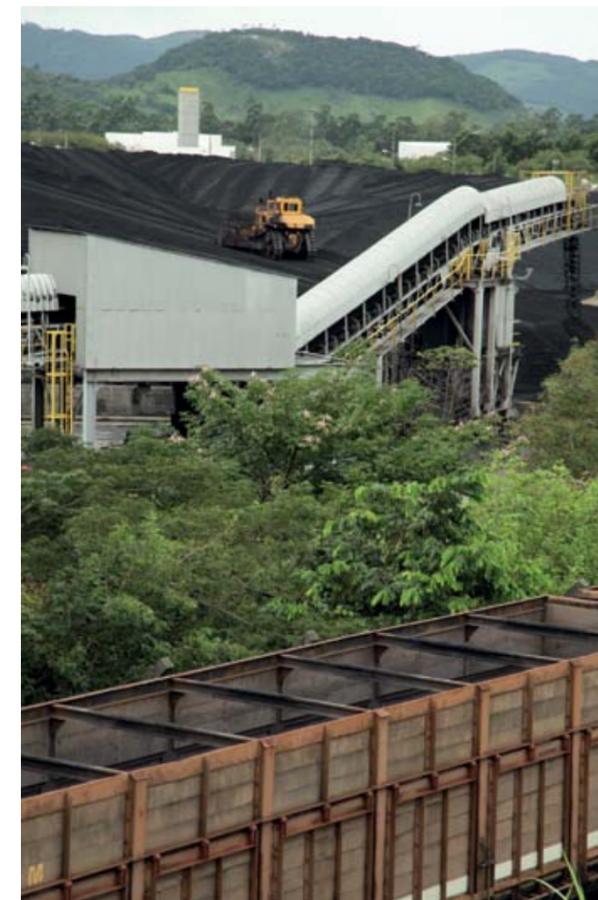
O seminário “Panorama Energético e o Carvão Mineral”, realizado no dia 24 de agosto, no Plenário Osni Régis, foi encerrado com a leitura do documento que solicita aos governos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul apoio para a produção do carvão mineral para o uso na matriz energética do país. Os dois estados detêm 32 bilhões de toneladas de reserva do mineral, utilizado hoje na produção de 1,4% da energia elétrica consumida no Brasil.

O seminário do carvão foi uma promoção dos parlamentos catarinense e gaúcho, que possuem frentes de apoio ao uso do mineral. Sindicatos

da indústria e a Associação Brasileira do Carvão Mineral também apoiaram o evento e foram signatários do documento, ao lado dos deputados. Várias palestras abordaram aspectos da produção do carvão mineral acerca de sua importância para a produção de energia elétrica e como propulsora da economia no Sul do país, com a geração de empregos e receitas. Aspectos ambientais e da saúde e segurança do trabalhador também foram abordados.

PRINCIPAIS DADOS

- O carvão mineral representa 1,4% da produção de energia elétrica consumida no Brasil. Em Santa Catarina o índice chega a 35%. No mundo, esse índice é de 38%;
- As reservas de carvão no país chegam a 32 bilhões de toneladas. SC tem 10% destas reservas;
- A indústria carbonífera gera quatro mil empregos diretos em SC, e cerca de 35 mil indiretos.



DROGAS E PROJETO REVIVER

PARLAMENTO PRIORIZOU AÇÕES DE PREVENÇÃO ÀS DROGAS E TRATAMENTO DE DEPENDENTES

A prevenção e combate às drogas esteve entre os grandes temas priorizados em 2013 pela Assembleia Legislativa. Logo no mês de abril, por iniciativa do deputado Ismael dos Santos (PSD) e apoio do presidente Joares Ponticelli (PP), os deputados aprovaram a criação da 19ª comissão permanente da Casa, a Comissão de Prevenção e Combate às Drogas.



Logo em seu primeiro ano de trabalho, o colegiado possibilitou que o deputado Ismael concretizasse um projeto que estava há dois anos em elaboração. Trata-se do Projeto Reviver, voltado para a reabilitação de dependentes químicos de todo o Estado. Para isso, serão oferecidas 1,2 mil vagas para a recuperação de dependentes químicos em entidades de toda Santa Catarina, sendo 900 para adultos e 300 para menores de idade.

Além dessas vagas, a Fundação de Amparo e Incentivo à Pesquisa do Estado de Santa Catarina (Fapesc) disponibilizará 120 bolsas para estudantes do ensino superior ou de pós-graduação, que desenvolvam trabalhos nas áreas relacionadas à recuperação de dependentes químicos. Ao todo, só em 2013, o investimento foi de R\$ 5,9 milhões. Para 2014, o Projeto Reviver terá R\$ 12 milhões do orçamento estadual.

O projeto foi construído com base em informações colhidas em sete audiências públicas realizadas pela Assembleia em todo o Estado. Nesses encontros, foi diagnosticado que um dos principais gargalos na área de prevenção e combate às drogas era a reabilitação dos dependentes químicos.

O Reviver foi elaborado justamente para promover a reabilitação, seguindo critérios científicos e humanos.

Segundo levantamento da comissão, são mais de 100 comunidades terapêuticas em Santa Catarina, ofertando pouco mais de três mil vagas. Desse total, 1,2 mil serão financiadas pelo projeto. Essas vagas devem estar de acordo com a RDC 29, a resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que estabelece os critérios para o tratamento e a recuperação de dependentes químicos.

O Reviver foi lançado oficialmente no dia 27 de agosto, em uma cerimônia no Palácio Barriga Verde. Na ocasião, o governador Raimundo Colombo (PSD) e o presidente da Assembleia assinaram o convênio, formalizando a iniciativa. No dia 14 de novembro, no período em que exerceu o governo do Estado, o então governador Joares Ponticelli assinou a liberação de R\$ 3 milhões para a primeira etapa do Projeto Reviver.



ÁLCOOL X DIREÇÃO

Em março, o presidente do Fórum Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas, deputado Ismael dos Santos (PSD), apresentou um relatório que conclui estudo sobre a combinação de álcool e direção no estado de Santa Catarina. Segundo o parlamentar, 31 motoristas são flagrados embriagados conduzindo veículos a cada dia. O MP denuncia por crimes relacionados à combinação álcool e direção sete motoristas todos os dias.

Uma das conclusões do relatório é que a falta de estrutura para a fiscalização de trânsito, na maior parte das cidades catarinenses, compromete o combate a esse problema. Como sugestão, o deputado apontou a necessidade da compra de bafômetros, já que à época, 222 dos 295 municípios não contavam com o equipamento.

REVISÃO DA LEI TRAZ SEGURANÇA AO PRODUTOR

REVISÃO DO CÓDIGO AMBIENTAL É PRIORIDADE
DO PARLAMENTO



Apontada pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Joares Ponticelli (PP), como matéria prioritária do Parlamento catarinense, a revisão do Código Ambiental Estadual e sua adaptação ao novo Código Ambiental Nacional mobilizou os deputados em 2013. Os trabalhos foram iniciados já na abertura do ano legislativo, em fevereiro, com a nomeação de uma comissão responsável pelo trabalho, promoção de audiências públicas e seminários pelo Estado. A aprovação ocorreu em dezembro.

O grupo responsável pela revisão do código foi coordenado pelo primeiro vice-presidente da Casa, deputado Romildo Titon (PMDB). Foi ele o autor do projeto de lei que deu origem ao Código Ambiental Estadual (Lei 14.675/2009), considerado pioneiro e inovador em todo o país. A comissão reuniu especialistas em legislação, em meio ambiente, representantes do governo estadual e deputados. Todos os 296 artigos do código estadual foram revisados e readaptados ao texto do novo Código Ambiental Brasileiro, sancionado pela presidente Dilma Rousseff no fim de 2012.

O grupo concluiu os trabalhos em julho. Entre as principais adequações estão a mudança de conceito de pequena propriedade e as regras de limites de áreas de preservação permanente (APPs) próximas a rios, que vão de 5 a 15 metros, de acordo com o tamanho da pequena propriedade. A não obrigatoriedade de averbação de reserva legal e a responsabilidade dos municípios em estabelecer regras para APPs em áreas urbanas já consolidadas também ganham destaque no novo texto.

A revisão destacou pontos que beneficiam as pequenas propriedades rurais, que caracterizam a agricultura familiar em Santa Catarina. Antes, a pequena propriedade tinha 50 hectares. Com a adequação, passará a ter quatro módulos fiscais, que dependendo da região do Estado podem equivaler até 80 hectares.

A averbação da reserva legal, obrigatória para todas as propriedades e com registro em cartório, também deverá ser extinta. Nas pequenas propriedades rurais com atividades produtivas consolidadas (desenvolvidas até julho de 2008), a reserva legal será constituída pela vegetação natural existente no imóvel naquela data.

A partir da nova lei, deverá ser criado o CAR (Cadastro Ambiental Rural), a ser gerenciado pela Fatma, reunindo todos os registros referentes às propriedades rurais. Estes registros eram feitos em cartórios de imóveis, gerando custos e burocracia. Baseados em leis próprias e nos planos diretores, os municípios deverão estabelecer as regras para as áreas de APPs já ocupadas. Para áreas de reserva intactas, as regras estão definidas no Código Ambiental.

Uma cópia do anteprojeto de lei, com a revisão do código estadual, foi entregue ao governador Raimundo Colombo (PSD) no começo de agosto. Em reconhecimento ao trabalho realizado pelos deputados, o governador decidiu que a autoria do projeto de lei com a revisão do Código Ambiental seria Legislativa, ou seja, dos deputados que tiveram participação no processo, sob o número PL 305/2013.

AUDIÊNCIAS E SEMINÁRIOS

A proposta começou a tramitar na Casa em 8 de agosto. Como forma de ampliar as discussões em torno do texto do projeto, a Assembleia Legislativa promoveu, por meio do deputado Romildo Titon (PMDB), dois seminários com câmaras municipais. O primeiro foi realizado em Campos Novos, em setembro, e reuniu representantes de mais de 50 municípios da região. O segundo seminário, em Lages, ocorreu em novembro. Nas duas ocasiões,

prefeitos, vices e vereadores receberam orientações sobre a função do Legislativo municipal acerca de novas regras para as áreas de preservação permanente (APPs) em perímetros urbanos.

Já a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), por solicitação do deputado Dirceu Dresch (PT), realizou duas audiências públicas em setembro: uma em Pinhalzinho e outra em Florianópolis. O objetivo foi apresentar a revisão do código para os proprietários rurais e colher sugestões para o projeto, que foram apresentadas na forma de emendas na CCJ.



VOTAÇÃO NA CCJ

No dia 29 de outubro, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou por unanimidade o parecer do relator deputado Mauro de Nadal (PMDB) favorável ao PL 305/2013. Nadal acatou 24 das 43 emendas apresentadas ao projeto. Uma das emendas acatadas, do deputado Dirceu Dresch (PT), permite à Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (Fatma) fazer convênios com municípios, entidades sindicais, entre outras, com o propósito de agilizar o trabalho referente ao Cadastro Ambiental Rural (CAR).

A revisão do Código Ambiental passou pelas comissões de Finanças e Tributação, de Turismo e Meio Ambiente e de Agricultura e Política Rural antes da votação em Plenário, no dia 19 de dezembro.

INCLUSÃO

ASSEMBLEIA LANÇA OPORTUNIDADES E AMPLIA ACESSO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA



O ano de 2013 foi de muito trabalho na defesa dos direitos da pessoa com deficiência. A presidência da Casa Legislativa lançou dois programas inéditos. Em junho foi deflagrado o ALESC Inclusiva, programa que abriu vagas de estágio remunerado a estudantes com diversos tipos de deficiência. Os jovens têm oportunidade de atuar nos setores da Casa Legislativa e de se preparar para o ingresso no mercado de trabalho.

Outra novidade foi a transmissão, via TVAL, das sessões ordinárias com tradução simultânea na Língua Brasileira de Sinais (Libras), iniciada em agosto. A tradução já estava sendo adotada nas reuniões da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que atuou fortemente para a concretização dos dois novos programas legislativos.

Além de promover cursos, seminários e simpósios sobre o assunto pelo Estado, a comissão presidida pelo deputado José Nei Ascari (PSD) foi parceira em mais de 20 eventos organizados por entidades ligadas às pessoas com deficiência, como as APAEs (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) e as AMAs (Associação de Pais e Amigos de Autistas). O trabalho resultou no reconhecimento da Assembleia como “amiga da Apae” e “amiga dos excepcionais”.

DOENÇAS RARAS

Em fevereiro, a comissão promoveu, em parceria com a Federação das Apaes e a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), o 1º Fórum Catarinense de Doenças Raras. O evento ocorre no Dia Esta-

dual da Informação, Capacitação e Pesquisa sobre Doenças Raras, instituído pela Lei 15.949/2013. O projeto é de autoria dos deputados Dado Cherem (PSDB), José Nei Ascari (PSD) e Gelson Merisio (PSD).

Em março, a Assembleia colaborou na elaboração de um vídeo, em parceria com o Detran (Departamento Estadual de Trânsito) e a FCEE, que facilite o acesso dos surdos à prova teórica de habilitação dos motoristas. Nessa área, a comissão também participou das negociações para permitir a presença de um intérprete de Libras nas provas práticas dos alunos surdos, além da disponibilização da prova teórica na língua de sinais. A comissão também auxiliou as AMAs, as associações de autistas espalhadas por Santa Catarina, a criarem uma entidade estadual.



INCLUSÃO EDUCACIONAL

A presença de estudantes com deficiência na rede regular de ensino também foi tema da comissão em 2013. Em abril, a Assembleia promoveu uma audiência pública em Florianópolis para debater o atendimento das pessoas com deficiência nas instituições de ensino particulares. O evento foi solicitado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conede) em função de denúncias sobre escolas particulares que se recusam a matricular ou cobram pelos serviços prestados aos alunos com deficiência. A capacitação dos profissionais das instituições privadas de ensino e a regulamentação do programa pedagógico de Santa Catarina foram os dois principais encaminhamentos propostos durante a audiência.

Em agosto, no Planalto Norte, a comissão promoveu o seminário “Inclusão da Pessoa com Deficiência no Ensino Superior”, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Desporto. No evento, foram discutidas questões técnicas, teóricas e práticas acerca da inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior.

Ainda na área educacional, a comissão organizou em agosto, em Chapecó, o Seminário Estadual: “Profissão Licenciado em Educação Especial”. No encontro, os participantes ressaltaram a importância da regulamentação da profissão de educador especial, profissional que atua junto com o professor na educação de crianças e adolescentes com deficiência.

LEGISLAÇÃO COMPILADA

Para facilitar a consulta às leis que tratam dos direitos das pessoas com deficiência, dar publicidade à legislação catarinense e ao trabalho do Parlamento na área, a comissão lançou em 2013, um livro que reúne 42 leis e 15 decretos estaduais sobre o tema. Foram impressos cinco mil exemplares que serão remetidos às entidades do Estado e à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC).

A comissão também produziu uma cartilha com dicas de relacionamento com as pessoas com deficiência. O material foi distribuído entre os servidores do Parlamento com o objetivo de auxiliar no convívio com os estagiários com deficiência que serão contratados no âmbito do Programa ALESC Inclusiva.

DATAS IMPORTANTES

Os dias alusivos aos direitos das pessoas com deficiência foram lembrados pela comissão, que organizou atividades comemorativas. Em agosto, foi realizada a Semana das Pessoas com Deficiência Intelectual e Múltipla. Já no dia 19 de setembro, Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, uma série de atividades foi desenvolvida, com destaque para o desfile de moda inclusiva, que reuniu 13 modelos com deficiência e teve a participação do ator global Kadu Moliterno.

05
DEBATES



COMISSÕES TÉCNICAS APRIMORAM LEIS E
AMPLIAM DEBATES COM A POPULAÇÃO

INVESTIGAÇÃO

ASSEMBLEIA CRIA CPIs PARA INVESTIGAR PROBLEMAS EM SERVIÇOS PÚBLICOS



Duas comissões parlamentares de inquérito (CPIs) foram criadas pela Assembleia Legislativa em 2013. Em abril, os 40 deputados assinaram o requerimento, encabeçado pelo deputado Silvio Dreveck (PP), para a instalação da CPI da Telefonia Móvel. Já em agosto, 19 parlamentares deram aval para a criação da CPI das Águas, maneira como ficou conhecida a comissão proposta pela deputada Angela Albino (PCdoB) para investigar processos de municipalização e/ou terceirização do sistema de água e esgoto.

A CPI da Telefonia Móvel iniciou seus trabalhos em maio. Sob a presidência do deputado Silvio Dreveck (PP) e a relatoria de Moacir Sopelsa (PMDB), os membros da comissão queriam saber os motivos que levavam às constantes quedas de sinal das operadoras de telefone, à falta de cobertura em alguns pontos do Estado e às reclamações no atendimento pós-venda, principalmente por meio dos call centers.

Durante seis meses, a CPI ouviu especialistas, instituições, entidades, universidades, as operadoras de telefonia, os Procons e a Agência Na-

cional de Telecomunicações (Anatel). As empresas culpavam a legislação antiquada e a lentidão dos órgãos responsáveis pela demora na instalação de

mais antenas que melhorariam a qualidade do sinal, o que foi rebatido pela Fatma. Já os Procons culpavam a Anatel de não fiscalizar a qualidade do serviço prestado pelas empresas. A agência reguladora afirmou que cumpre o seu papel e reconheceu que as operadoras, nem sempre, cumprem todas as exigências da lei.

Os trabalhos da CPI foram concluídos no dia 26 de novembro, com a entrega do relatório final. As operadoras de telefonia assinaram um termo de compromisso no qual asseguraram realizar melhorias na qualidade do serviço e no atendimento pós-venda. Um dos pontos do acordo é o compromisso de se atingir 100% de cobertura dos municípios até dezembro de 2015.

CPI DA TELEFONIA MÓVEL

Presidente – Silvio Dreveck (PP)
Relator - Moacir Sopelsa (PMDB)
Vice-relatora - Ana Paula Lima (PT)
Integrantes - Sargento Amauri Soares (PSOL),
Mauricio Eskudlark (PSD), Edison Andriano (PMDB)
e Marcos Vieira (PSDB)

SANEAMENTO BÁSICO

Em agosto, a deputada Angela Albino (PCdoB) apresentou requerimento com 19 assinaturas para a criação da CPI das Águas. A iniciativa surgiu após a veiculação de denúncias pela imprensa de irregularidades no processo de municipalização e posterior terceirização do serviço de água e esgoto em Palhoça, município da Grande Florianópolis, que culminou com a prisão de agentes públicos e empresários envolvidos na Águas de Palhoça, autarquia responsável pelo serviço. A CPI das Águas vai desenvolver suas atividades em 2014.

A Casan também foi tema de uma audiência pública, realizada em agosto pela Comissão de Legislação Participativa, por solicitação da deputada Angela Albino (PCdoB). No encontro, os servidores da estatal pediram mudanças na gestão da Casan.



DIREITOS HUMANOS

ASSEMBLEIA QUER CONSELHO DOS DIREITOS HUMANOS E PARTICIPA DA COMISSÃO DA VERDADE

A Assembleia Legislativa deu início em 2013, a um movimento para a criação do Conselho Estadual dos Direitos Humanos. O Estado é um dos três únicos no país a não contar com o órgão colegiado, responsável por zelar pelo cumprimento, em Santa Catarina, dos itens contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948.

Em maio, a Comissão de Legislação Participativa da Assembleia realizou uma audiência pública, a pedido do deputado Padre Pedro Baldissera (PT), para cobrar do Poder Executivo a apresentação de projeto de lei criando o conselho. Na ocasião, entidades e instituições ligadas à defesa dos direitos humanos deram início à mobilização, com a participação da Assembleia, para a criação de um conselho estadual, cujo principal eixo de atuação seja a luta contra a violência, a tortura e a impunidade.

No mês de julho, o governo do Estado protocolou no Parlamento o Projeto de Lei 283/2013, instituindo o Conselho Estadual de Direitos Humanos de Santa Catarina (CEDH-SC). Para analisar a proposta, a Comissão de Legislação Participativa realizou duas audiências no mesmo mês, uma em Florianópolis e outra em Lages.

Nos dois encontros, os participantes defenderam que o conselho deve ser autônomo e independente para se transformar, de fato, em um espaço de defesa dos direitos humanos. Eles também sugeriram o aumento das finalidades do conselho, com a inclusão de aspectos ambientais e coletivos e de mais um representante entre seus membros, oriundo de entidades não governamentais.

Em Lages, foi ratificada ainda, a proposta para a vinculação do CEDH-SC à Secretaria Estadual da Casa Civil, em substituição à Secretaria Estadual da Justiça e Cidadania. Os participantes também defenderam menor participação do governo na elaboração do regimento interno do conselho e na eleição do presidente.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE

Outra conquista no campo dos direitos humanos em 2013 foi a criação, por meio de decreto estadual, da Comissão Estadual da Verdade. Batizada com o nome do deputado estadual Paulo Stuart Wright, um dos desaparecidos políticos no período da Ditadura Militar (1964-1985), a comissão surgiu com o objetivo de investigar as violações dos direitos humanos cometidas pelo governo durante esse período recente da história brasileira.

Desde sua criação, a comissão realiza, nas dependências do Palácio Barriga Verde, sede do Parlamento estadual, reuniões e audiências públicas, ouvindo historiadores e jornalistas que documentaram as violações cometidas em Santa Catarina, além de tomar o depoimento de ex-presos políticos catarinenses e de familiares de pessoas que foram mortas pelos aparelhos de repressão do Estado ou que são consideradas desaparecidas. O objetivo é colher o maior número possível de informações e documentos, que serão encaminhados para a Comissão Nacional da Verdade.

Em novembro, a comissão obteve uma conquista importante, reivindicada por seus integrantes. Com a aprovação do Projeto de Lei 334/2013, foi transformada em Lei Estadual, o que lhe confere maior legitimidade e maior poder para investigar. O colegiado é composto por representantes do Tribunal de Justiça (TJSC), da Procuradoria-Geral do Estado, OAB, Assembleia Legislativa, e do Coletivo Catarinense pela Memória, Verdade e Justiça.

INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

Em outubro, a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia realizou audiência pública em Florianópolis para discutir possíveis violações à liberdade religiosa na capital catarinense. Líderes das religiões de matriz africana denunciaram que a Polícia Militar, os órgãos ambientais municipais e o Ministério Público reprimiam os cultos, sob o argumento de que os terreiros causavam perturbação ao sossego. No encontro, os participantes decidiram denunciar os procedimentos do MP ao Conselho Nacional do Ministério Público. Também foi decidido organizar uma caminhada contra a intolerância religiosa, com a participação de representantes de outras religiões.

COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Os deputados estaduais do sexo masculino constituíram, em dezembro, a Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra a Mulher. A iniciativa é uma reação política ao alarmante terceiro lugar nacional de estupros, que o 7º Anuário Brasileiro de Segurança Pública conferiu à Santa Catarina, que registrou 2.355 casos em 2011 e 2.925 em 2012, um aumento de 19,4%. A Frente é presidida pelo deputado Padre Pedro Baldissera (PT).

EDUCAÇÃO

GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO É TEMA DE PROJETOS DE LEI

A gestão democrática nas escolas estaduais, os problemas da Udesc no Extremo Oeste e a proposta de ampliação das bolsas de estudos do artigo 170 da Constituição Estadual para os alunos do EAD (Educação a Distância) estiveram entre os principais assuntos discutidos em 2013, na área da Educação, pela Assembleia Legislativa.

No dia 9 de julho, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) promoveu uma audiência pública sobre dois projetos de lei em tramitação que propõem a gestão democrática nas escolas mantidas pelo Estado. Os autores dos PLs, deputados Luciane Carminatti (PT) e Gelson Merisio (PSD), defendem que os diretores das escolas estaduais sejam escolhidos pela comunidade e não mais nomeados por meio de indicação política, como ocorre atualmente.



Na audiência, proposta pela deputada Ana Paula Lima (PT), os participantes defenderam que a ingerência política, com a divisão dos cargos de diretor entre os partidos políticos que apoiam o governo estadual, prejudica a qualidade do ensino. Como consequência da reunião, os dois PLs foram apensados.

O assunto também foi levado para a população do interior. A Comissão de Educação, Cultura e Desporto realizou audiências sobre o tema no mês de outubro em Joinville, Chapecó e Blumenau.

No dia 15 de outubro, o governador Raimundo Colombo (PSD) assinou um decreto pondo fim à indicação política para os cargos de diretor de escola. A medida, no entanto, só entrará em vigor em 2015.

REENTURMAÇÃO E PROBLEMAS ESTRUTURAIS

Em maio, uma medida adotada pela Secretaria de Estado da Educação, em parceria com as Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs), gerou polêmica entre os parlamentares. A reenturmação, ou seja, o aumento do número de alunos por sala de aula, foi duramente criticado durante as sessões da Assembleia, inclusive por deputados da situação.

Diante das queixas de alunos, pais, professores e servidores das escolas estaduais, a Comissão de Educação, Cultura e Desporto realizou uma audiência pública, em junho, em Joinville. No município, foram fechadas quase 25 turmas. Apesar dos protestos, a Secretaria de Educação afirmou que a reenturmação respeitou a legislação vigente.

Na audiência, os problemas estruturais de quatro escolas de Joinville, que foram interditadas, também foram abordados. Problemas na estrutura também foram detectados na Escola Estadual Bom Pastor, de Chapecó, e motivaram a realização de uma audiência pela Comissão de Educação, no mês de março. O prédio, construído recentemente, já apresentava rachaduras e infiltrações.

DIFICULDADES NO EXTREMO OESTE

A situação do campus da Udesc em Palmitos, no Extremo Oeste, mobilizou os deputados estaduais. No começo do mês de julho, as Comissões de Finanças e Tributação, de Trabalho e Serviço Público

e de Educação se reuniram conjuntamente, por solicitação da deputada Luciane Carminatti (PT), para discutir a falta de investimentos na unidade, que impede a instalação de novos cursos.

Em setembro, a Comissão de Trabalho voltou a discutir o assunto, em uma audiência pública realizada na Assembleia Legislativa. A reunião debateu possibilidades para resolver o problema da falta de recursos para o campus, uma vez que a instituição afirma não ter condições de implantar novos cursos de graduação sem ajuda orçamentária de outros poderes.

Os parlamentares do Oeste também reivindicaram a instalação de um curso de Engenharia Civil em Palmitos. Novamente, o pedido esbarra nas limitações orçamentárias da universidade estadual. Uma das propostas da Udesc é a implantação de um curso tecnológico na área da construção civil que, posteriormente, será transformado em graduação em Engenharia Civil.

BOLSAS PARA ALUNOS DO EAD

No mês de julho, a Comissão de Educação, Cultura e Desporto realizou uma série de seis audiências para discutir o Projeto de Lei Complementar (PLC) 12/2012, que amplia para os universitários do ensino a distância (EAD) o benefício da bolsa de estudo concedida pelo governo estadual, por meio do artigo 170 da Constituição Estadual.

A comissão promoveu encontros em Guarimir, Joinville, Indaial, Balneário Camboriú, Rio do Sul e Palhoça, propostos pelo deputado Carlos Chiodini (PMDB), autor do PLC. Em todos, os universitários lotaram e defenderam a ampliação do benefício. Atualmente, as bolsas de estudos são concedidas apenas aos alunos do ensino presencial. Em Santa Catarina, estima-se que haja mais de 55 mil alunos no EAD.

INFÂNCIA E JUVENTUDE

EM DEFESA DO FUNDO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

Garantir a preservação dos direitos da infância e juventude, inclusive quando eles estão em conflito com a lei, é uma preocupação constante do Parlamento catarinense. Neste ano, a Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente realizou um ciclo de audiências públicas pelo Estado para discutir a situação dos adolescentes em conflito com a lei, da estrutura disponibilizada pelo poder público para a sua recuperação e reinserção na sociedade, e sobre como o Fundo para Infância e Adolescência (FIA) pode atuar principalmente na prevenção da criminalidade entre a parcela mais jovem da população.

Por iniciativa do deputado Serafim Venzon (PSDB), presidente da comissão, as audiências foram iniciadas em maio em Criciúma, e passaram por Itajaí, Joinville, Lages e Chapecó. O trabalho foi encerrado em Florianópolis, já em dezembro, com a entrega de um documento para o governo estadual com um diagnóstico obtido durante os encontros regionais.

No roteiro pelo Estado, a comissão percebeu principalmente que o Fundo para a Infância e Adolescência (FIA) - um instrumento importante para o financiamento de projetos em prol da infância e juventude - praticamente não é utilizado. O fundo é alimentado por doações do Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas. Durante as audiências, ficou clara a necessidade de uma campanha permanente e intensa de divulgação do Fundo para a Infância e Adolescência (FIA).

Com relação à estrutura disponível para o atendimento dos adolescentes em conflito com a lei, a comissão detectou problemas em praticamente todas as regiões do Estado. Em Joinville, Ministério Público e Poder Judiciário falaram em descaso do poder público. Em Chapecó, apesar dos problemas, a construção de um novo centro de recuperação deve amenizar a situação.



CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE

No mês de agosto, o Poder Executivo apresentou na Assembleia o Projeto de Lei 248/2013, que institui o Conselho Estadual da Juventude de Santa Catarina (Conjuve-SC). Reivindicação antiga dos movimentos de jovens, o colegiado será um espaço para a discussão de políticas públicas voltadas a essa parcela da população.

Para discutir o teor do projeto com a juventude catarinense, a Comissão de Legislação Participativa, por iniciativa do deputado Padre Pedro Baldissera (PT), promoveu cinco audiências públicas pelo Estado. O ciclo foi aberto em Criciúma, no final de setembro. Após passar por Joinville, Curitiba e Chapecó, o trabalho foi concluído em Florianópolis, no começo de novembro.

Nos encontros, a comissão colheu sugestões dos jovens para aprimorar o projeto. Eles cobraram maior participação da sociedade civil na

composição do conselho, menor participação do Poder Executivo nas decisões sobre o regimento interno e sobre a escolha do presidente do colegiado, além de maior autonomia e poder de deliberação e fiscalização.

CONSELHOS TUTELARES

A prorrogação dos mandatos dos atuais conselheiros tutelares de todos os municípios catarinenses em 2016 também esteve na pauta de discussão do Parlamento. A proposta foi apresentada pelo deputado Serafim Venzon (PSDB), por meio do Projeto de Lei 123/2013.

O assunto foi discutido em uma audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), solicitada pela deputada Ana Paula Lima (PT), realizada no começo de julho. O objetivo do projeto de lei é permitir a unificação das eleições de todos os conselhos tutelares do Estado, como prevê a lei Federal 12.696, de 25 de julho de 2012.

Conforme essa lei, as eleições deverão ocorrer em outubro de 2015. A proposta foi aprovada em Plenário antes do recesso parlamentar de julho, mas foi vetada na íntegra pelo Poder Executivo.

ENVELHECIMENTO DIGNO

A preservação dos direitos da terceira idade também foi alvo de preocupação do Parlamento catarinense em 2013. O Fórum Parlamentar de Defesa da Pessoa Idosa coordenado pela deputada Dirce Heiderscheidt (PMDB), promoveu um ciclo de audiências públicas pelo Estado para discutir se Santa Catarina está pronta para oferecer um envelhecimento digno à população.

Os encontros foram abertos em Caçador, em maio, e passaram por Xanxerê, Araranguá, Joinville e Blumenau, coordenados pela deputada Dirce Heiderscheidt (PMDB). O trabalho foi encerrado com um seminário nacional, realizado em Florianópolis, no mês de setembro.

Além do preocupante número de ocorrências de agressões a idosos, comum a todas as regiões visitadas, as audiências detectaram a falta de estrutura, tanto do poder público, quanto das famílias, no cuidado com o idoso. Em Caçador, a população reivindicou a construção de um centro de convivência. Em Xanxerê, o pedido foi por mais recursos para a área de assistência social. Já no Sul do Estado, os participantes reivindicaram melhorias na saúde pública.

As audiências regionais serviram principalmente para que o Fórum Parlamentar elaborasse um diagnóstico sobre a realidade do idoso em Santa Catarina. O documento foi enviado para os governos estadual e federal.



ORÇAMENTO REGIONALIZADO

ORÇAMENTO REGIONALIZADO AMPLIA PÚBLICO

O ano de 2013 registrou um aumento superior a 150% no número de participantes nas audiências públicas do Orçamento Regionalizado, realizadas pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina, por meio da Comissão de Finanças e Tributação e da Coordenadoria do Orçamento Estadual, no comparativo com 2012. Em 2013, foram promovidas 34 audiências nas cidades-sede de 34 das 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs).



Ao todo, mais de 2,6 mil pessoas participaram dos encontros regionais. Em 2012, esse número foi de 1.005. A maior presença de público, na avaliação dos deputados que acompanharam as audiências, justifica a importância do Orçamento Regionalizado, iniciativa na qual o Parlamento percorre o Estado para ouvir as reivindicações da população para o orçamento do ano seguinte.

Nas audiências, cada SDR apresenta três reivindicações de obras, serviços ou aquisição de bens/equipamentos, que devem obrigatoriamente constar no Plano Plurianual (PPA) vigente. Os pedidos, se não estiverem contemplados nos projetos que instituem a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que são de autoria do Poder Executivo, são apresentados pelo Parlamento na forma de emenda.



Em 2013, o Orçamento Regionalizado foi dividido em quatro etapas. A primeira, entre os dias 13 e 16 de maio, percorreu os municípios de Itapiranga, São Miguel do Oeste, Dionísio Cerqueira, São Lourenço do Oeste, Maravilha, Palmitos, Xanxerê e Chapecó. Na etapa seguinte, entre 27 e 29 de maio, foram realizadas audiências em Concórdia, Joaçaba, Campos Novos, Curitibanos, Videira e Caçador.

A terceira etapa foi realizada entre os dias 10 e 14 de junho nas cidades de São Joaquim, Lages, Taió, Rio do Sul, Ituporanga, Ibirama, Timbó, Blumenau e Brusque. A quarta e última etapa passou por Canoinhas, Mafra, Jaraguá do Sul, Joinville, Itajaí, Laguna, Araranguá, Criciúma, Braço do Norte e Tubarão, entre os dias 24 e 28 de junho. Houve ainda uma audiência isolada, realizada em 17 de junho, na região da Grande Florianópolis.

RECONHECIMENTO DO EXECUTIVO

O Projeto de Lei 415/2013, que estabelece o orçamento do Estado para 2014, foi apresentado pelo Poder Executivo no final do mês de setembro. Na justificativa do PL, a Secretaria de Estado da Fazenda reconhece a importância das audiências públicas do Orçamento Regionalizado e destaca que, das 102 prioridades apontadas nos encontros promovidos pelo Parlamento, apenas 14 não foram atendidas, a maioria por já estar incluída no texto original da LOA 2014.

Conforme a proposta, o orçamento estima receita e despesa de R\$ 21.256.337.086,00 para 2014, um crescimento de 9,84% em comparação com a projeção para 2013, estimada em pouco mais de R\$ 19,3 bilhões. A Educação será a pasta que receberá a maior fatia desses recursos: R\$ 3,611 bilhões. Para a Saúde, estão previstos R\$ 1,732 bilhão.

SAÚDE

SAÚDE DOS CATARINENSES EM DESTAQUE

Em 2013, saúde da população negra, inclusão das práticas integrativas complementares na rede de saúde e uso indiscriminado de anabolizantes foram alguns dos assuntos debatidos.



A Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa realizou, pela primeira vez, consulta pública via internet, com o objetivo de obter dos catarinenses, sugestões para anteprojetos de lei voltados à melhoria da saúde pública no Estado. A primeira consulta foi aberta em agosto para apresentação de sugestões para o anteprojeto que prevê a inclusão das práticas integrativas e complementares (PICs) na rede estadual.

A consulta foi parte de um trabalho iniciado pela comissão neste ano. Durante três meses, uma subcomissão elaborou o anteprojeto, que foi apresentado em julho. As PICs consistem nos tratamentos considerados alternativos, como homeopatia, plantas medicinais, acupuntura, termalismo, entre outros. Atualmente, esses procedimentos não são oferecidos pelo SUS.

Com as sugestões em mãos, os integrantes da subcomissão as analisarão para incorporar ao anteprojeto as proposições pertinentes. Com a conclusão dos trabalhos, conclui-se também o projeto de lei que primeiro será apresentado ao governador do Estado e, depois, virá para o Parlamento.

SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA

O ano também foi marcado por avanços na discussão para a criação de uma política estadual voltada à saúde da população negra. O governador sancionou, no começo do ano, o projeto de lei do deputado Sandro Silva (PPS) que criou a Semana Catarinense de Conscientização Sobre a Saúde da População Negra, na terceira semana do mês de maio. A proposta foi transformada na Lei Estadual 15.948/2013.

Diante disso, a Comissão de Saúde criou, no mês de julho, uma subcomissão para tratar da elaboração de um anteprojeto de lei criando a política estadual para a saúde da população negra. A subcomissão também abriu consulta pública na internet para colher sugestões dos catarinenses.

O objetivo da política estadual é estabelecer um protocolo para o atendimento específico da população negra na rede pública de saúde, incluindo moléstias de maior incidência entre os afrodescendentes, como é o caso da anemia falciforme.

ABUSO DE ANABOLIZANTES

O uso indiscriminado de anabolizantes foi tema de uma audiência pública realizada pela Comissão de Saúde no dia 18 de setembro. Segundo o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid), esse uso cresceu, aproximadamente, 75% nos últimos seis anos no Brasil. O objetivo da audiência, segundo seu proponente, o deputado Volnei Morastoni (PT), foi chamar a atenção das autoridades e da sociedade para os danos causados à saúde pelo uso dessas substâncias.

Para atacar esse problema, uma subcomissão foi formada com o objetivo de formatar propostas que serão apresentadas às autoridades competentes para reduzir, ao máximo, o uso de anabolizantes.

PROBLEMAS NO SAMU

Denúncias sobre problemas no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), geridas por uma organização social (OS) do estado de São Paulo, feitas pela imprensa, repercutiram na Assembleia. Em setembro, por sugestão da deputada Ana Paula Lima (PT), a Comissão de Saúde reuniu representantes da OS, do Ministério Público, dos servidores da Saúde, da Secretaria de Estado da Saúde, entre outras autoridades, para discutir o assunto.

De um lado, o Ministério Público e os servidores, afirmando que a transferência do SAMU para uma OS seria inconstitucional. Do outro, a Secretaria da Saúde, defendendo a terceirização como única forma de manter o serviço sem ultrapassar os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O problema segue na esfera judicial, com uma ação ajuizada pelo MP.

SEGURANÇA PÚBLICA

POPULAÇÃO EXIGE MAIOR ATENÇÃO À SEGURANÇA PÚBLICA

O aumento da criminalidade é um fenômeno nacional, ligado principalmente à disseminação das drogas na sociedade. Em Santa Catarina, localidades pacatas passaram a conviver, nos últimos anos, com furtos, assaltos e homicídios em proporções cada vez maiores.

Do Litoral ao Extremo Oeste, os deputados recebem reclamações da população, principalmente com relação à falta de efetivo policial e à infraestrutura deficitária da segurança pública nos pequenos, médios e grandes municípios. A Comissão de Segurança Pública da Assembleia promoveu audiências públicas para discutir o assunto e buscar, em conjunto com a população e autoridades, soluções para esses problemas.



Em novembro, por solicitação da Comissão Intermunicipal de Segurança de Balneário Camboriú, que reúne municípios da Foz do Rio Itajaí, a Assembleia foi ao município para tratar do aumento da criminalidade nessa importante região turística do Estado. No encontro, os participantes denunciaram que, enquanto a incidência de homicídios duplicou, há uma defasagem de 300% no efetivo policial.

No fim de setembro, Capinzal recebeu a Comissão de Segurança Pública, por solicitação do deputado Reno Caramori (PP). O município do Meio Oeste reivindicou o aumento no efetivo policial e a instalação de uma delegacia regional da Polícia Civil que atenderia, além de Capinzal, os municípios de Ouro, Zortéa, Piratuba e Lacerdópolis.



Em Penha, Litoral Norte, a Comissão de Segurança Pública, por solicitação da câmara de vereadores, reuniu quase 400 pessoas, no mês de julho, para discutir o aumento no número de furtos e roubos a casas de veraneio. A exemplo das demais regiões, a população denunciou a falta de efetivo: há 30 anos, apesar da população do balneário ter dobrado, o número de policiais civis e militares é praticamente o mesmo.

FRENTE PARLAMENTAR

As ondas de atentados promovidos pela facção criminosa que age nos presídios catarinenses, registradas em 2012 e 2013, motivaram a criação, em maio, da Frente Parlamentar Mista de Combate à Violência em Santa Catarina, com participação da Assembleia Legislativa representada pela deputada Angela Albino (PCdoB), em parceria com as câmaras municipais de Florianópolis, Campos Novos e São Bento do Sul.

A primeira onda de ataques ocorreu em novembro de 2012. Foram registradas pelo menos 58 ocorrências em 16 cidades, durante oito dias de violência. Em 2013, de 30 de janeiro a 20 de fevereiro, 36

municípios foram alvo dos atentados criminosos e pelo menos 111 ocorrências foram registradas.

QUESTÕES PRISIONAIS

Uma das primeiras ações da Frente foi a visita à penitenciária de São Pedro de Alcântara, na Grande Florianópolis, em maio. Na ocasião, os agentes denunciaram a falta de servidores, problemas estruturais no prédio que abriga o complexo, além de constrangimento nas revistas feitas nas mulheres que visitam os parentes presos.

O déficit de agentes prisionais, denunciado durante a visita, motivou o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado de Santa Catarina (Sintespe) a solicitar à Comissão de Segurança Pública da Assembleia uma audiência pública para discutir o assunto. O encontro foi organizado em 19 de junho, em Florianópolis. A principal reivindicação da categoria foi a realização de um concurso público para agentes penitenciários. O número de servidores na carreira é de aproximadamente 1,8 mil. Segundo cálculos do sindicato, seriam necessários mais 1,6 mil agentes.

TRANSPORTES

CONSTRUÇÃO DE FERROVIAS E MELHORIAS DA MALHA RODOVIÁRIA SÃO PRIORIDADES



O abastecimento e o escoamento da produção das propriedades rurais e das agroindústrias catarinenses são motivo de preocupação constante da Assembleia Legislativa. Em 2013, os deputados uniram forças em prol da consolidação de duas reivindicações antigas do setor produtivo estadual: a construção da ferrovia que liga o Oeste ao Litoral, também conhecida como Ferrovia do Frango ou da Integração, e a linha férrea que ligará o Norte e Centro-Oeste do país com Santa Catarina, a Ferrovia do Milho, importante para regularizar o abastecimento de grãos, matéria-prima essencial para a agroindústria.

Além de participar de eventos em conjunto com a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), Câmara dos Deputados e outras entidades interessadas no assunto, o Parlamento promoveu audiências públicas e trouxe o tema ao debate, por várias vezes, em Plenário. Em junho e julho, a Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano promoveu encontros em Joinville, Mafra e Canoinhas para discutir o traçado da ferrovia que ligará o Oeste ao Litoral, proposto pelos deputados Antonio Aguiar (PMDB) e Darci de Matos (PSD).

Nas audiências, as lideranças defenderam que os trilhos reaproveitem o traçado já existente entre Porto União e São Francisco do Sul, permitindo o desenvolvimento do Vale do Contestado e do Planalto Norte.

URGÊNCIA

Em novembro, a Assembleia Legislativa apoiou a realização do Seminário Sul Brasileiro das Ferrovias, promovido pela Frente Parlamentar das Ferrovias do Congresso Nacional, na Fiesc, em Florianópolis. No encontro, os participantes destacaram a urgência no desenvolvimento dos projetos para a construção das duas ferrovias, além de uma terceira, a Ferrovia Litorânea, que vai interligar os portos catarinenses. Essa obra já está garantida pela Empresa de Planejamento e Logística (EPL), do governo federal.

O deputado Dirceu Dresch (PT), presidente da Frente Parlamentar em Defesa das Ferrovias da Assembleia Legislativa, afirmou que uma etapa importante para a consolidação dos projetos dessas ferrovias já foi superada: a garantia de recursos financeiros. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-2), tem R\$ 90 bilhões reservados apenas para a construção de ferrovias em todo o país, com a garantia, da EPL, que a região Sul receberá três mil quilômetros de trilhos nos próximos anos.

POR NOVOS E MELHORES CAMINHOS

A malha rodoviária catarinense, conhecida por sua capilaridade e importância para o escoamento da produção agroindustrial, foi contemplada, em 2013, com investimentos previstos no Programa Pacto por SC, do governo estadual. No entanto, devido à complexidade e o crescimento constante da economia local, a demanda por novas ou melhores estradas é constante.

A Assembleia Legislativa promoveu, no decorrer do ano, audiências públicas pelo Estado para ouvir os anseios da população por novos investimentos na malha viária. Em agosto, a Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano foi a Dionísio Cerqueira, no Extremo Oeste, por solicitação do deputado Marcos Vieira (PSDB), para discutir a pavimentação da estrada que liga Dionísio ao município vizinho de Princesa, em uma extensão de aproximadamente 30 quilômetros. O objetivo é desafogar o trânsito na BR-163, permitindo o escoamento da produção das agroindústrias instala-



das na estrada, além de possibilitar a construção de uma rodovia estadual fronteiriça, que ligará Dionísio Cerqueira à Itapiranga, margeando a fronteira com a Argentina.

Em outubro, a comissão foi a Santa Terezinha, no Vale do Itajaí, para debater a pavimentação da SC-114. A rodovia estadual seria uma nova ligação entre o Alto Vale e o Planalto Norte e desafogaria o trânsito na BR-470, além de permitir o escoamento da produção agroindustrial de seis municípios da região. Na audiência, os participantes defenderam que o projeto de pavimentação, já concluído, acrescente mais 14 quilômetros aos 30 já previstos, permitindo a ligação asfáltica entre Santa Terezinha e Itaiópolis.

No fim de novembro, o Extremo Oeste novamente recebeu uma audiência da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano. Dessa vez, deputados e lideranças da região se encontraram em São José do Cedro para discutir a estadualização da rodovia municipal que liga o município a Palma Sola. A via necessita de melhorias para permitir o escoamento da produção agrícola, além de representar uma nova ligação com o Sul do Paraná.

PARTICIPAÇÃO DOS DEPUTADOS NAS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Presidente: Moacir Sopelsa

Vice-presidente: José Milton Scheffer

Dirceu Dresch
Dóia Guglielmi
José Nei Alberton Ascari
Mauro de Nadal
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente: Mauro de Nadal

Vice-presidente: Silvio Dreveck

Aldo Schneider
Ana Paula Lima
Dirceu Dresch
Jean Kuhlmann
José Nei Alberton Ascari
Narcizo Parisotto
Serafim Venzon

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Presidente: Serafim Venzon

Vice-presidente: Ismael dos Santos

Ismael dos Santos
Carlos Chiodini
Dirce Heiderscheidt
Narcizo Parisotto
Valmir Comin

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Presidente: José Nei Alberton Ascari

Vice-presidente: José Milton Scheffer

Antonio Aguiar
Darci de Matos
Dirce Heiderscheidt
Luciane Maria Carminatti
Sandro Silva
Serafim Venzon

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Presidente: Luciane Maria Carminatti

Vice-presidente: Angela Albino

Antonio Aguiar
Dirce Heiderscheidt
Gilmar Knaesel
Jorge Teixeira
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Presidente: José Milton Scheffer

Vice-presidente: Angela Albino

Carlos Chiodini
Dado Cherem
Dirceu Dresch
Gelson Merisio
Moacir Sopelsa

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Presidente: Antonio Aguiar

Vice-presidente: Luciane Maria Carminatti

Carlos Chiodini
Dado Cherem
Ismael dos Santos
Sargento Amauri Soares
Silvio Dreveck

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Presidente: Dóia Guglielmi

Altair Silva
Antonio Aguiar
Gelson Merisio
Jorge Teixeira
Luciane Maria Carminatti
Moacir Sopelsa
Narcizo Parisotto
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Presidente: Gilmar Knaesel

Vice-presidente: Darci de Matos

Angela Albino
Antonio Aguiar
Luciane Maria Carminatti
Marcos Vieira
Neodi Saretta
Renato Hinnig
Valmir Comin

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Presidente: Angela Albino

Vice-presidente: Jean Kuhlmann

Dirce Heiderscheidt

Edison Andrino

Gilmar Knaesel

Reno Caramori

Volnei Morastoni

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Presidente: Dirceu Dresch

Vice-presidente: Maurício Eskudlark

Dóia Guglielmi

Edison Andrino

Moacir Sopelsa

Reno Caramori

Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Presidente: Ismael dos Santos

Vice-presidente: Ana Paula Lima

Antonio Aguiar

Dado Cherem

Gelson Merisio

Reno Caramori

Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Presidente: Jean Kuhlmann

Vice-presidente: Aldo Schneider

Altair Guidi

Gilmar Knaesel

Mauro de Nadal

Silvio Dreveck

Volnei Morastoni

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Vice-presidente: Neodi Saretta

Aldo Schneider

Altair Guidi

Dado Cherem

Edison Andrino

Maurício Eskudlark

Silvio Dreveck

COMISSÃO DE SAÚDE

Presidente: Volnei Morastoni

Vice-presidente: Antonio Aguiar

Jorge Teixeira

José Milton Scheffer

Mauro de Nadal

Sargento Amauri Soares

Serafim Venzon

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Presidente: Maurício Eskudlark

Vice-presidente: Carlos Chiodini

Ana Paula Lima

Marcos Vieira

Renato Hinnig

Reno Caramori

Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Presidente: Marcos Vieira

Vice-presidente: Silvio Dreveck

Aldo Schneider

Angela Albino

Ciro Roza

Dirceu Dresch

Renato Hinnig

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Presidente: Reno Caramori

Vice-presidente: Carlos Chiodini

Aldo Schneider

Gelson Merisio

Marcos Vieira

Sargento Amauri Soares

Volnei Morastoni

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Presidente: Neodi Saretta

Ciro Roza

Dirce Heiderscheidt

Edison Andrino

Gilmar Knaesel

Sandro Silva

Valmir Comin

06
EVENTOS



ENCONTROS COM A ASSEMBLEIA REÚNEM
MAIS DE OITO MIL PESSOAS

ENCONTROS

PROGRAMA ENCONTROS COM A ASSEMBLEIA LEVA GRANDES PALESTRANTES À DIVERSAS REGIÕES



Nove cidades das diferentes regiões de Santa Catarina receberam palestras e debates gratuitos com personalidades de destaque nacional nas áreas do esporte, comunicação, cultura e ética. Mais de oito mil pessoas acompanharam, gratuitamente, os eventos realizados entre os meses de agosto e dezembro de 2013.

“A grande adesão popular para acompanhar as ideias e as experiências de personalidades diversas mostrou o quanto a população anseia por este tipo de oportunidade, que foi criada para aproximar ainda mais o cidadão e o Poder Legislativo estadual”, afirma o presidente da Assembleia e idealizador do programa, Joares Ponticelli (PP).

Oscar Schmidt esteve nos Encontros com a Assembleia em Rio do Sul, Balneário Camboriú, Tubarão, Campos Novos e Araranguá. Conseguiu arrancar risos e lágrimas de emocionadas plateias com sua história de superação e conquista. Enquanto cumpria seu roteiro de palestras, entrou para o Naismith Memorial (Hall da Fama do Basquete) e conquistou o Top of Mind do Estadão como um dos melhores palestrantes de 2013.

Marcelo Tas esteve em Florianópolis para falar de “Redes Sociais – Virtudes e Efeitos Colaterais da Nova Comunicação Digital”. Tas falou sobre a maneira como as redes sociais - Twitter, Facebook e Instagram -, interferem na vida das pessoas, no poder público e na iniciativa privada. Ele fez um retrospecto da evolução da tecnologia da informação e das mudanças geradas em nosso modo de vida.

Dudu Braga tocou corações e mentes em Jaraguá do Sul com o tema da inclusão social e com sua história de vida na palestra “É Preciso Saber Viver”.

Formado em publicidade, Dudu Braga chama-se Roberto Carlos Braga II e é filho do cantor Roberto Carlos. Além de apresentador de TV e locutor de rádio, também é produtor musical e empresário. Dudu nasceu com glaucoma e perdeu a visão aos 22 anos. O episódio o levou a refletir sobre o ocorrido e a encontrar uma maneira de refazer a vida e reconstruir a autoestima, experiência que compartilhou com o público.

O toque de humor ficou com a vinda de Marcelo Madureira, em Joaçaba, que fez a palestra “Cultura em Foco” e divertiu a plateia ao abordar a história do humor no Brasil. Para encerrar as palestras do ano, o filósofo Mario Sergio Cortella, instigou a população de Braço do Norte a refletir sobre o que realmente é essencial na vida, durante a palestra “Qual é a Tua Obra?”. Permeada de bom humor e provocações filosóficas, a fala de Cortella procurou despertar no público, a importância da vida e o legado deixado para as próximas gerações.



PROJETO INDICADOR DE QUALIDADE DE VIDA APONTA OS ANSEIOS DA POPULAÇÃO DE CINCO MUNICÍPIOS CATARINENSES



No dia 9 de dezembro foi apresentado no Legislativo estadual o projeto Indicador de Qualidade de Vida (IQV), na presença de deputados e de gestores de cinco municípios polos do Estado que participaram da pesquisa realizada pelo Instituto Mapa. Durante o encontro, conduzido pelo presidente da Assembleia, deputado Joares Ponticelli (PP), o professor José Nazareno Vieira, responsável pela pesquisa realizada em setembro deste ano, pontuou os anseios da população identificados durante o levantamento.

De acordo com Nazareno, a pesquisa realizada em Chapecó, Tubarão, Blumenau, Joinville e Florianópolis atende aos requisitos do projeto, que busca conhecer os anseios para prover a qualidade de vida, visando dar um passo na definição de verdadeiras prioridades e, assim, um avanço para ter gestão com foco no cidadão. Segundo ele, o trabalho utilizou a técnica de pesquisa qualitativa para preparar a pesquisa quantitativa. “Primeiro reunimos um grupo de pessoas para falar sobre qualidade de vida e quais temas são mais importantes para a sua qualidade de vida. Deste trabalho técnico, obtemos um alicerce muito forte para este estudo”, explica.

Segundo o professor, todos os 72 itens que contemplaram a pesquisa quantitativa foram elaborados a partir de um estudo preliminar com várias pessoas falando espontaneamente sobre qualidade de vida e sobre aquilo que consideram importante. “O IQV se diferencia do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) por se basear no sentimento da população, em que tem a oportunidade de expressar o que realmente importa para ela, o que é bom para o seu bem-estar”, revela.

Gestores das cidades pesquisadas participaram da apresentação e comemoraram os resultados que apontam as necessidades da população. Os índices devem ser usados para alocar investimentos nos próximos três anos das gestões municipais.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

SESSÃO MARCA ENTREGA DO PRÊMIO E CERTIFICAÇÃO
RESPONSABILIDADE SOCIAL



Troféus foram entregues a cinco empresas que se destacaram nas ações socioambientais em Santa Catarina.

A atuação de empresas, cooperativas e entidades sem fins lucrativos de Santa Catarina na formação de uma sociedade mais humana e justa foi reconhecida no dia 4 de dezembro durante a sessão especial da Assembleia Legislativa para a entrega do Prêmio e da Certificação Responsabilidade Social 2013. Ao todo, 86 empresas e entidades que se destacaram no desenvolvimento nas áreas social e ambiental foram certificadas e as melhores foram premiadas com o Troféu Responsabilidade Social – Destaque SC 2013 (confira nas páginas a seguir a relação completa dos premiados e certificados).

Para o presidente da Casa, deputado Joares Ponticelli (PP), a premiação, que em 2013 chegou à sua terceira edição, “é a forma que a sociedade catarinense tem, por meio da Casa do Povo, de dizer muito obrigado a cada entidade, cooperativa e empresa que cumprem além de suas obrigações”. O parlamentar ressaltou a consolidação do prêmio, que ano a ano registra aumento no número de inscritos e de certificações. “Muitas vezes, ações positivas ficam restritas ao meio de atuação da entidade, empresa ou cooperativa. Temos que destacar esses exemplos e mostrá-los para toda a sociedade”.

Em nome dos premiados, Neivor Canton, vice-presidente da Cooperativa Aurora, classificou a premiação como “um valoroso e estimulador reconhecimento por parte do Poder Legislativo” às empresas catarinen-

ses. Ele aproveitou para criticar a alta carga tributária a que são submetidas as empresas brasileiras, sem terem a devida contrapartida do poder público. “É preocupante assistir à desenfreada voracidade estatal no crescimento incontido da máquina, como se fosse possível abrigar todos os cidadãos”, afirmou.

Segundo Canton, os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela Aurora permitiram, além da melhoria da qualidade de vida das pequenas famílias que retiram do campo seu sustento, a descontinuidade do êxodo rural. “É um pouco de contribuição do cooperativismo catarinense ao nosso Estado”.

Em nome das bancadas da Assembleia, o deputado Moacir Sopelsa (PMDB) destacou a importância das ações socioambientais desenvolvidas pelas empresas e entidades certificadas na formação de uma sociedade mais humana e justa. “É importante quando a gente pode fazer algo em defesa das pessoas, para melhorar sua qualidade de vida”, afirmou o deputado.



BALANÇO SOCIAL DA ASSEMBLEIA

Os representantes das entidades que compuseram a Comissão Mista de Responsabilidade Social, responsável pela avaliação e seleção dos inscritos na premiação, também foram homenageados durante a sessão. Neroci da Silva Raupp, presidente da comissão, fez um retrospecto do trabalho desenvolvido em 2013 e anunciou novidades para a edição de 2014: a inclusão de uma nova categoria, para certificação de empresas e fundações públicas, prefeituras, câmaras municipais e demais órgãos públicos das três esferas de governo. "Nossos esforços devem estar concentrados para que a sociedade tenha um desenvolvimento sustentável", disse.

Outra novidade, segundo Neroci, é a conclusão do balanço social da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, listando as ações socioambientais do Parlamento. A iniciativa permitirá que o Legislativo se credencie para receber a certificação Objetivos do Milênio. "Vão ser demonstradas as ações sociais desenvolvidas pela Assembleia, que vão servir de exemplo para todo o país".



PARCEIROS NA CERTIFICAÇÃO

Em 2013, a premiação teve um recorde de inscritos: foram 99 participantes que tiveram seus balanços e indicadores sociais analisados pela Comissão Mista de Certificação, formada por servidores da Assembleia e representantes de 11 instituições catarinenses. Além do Parlamento, participam da Comissão Mista de Certificação o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conede); Conselho Estadual do Jovem Empreendedor de Santa Catarina (Cejesc); Conselho Regional de Contabilidade (CRC/SC); Federação Comercial e Industrial do Estado de Santa Catarina (Facisc); Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (Fampesc); Federação das Indústrias

do Estado de Santa Catarina (Fiesc); Federação do Comércio do Estado de Santa Catarina (Fecomércio); Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Santa Catarina (Fhoresc); Fundação do Meio Ambiente (Fatma); Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Ocesc); Observatório Social de Florianópolis (OSF); e Serviço de Apoio às Pequenas e Micro Empresas de Santa Catarina (Sebrae).

TROFÉU RESPONSABILIDADE SOCIAL – DESTAQUE SC – 2013

GRANDE PORTE:

Indústria – Cooperativa Central Aurora (Chapecó)
Serviços/Comércio/Turismo – Sulcatarinense Mineração, Artefatos de Cimento, Britagem e Construções (Biguaçu)

MÉDIO PORTE:

Indústria – Dígitro Tecnologia (Florianópolis)
Serviços/Comércio/Turismo – Nexxera Tecnologia (Florianópolis)

PEQUENO PORTE:

GR Soluções Ambientais (Canoinhas)

EMPRESAS PRIVADAS CERTIFICADAS - 2013

- Alcaplas Indústria de Plásticos – Xanxerê
- Atena Comércio de Móveis – Chapecó
- Bontur Bondinhos Aéreos – Balneário Camboriú
- Celulose Irani – Joaçaba
- Cooperativa Central Aurora Alimentos – Chapecó
- Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de São Miguel do Oeste (Sicoob)
- Cooperativa de Trabalho Médico de Jaraguá do Sul
- Cooperativa de Trabalho Médico de Videira
- Coopercarga – Concórdia
- Cootravale – Itajaí
- Coopera – Forquilha
- C-Pack Creative Packaging – Florianópolis
- Dígitro Tecnologia – Florianópolis
- Dudalina – Blumenau
- Electro Aço Altona – Blumenau

- Farben Indústria Química – Içara
- Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina – Florianópolis
- Frigorífico Riosulense – Rio do Sul
- GR Soluções Ambientais – Canoinhas
- Indústria Carbonífera Rio Deserto – Criciúma
- IP Instituto de Pesquisas Químicas – Joinville
- Irmãos do Valle – Santa Cecília
- Librelato Implementos Rodoviários – Orleans
- Liderança Limpeza e Conservação – São José
- M&M Assessoria Contábil – Florianópolis
- Nexxera Tecnologia – Florianópolis
- Nord Eletric Soluções em Engenharia Elétrica – Chapecó
- Ondrepsb Limpeza e Serviços Especiais – Florianópolis
- Portonave – Terminais Portuários de Navegantes
- Pré-Vale Pré-Moldados de Concreto – Ibirama
- Prosul Projetos, Supervisão e Planejamento – Florianópolis
- Rampinelli Agroindustrial – Forquilha
- Sulcatarinense Mineração, Artefatos de Cimento, Britagem e Construções – Biguaçu
- Termotécnica – Joinville
- Tractebel Energia – Florianópolis
- Unimed Alto Vale – Rio do Sul
- Unimed Chapecó
- Unimed Blumenau
- Unimed Santa Catarina
- Unimed Grande Florianópolis
- Unimed Joaçaba

ENTIDADES CERTIFICADAS - 2013

- Associação Brasileira de Agentes de Viagens (Abav) de Santa Catarina / Florianópolis
- Associação Catarinense de Supermercados (Acats) – Florianópolis
- Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos (Aflodef)
- Associação de Joinville e Região da Pequena, Micro e Média Empresa (Ajorpeme)
- Associação Brasileira de Portadores de Câncer (Amucc) – Florianópolis
- Associação dos Municípios da Região de Laguna (Amurel)
- Apae Blumenau
- Apae Florianópolis
- Apae Joaçaba
- Apae São Ludgero
- Apae Tubarão

- Associação dos Pacientes Renais de Santa Catarina (Apar) – Florianópolis
- Associação Beneficente Abadeus – Criciúma
- Associação Empresarial de Rio do Sul
- Associação Floripamanhã – Florianópolis
- Associação Horizontes – Florianópolis
- Associação Itajaiense de Kung Fu
- Associação Lageana de Assistência aos Menores
- Associação de Transportes do Norte Catarinense – São Bento do Sul
- Banco do Empreendedor – Florianópolis
- Blusoft – Polo Tecnológico de Informação e Comunicação da Região de Blumenau
- Centro de Educação e Evangelização Popular – Florianópolis
- Ciee-SC – Florianópolis
- Centro de Recuperação Nova Esperança – Blumenau
- Combemi – Itajaí
- Comitê para a Democratização da Informática de Santa Catarina – Florianópolis
- Creche e Orfanato Vinde a Mim as Crianças – São José
- FCDL/SC – Florianópolis
- Fundação Carlos Joffre do Amaral – Lages
- Unisul – Tubarão
- Univali – Itajaí
- Fundeste – Chapecó
- Funiarp – Caçador
- Funoesc – Joaçaba
- ICC-Blusol – Blumenau
- Instituto de Certificação e Estudos de Trânsito (Icetrans) – Florianópolis
- Instituto Comunitário Grande Florianópolis (Icom) – Florianópolis
- Instituto Consulado da Mulher – Joinville
- Instituto Guga Kuerten – Florianópolis
- Instituto Pe. Wilson Groh – Florianópolis
- Instituto Voluntários em Ação – Florianópolis
- Irmandade do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade – Florianópolis
- Sociedade Espírita Obreiros da Vida Eterna (Seove) – Florianópolis
- Sociedade Espírita de Recuperação, Trabalho e Educação (Serte) – Florianópolis
- Sesc/SC – Florianópolis

07
HOMENAGENS



HISTÓRIA E PERSONALIDADES CATARINENSES
CONQUISTAM RECONHECIMENTO

SOLENIIDADES

PARLAMENTO CELEBRA VIDA E OBRA DE PERSONALIDADES

Em 2013, além de homenagear quem faz de Santa Catarina um estado melhor e diferenciado, o Parlamento estadual celebrou a vida e a obra de quem já deu sua contribuição ao Estado.

Mais de 60 atos ou sessões solenes e especiais foram realizados pela Assembleia Legislativa no ano. Tão importante como homenagear quem faz de Santa Catarina um estado melhor e diferenciado do restante do país é reconhecer o trabalho de quem já deu sua contribuição para a cultura e para o desenvolvimento catarinenses.

O ano de 2013 foi marcado pela celebração do centenário do nascimento de dois artistas plásticos importantes: Willy Zumblick e Malinverni Filho. O Parlamento também não se esqueceu do centenário do antropólogo Egon Schaden, conhecido nacionalmente como o "pai da Antropologia". Da mesma forma, deu início às comemorações dos 25 anos da promulgação da Constituição Estadual.



WILLY ZUMBLICK

Em maio, o presidente da Assembleia, deputado Joares Ponticelli (PP), criou uma comissão especial responsável pelos eventos em comemoração aos 100 anos de nascimento de Willy Zumblick. O artista plástico tubaronense, considerado um dos mais ilustres catarinenses do século XX, morreu em 2008 e deixou um número incalculável de quadros, esculturas e outras obras.

Além de realizar uma sessão solene em Tubarão, no dia 26 de setembro, dia em que Zumblick completaria 100 anos, a equipe técnica da Gerência Cultural da Assembleia restaurou dezenas de telas do pintor, que estavam no museu que leva o nome do homenageado, também em Tubarão. O trabalho de restauro e limpeza, realizado por servidores do Legislativo estadual, permitiu que a mostra permanente dos quadros de Zumblick, doados por ele, em vida, ao município, fosse reaberta.

O artista tubaronense dedicou 75 anos de sua vida às artes. Nesse período, eternizou nas telas desde cenas do cotidiano até passagens importantes da história catarinense, como o folclore de Santa Catarina, o Contestado, a epopéia de Giuseppe e Anita Garibaldi, Boi-de-Mamão, Dança do Pau-de-Fita, as rendeiras, e a Festa do Divino, seu tema preferido.



MALINVERNI FILHO

Outra importante personalidade das artes completaria 100 anos em 2013. O artista plástico lageano Malinverni Filho, falecido em 1971, foi homenageado pelos deputados em sessão solene realizada em Lages no dia 10 de setembro, data em que ele completaria 100 anos de idade. A iniciativa da homenagem partiu do presidente da Assembleia.

Filho de imigrantes italianos, Agostinho Malinverni Filho fez diversas exposições e vendeu obras para mais de 40 países, como França, Alemanha, Inglaterra e Espanha. Durante três anos, foi restaurador das telas do Palácio Itamaraty. Em 1958, fundou a primeira Escola de Belas Artes do Estado de Santa Catarina, que funcionou em Lages.

Suas pinturas mais célebres retratam as paisagens da região serrana, mas Malinverni Filho também se destacou como escultor. Estátuas e bustos feitos por ele, de diversas personalidades, como os governadores Nereu Ramos e Jorge Lacerda, podem ser encontrados nas cidades de Lages, Brusque, Florianópolis, Rio do Sul, Palhoça e Videira.

OS 25 ANOS DA INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

Em outubro, o Parlamento deu início às comemorações dos 25 anos de promulgação da Constituição Estadual. A Carta Magna de Santa Catarina foi promulgada em 5 de outubro de 1989, mas um ano antes foi instalada a Assembleia Estadual Constituinte, formada pelos deputados eleitos pelo povo em 1986, que ficaram responsáveis pela elaboração do documento.

Além de uma exposição com fotos dos trabalhos da Constituinte, a Assembleia promoveu, no dia 23 de outubro, uma sessão especial em homenagem aos deputados constituintes. Outras ações estão programadas para o decorrer de 2014, quando serão comemorados os 25 anos da promulgação.



DEPUTADOS CONSTITUINTES - 1989

- Aloísio Piazza - Presidente
- Stélio Boabaid - Vice-presidente
- João Romário - 1º Secretário
- Wilson Wan-Dall - 2º Secretário
- João Gaspar - 3º Secretário
- Salomão Ribas Júnior - Presidente da Comissão de Sistematização
- Neuzildo Fernandes (in memoriam) - Relator Geral
- Joaquim Lemos - Relator Adjunto
- Lirio Rosso (in memoriam) - Relator Adjunto
- Pedro Bittencourt Neto - Relator Adjunto
- Ademar Duwe
- Admir Bortolini
- Alan Índio Serrano
- Altair Guidi
- Cesar Souza
- Dércio Knop
- Francisco Mastella (in memoriam)
- Gasparino Raimondi
- Gilson dos Santos
- Heitor Sché
- Hugo Matias Biehl
- Iraí Zílio (in memoriam)
- Ivan Ranzolin
- Jarvis Gaidzinski (in memoriam)
- João Macagnan
- João Matos
- Jorge Gonçalves da Silva
- José Bel
- José Luiz Cunha
- José Zeferino Pedrozo
- Juarez Rogério Furtado
- Julio Garcia
- Lauro Vieira de Brito
- Leodegar Tiscoski
- Luci Choinaski
- Luís Amilton Martins
- Mário Roberto Cavallazzi
- Martinho Herculano Ghizzo
- Nelson Locatelli
- Nilton Jacinto
- Nodgi Enéas Pelizzetti (in memoriam)
- Paulo Afonso Evangelista Vieira
- Paulo Bauer
- Raimundo Colombo
- Raulino Rosskamp
- Rivaldo Maccari
- Sidney Pacheco
- Valdir Baretta
- Vânio de Oliveira

HOMENAGEM AOS EX-PRESIDENTES

No dia 3 de dezembro, a Assembleia Legislativa promoveu uma sessão especial no Palácio Barriga Verde para homenagear os ex-presidentes do Parlamento catarinense. Ao todo, 45 deputados e ex-deputados que comandaram a Assembleia desde o início do período republicano foram homenageados, por iniciativa do deputado Joares Ponticelli (PP). Os ex-presidentes que ainda exercem mandato no Legislativo estadual, como é o caso de Volnei Morastoni (PT), Gilmar Knaesel (PSDB), Neodi Saretta (PT) e Gelson Merisio (PSD), também foram homenageados.

EX-PRESIDENTES

- Francisco Tolentino Vieira de Souza / 1ª Legislatura – 1891 in memoriam
- Eliseu Guilherme da Silva / 1ª Legislatura – 1892/1893 in memoriam
- Pe. Joaquim Elói de Medeiros / 2ª Legislatura – 1894/1895 in memoriam
- Luiz Antonio Ferreira Gualberto / 3ª Legislatura – 1896/1897 in memoriam
- Antônio Pinto da Costa Carneiro / 4ª Legislatura – 1898 A 1900 in memoriam
- Antônio Pereira da Silva e Oliveira / 4ª Legislatura – 1901/1903, 5ª Legislatura – 1904/1906, 6ª Legislatura – 1907/1909 e 7ª Legislatura – 1910/1911 in memoriam
- Gustavo Lebon Régis / 7ª Legislatura – 1912 in memoriam
- João Guimarães Pinho / 8ª Legislatura – 1913/1915 e 9ª Legislatura – 1916/1917 in memoriam
- Dorval Melquíades de Souza / 9ª Legislatura – 1918 in memoriam
- Raulino Júlio Adolpho Horn / 11ª Legislatura – 1919 a 1924 in memoriam
- Antônio Vicente Bulcão Vianna / 12ª Legislatura – 1925/1927 e 13ª Legislatura – 1928/1930 in memoriam
- Altamiro Lobo Guimarães / Presidente Assembleia Constituinte Estadual – 1935 a 1937 in memoriam
- José Boabaid / 1ª Legislatura – 1947 a 1950 in memoriam
- Volney Collaço de Oliveira / 2ª Legislatura – 1951 e 1953
- Protógenes Vieira / 2ª Legislatura – 1952 in memoriam
- Oswaldo Rodrigues Cabral / 2ª Legislatura – 1954 in memoriam
- Braz Joaquim Alves / 3ª Legislatura – 1955/1959 e 4ª Legislatura – 1960 in memoriam
- Paulo Konder Bornhausen / 3ª Legislatura – 1956
- Ruy Hülse / 3ª Legislatura – 1957
- José de Miranda Ramos / 3ª Legislatura - 1958 in memoriam
- João Estivalet Pires / 4ª Legislatura – 1961/1962 in memoriam
- Ivo Silveira / 5ª Legislatura – 1963 a 1965 in memoriam
- Lecian Slovinski / 5ª Legislatura – 1966 e 6ª Legislatura – 1967 a 1968
- Elgydio Lunardi / 6ª Legislatura – 1969 in memoriam



- Pedro Paulo Hings Colin / 6ª Legislatura – 1970 in memoriam
- Nelson Pedrini / 7ª Legislatura – 1971/1972
- Zany Gonzaga / 7ª Legislatura – 1973/1974 in memoriam
- Epitácio Bittencourt / 8ª Legislatura – 1975/1976 e 9ª Legislaturas – 1981/1982 in memoriam
- Waldomiro Colautti / 8ª Legislatura – 1977/1978 in memoriam
- Moacir Bertoli / 9ª Legislatura – 1979/1980
- Júlio Cesar / 10ª Legislatura – 1983/1984 in memoriam
- Stélio Cascaes Boabaid / 10ª Legislatura – 1985/1986
- Juarez Rogério Furtado / 11ª Legislatura – 1987/1988
- Heitor Luiz Sché / 11ª Legislatura – 1989/1990
- Otávio Gilson dos Santos / 12ª Legislatura – 1991/1992
- Ivan Cesar Ranzolin / 12ª Legislatura – 1993
- Pedro Bittencourt Neto / 12ª Legislatura – 1994 e 13ª Legislatura 1995/1996
- Francisco de Assis Küster / 13ª Legislatura – 1997
- Neodi Saretta / 13ª Legislatura – 1998
- Gilmar Knaesel / 14ª Legislatura – 1999/2000
- Onofre Santo Agostini / 14ª Legislatura – 2001/2002
- Volnei José Morastoni / 15ª Legislatura – 2003/2004
- Julio Cesar Garcia / 15ª Legislatura 2005/2006 e 16ª Legislatura – 2007/2008
- Jorginho dos Santos Mello / 16ª Legislatura – 2009
- Gelson Luis Merisio / 16ª Legislatura – 2010 e 17ª Legislatura – 2011/2012

EGON SCHADEN, O 'PAI DA ANTROPOLOGIA'

Em julho, por solicitação da Mesa da Assembleia, o Parlamento realizou uma sessão especial para comemorar o centenário de nascimento do catarinense Egon Schaden, conhecido em todo o País como 'Pai da Antropologia'.

Nascido em São Bonifácio, em 1913, Egon Schaden brilhou como antropólogo e se destacou internacionalmente na academia. Estudou no Colégio Catarinense, em Florianópolis, e graduou-se na USP, em São Paulo, onde desenvolveu sua carreira. O objetivo da homenagem foi destacar a importância desse catarinense para as ciências humanas, já que poucos catarinenses conhecem sua trajetória de conquistas. Schaden faleceu em 1991.



HOMENAGEM A JORGE LACERDA

Em outubro, o deputado Joares Ponticelli (PP) criou uma comissão para tratar do centenário do nascimento do governador Jorge Lacerda, morto num acidente aéreo, em 1958, quando governava Santa Catarina. Várias ações serão desenvolvidas no decorrer de 2014, culminando com a realização de uma sessão especial no dia 20 de outubro de 2014, dia em que Lacerda completaria 100 anos de idade.

Para o presidente da Assembleia Legislativa, o objetivo é resgatar o legado de Jorge Lacerda que, apesar de ter permanecido apenas por dois anos e meio à frente do governo estadual, deixou obras fundamentais para Santa Catarina, como a construção de escolas, rodovias e da Sociedade Termelétrica de Capivari.

SESSÕES ESPECIAIS E SOLENES EM 2013:

- Jornal A Notícia (Joinville) | Mesa da Assembleia
- Campanha da Fraternidade 2013 | Deputado Padre Pedro Baldissera (PT)
- Dia Internacional da Mulher | Bancada Feminina
- Eduardo Magnus Smith, vice-presidente do Grupo RBS (título de Cidadão Catarinense) | Deputado Gelson Merisio (PSD)
- Crea-SC, pelos 55 anos de fundação | Deputado Reno Caramori (PP)
- Federação das Associações das Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (Fampesc) | Bancada do PSD
- Ordem Internacional das Filhas de Jó | Deputado Gelson Merisio (PSD)
- Proerd de Santa Catarina, pelos 15 anos de atuação | Deputado Ismael dos Santos (PSD)
- PCdoB, pelos 91 anos de existência | Deputada Angela Albino (PCdoB)
- Felipe Damerou Ouriques, idealizador do Projeto Gabriel Social | Deputado Serafim Venzon (PSDB)
- OAB Santa Catarina, pelo aniversário de 80 anos | Deputado Marcos Vieira (PSDB)
- PMDB de Santa Catarina, pelos 47 anos de fundação | Bancada do PMDB
- Sindicato dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina, pelos 30 anos de fundação | Deputado José Milton Scheffer (PP)
- Dia do Samurai em Santa Catarina | Deputado Jorge Teixeira (PSD)
- Corte Catarinense de Mediação e Arbitragem, pelos 15 anos de atuação | Deputado Antonio Aguiar (PMDB)
- Dia do Profissional em Contabilidade | Deputado Edison Andrino (PMDB)
- 70 anos da aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) | Deputado Joares Ponticelli (PP)
- 90 anos da Base Aérea de Florianópolis | Deputado Valmir Comin (PP)
- 50 anos da Fead/Udesc | Mesa da Assembleia
- 178 anos da Polícia Militar de Santa Catarina | Mesa da Assembleia
- 40 anos da Embrapa | Deputados Moacir Sopelsa (PMDB) e Neodi Saretta (PT)
- 180 anos da emancipação político-administrativa de Biguaçu | Deputado Reno Caramori (PP)
- 40 anos da Associação Chapecoense de Futebol | Deputados Luciane Carminatti (PT), Gelson Merisio (PSD) e Narciso Parizotto (DEM)
- 105 anos da Imigração Japonesa | Deputado Reno Caramori (PP)
- Marcos Flávio Ghizoni e Jayme Augusto Bertelli, responsáveis pela criação de cirurgia neurológica inovadora | Deputado Jailson Lima (PT)
- 45 anos da Fetaesc | Deputado Mauro de Nadal (PMDB)
- Dia do Bombeiro e Projeto Bombeiros Mirins | Deputada Ana Paula Lima (PT)
- Homenagem aos envolvidos no socorro às vítimas das enchentes de 1983 no Vale do Itajaí | Mesa da Assembleia
- Centenário do escotismo em Santa Catarina | Deputada Ana Paula Lima (PT)
- 40 anos da União dos Vereadores do Estado de Santa Catarina (Uvesc) | Deputado Mauro de Nadal (PMDB)
- 65 anos da Fecomércio-SC | Mesa da Assembleia
- 40 anos do Creci-SC | Mesa da Assembleia
- Dia do Maçom | Mesa da Assembleia

- 30 anos da CUT-SC | Deputado Dirceu Dresch (PT)
- Centenário do Clube 7 de Setembro de Palhoça | Deputada Dirce Heiderscheidt (PMDB)
- Ex-deputado Paulo Stuart Wright | Deputada Angela Albino (PCdoB)
- 40 anos do Movimento Tradicionalista Gaúcho | Deputado Maurício Eskudlark (PSD)
- Homenagem aos Consegs de Santa Catarina | Deputado Jean Kuhlmann (PSD)
- Jornal da Manhã, de Criciúma, pelos 30 anos de fundação | Bancada do Sul de SC
- 90 anos do Avaí Futebol Clube | Bancada do PP
- Homenagem aos pioneiros da agroecologia em Santa Catarina | Fórum Permanente da Agricultura Agroecológica e Sustentável em Santa Catarina
- 80 anos de fundação de Treze Tílias | Deputado Reno Caramori (PP)
- 25 anos do Sindfisco-SC | Deputados Gilmar Knaesel (PSDB), Aldo Schneider (PMDB) e Renato Hinnig (PMDB)
- Dia do Médico | Deputado Antonio Aguiar (PMDB)
- 25 anos do Sescon-Grande Florianópolis | Deputado Renato Hinnig (PMDB)
- Dia do Servidor Público | Mesa da Assembleia
- Dia do Cirurgião Dentista | Deputado Dado Cherem (PSDB)
- Dia do Técnico Agrícola | Deputado Altair Silva (PP)
- 50 anos de emancipação político-administrativa do município de Antônio Carlos | Deputado Valmir Comin (PP)
- 60 anos de fundação da Escola de Educação Básica São Bento, em São Bento do Sul | Deputado Silvio Dreveck (PP)
- Fábrica de Rendas e Bordados Hoepcke e Rádio Guarujá de Florianópolis | Deputado Joares Ponticelli (PP)
- Movimento das Mulheres Camponesas de Santa Catarina | Deputada Luciane Carminatti (PP)
- Associação Chapecoense de Futebol, pelo acesso à Série A do Campeonato Brasileiro | Deputado Altair Silva (PP)
- 60 anos da empresa Oxford Porcelanas de São Bento do Sul | Deputado Silvio Dreveck (PP)
- 50 anos do Sindilojas de Blumenau | Deputados Gilmar Knaesel (PSDB), Ismael dos Santos (PSD), Jean Kuhlmann (PSD) e Ana Paula Lima (PT)
- Lançamento do livro "De Nossa Senhora da Piedade do Tubarão a Tubarão", homenagem à Tubarão Deputado Joares Ponticelli (PP)
- Homenagem à Caixa Econômica Federal | Deputado Jailson Lima (PT)
- Homenagem aos 67 anos do Conselho Regional de Contabilidade (CRC) de Santa Catarina | Deputado Renato Hinnig (PMDB)

COMENDA DO LEGISLATIVO CATARINENSE

A principal solenidade da Assembleia Legislativa no ano é a concessão da Comenda do Legislativo Catarinense. A premiação foi instituída no ano de 2008, por meio da Resolução nº 2/2008, que unificou todas as homenagens concedidas pelo Parlamento estadual. Anualmente, cada parlamentar, efetivo ou suplente no exercício do mandato, pode indicar uma pessoa, entidade, empresa ou instituição para ser homenageada em reconhecimento ao compromisso social e empreendedorismo em prol do Estado.

Em 2013, a entrega da comenda foi realizada no dia 11 de novembro, em uma sessão especial que lotou as dependências do Palácio Barriga Verde e homenageou quatro empresas, dez instituições e 29 personalidades.



DEPUTADOS E SEUS HOMENAGEADOS:

- *Ada Faraco de Luca: Salete Silva Sommariva
- Aldo Schneider: Induma S/A Indústria de Papel e Papelão
- Altair Silva: Saul Antonio Brandalise
- Angela Albino: Carlos Gilberto Crippa
- Altair Guidi: Mário Búrigo – in memoriam
- Ana Paula Lima: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT
- Antonio Aguiar: Maria Gertrudes da Luz Gomes
- Carlos Alberto Chiodini: Ovandi Rosenstock
- Darci de Matos: José Aluísio Vieira
- Dirce Heiderscheidt: Miguel Augusto Forbeck Faraco
- Dado Cherem: Moacyr Werner
- Dirceu Dresch: Isolde Espíndola
- Dóia Guglielmi: Clésio Salvaro
- Gilmar Knaesel: Orquestra Sinfônica de Santa Catarina (OSSCA)
- Gelson Merisio: Dr. Frederico J. di Giovanni
- Ismael dos Santos: ACIB- Associação Empresarial de Blumenau
- Jean Kuhlmann: Rede Feminina de Combate ao Câncer de Blumenau
- Jailson Lima: Isadora Faber
- José Milton Scheffer: União Feminina de Assistência à Comunidade Sombriense
- José Nei Ascari: Federação das Apaes do Estado de Santa Catarina
- Joares Ponticelli: CEPON- Centro de Pesquisas Oncológicas
- Jorge Teixeira: Antônio Carlos Konder Reis
- Kennedy Nunes: Antônio José de Mattos Patricio Júnior
- Luciane Carminatti: Pedro Uczi
- Marcos Vieira: Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP
- Manoel Mota: Zênio Cardoso
- Maurício Eskudlark: Stélio Boabaid
- Mauro de Nadal: Marcos Antonio Zordan
- Moacir Sopelsa: Egílio Paludo
- Narcizo Parisotto: Daví Barela Dávi
- Neodi Saretta: União Municipal das Associações de Moradores de Concórdia – UMAMC
- Nilson Gonçalves: Pedro Paulo Hins Colin – in memoriam
- Padre Pedro Baldissera: Cáritas Brasileira – Regional Santa Catarina
- Renato Hinnig: Márcio Luz Schaefer
- Reno Caramori: Maria Ester Menegasso
- Romildo Titon: Parque Termal Piratuba
- Sargento Amauri Soares: Luiz Carlos Pinheiro Machado
- Sandro Silva: Cacilda Peixer Lemos
- Serafim Venzon: Antônio Ogliari
- Silvio Dreveck: Madeireira Beira Rio
- *Valdir Cobalchini: Casildo Maldaner
- Valmir Comin: União das Associações de Bairros de Criciúma - UABC
- Volnei Morastoni: Osvaldo Cipriano

*Deputados licenciados que atuam como secretários de Estado



08
CIDADANIA



CONFIRA AS AÇÕES DA ESCOLA DO LEGISLATIVO E DO PROGRAMA ANTONIETA DE BARROS

CIDADANIA

PAB PROPORCIONOU ESTÁGIO PARA 251 JOVENS EM NOVE ANOS DE EXISTÊNCIA

O Programa Antonieta de Barros (PAB) completou nove anos em 2013 e já proporcionou estágio remunerado para 251 jovens carentes da Grande Florianópolis. Em 2013, o PAB obteve reconhecimento nacional ao ser contemplado com o “Prêmio Camélia da Liberdade Ação Afirmativa, Atitude Positiva (2013)”, na categoria Poder Público. A premiação foi promovida em abril, no Rio de Janeiro, pelo Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (Ceap).

Segundo a coordenadora do PAB, Marilú Lima de Oliveira, 20 egressos do programa entraram na universidade, sendo que cinco deles já estão formados. “São dois advogados, dois administradores e uma bibliotecária”, comemora.

São 40 estagiários do PAB que atuam no Legislativo catarinense, sendo que 25% frequentam o 1º ano do Ensino Médio, 47% o segundo e 25% o terceiro. Eles têm entre 16 a 22 anos e 13% são pardos, 5% indígenas, 28% brancos e 55% são negros.

Os estagiários são indicados pelas 19 entidades parceiras e cumprem carga horária de 20 horas semanais.

Todas as sextas-feiras, ao invés de se dirigirem aos locais habituais de trabalho, os estudantes vão para a Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, onde têm aulas de formação e vivência. Para Marilú, o objetivo do programa é proporcionar ao jovem carente oportunidade de sair da comunidade em que vive para ter diferentes experiências de vida. “Você não vai formar pessoas diferentes se elas continuarem vivenciando as mesmas coisas. Para ser diferente é preciso um referencial diferente”, explica.



ESCOLA DO LEGISLATIVO FORMA PRIMEIRA TURMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

A Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira formou no dia 3 de setembro, a primeira turma de pós-graduação em Poder Legislativo e Cidadania. O curso teve início em 25 de agosto de 2011 para servidores do Parlamento catarinense e de câmaras associadas com o objetivo de contribuir com a melhoria da qualidade do serviço público. O formando Simeão Laércio Ramos foi o orador da turma.

O Programa de Pós-Graduação da Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, foi instituído pela Resolução 054/10 do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina e pela Portaria Nº 01, de 14 de junho de 2012. Essa conquista reconheceu a credibilidade da Escola e sua intensa atuação na capacitação do público interno e da comunidade, na opinião do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Joares Ponticelli (PP).

FORMANDOS:

Alexandre José Back
Antônio Francisco Cervi
Carlos Henrique Paniz
Carolina Tomazelli
Claudio Tubbs
Dayana Romero Mota
Deyse Aparecida Ferreira
Dorli Schwalbe
George Jesus Fleury Camargo
Josy Maria Marcelino da Silva
Juliana Helena Nunes Giacomi
Maria Natel Scheffer Lorenz
Marcio Welter
Marianne C. Tilmann
Ramatís Bessa Santos
Simeão Laércio Ramos
Tatiane de Bona
Valeska Daniela Tratsk
Vítor Santos

PARLAMENTO JOVEM CATARINENSE Exercício prático de democracia

Estudantes do Ensino Médio de oito escolas públicas e particulares são eleitos, duas vezes por ano, formando turmas de 40 jovens cada, para ocupar a cadeira dos deputados estaduais por três dias e conhecer de perto a rotina do Poder Legislativo estadual. O programa Parlamento Jovem Catarinense foi criado em 2005, através da Resolução 03, de iniciativa da deputada Ana Paula Lima (PT), com a intenção de que adolescentes vivenciem as principais atividades da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Em 2013, duas edições foram realizadas. Nos últimos três anos, cerca de 30 projetos de lei foram apresentados durante o Parlamento Jovem Catarinense. Destes, oito já viraram leis e 13 estão em tramitação.

Os estudantes participam de palestras sobre o processo Legislativo, mas o ponto alto do programa é a realização da sessão ordinária feita exatamente como manda o Regimento Interno da Casa. A experiência envolve a eleição da Mesa, com a escolha do presidente, vice-presidente e dos secretários. Os deputados estudantes instalam e participam das comissões permanentes, como a de Constituição e Justiça e a de Finanças e Tributação e das comissões temáticas, tudo com a supervisão de consultores legislativos e servidores das comissões.

Seguindo a tradição democrática, todas as escolas participantes dirigem os trabalhos legislativos. Os estudantes formam partidos políticos e deixam o Parlamento sabendo o que é e qual é a importância do trabalho de um deputado.

Na 15ª edição do Parlamento Jovem, realizada de 13 a 15 de agosto de 2013, os parlamentares usaram a tribuna durante a sessão plenária para

apresentar as cidades e regiões que representam, com destaque para as belezas e atrativos de Leoberto Leal, na Grande Florianópolis; Nova Veneza, no Sul; São Joaquim, na Serra; Jaborá, no Meio Oeste; Chapecó, no Oeste; Itapema, no Vale do Itajaí; Jaraguá do Sul, no Nordeste; e Canoinhas, no Planalto Norte. A 16ª edição do Parlamento Jovem aconteceu nos dias 26, 27, 28 e 29 de novembro de 2013, com a participação de escolas dos municípios de Brusque, Barra Velha, Criciúma, Caçador, Florianópolis, Jupiá, Mafra e São Joaquim. Foram aprovados seis projetos de lei e duas propostas de emenda constitucional.

Edições realizadas: 16
Jovens participantes: 640
Escolas: 104
Municípios representados: 62

FALA JOVEM É REALIZADO EM SEIS MUNICÍPIOS CATARINENSES

O programa Fala Jovem, promovido pela Escola do Legislativo em parceria com a TVAL, reúne universitários e deputados para um debate aberto com uma linguagem acessível em diferentes cidades. Para ambientar o programa ao universo local, uma banda regional faz apresentações na abertura, no intervalo e encerra o programa, que tem dois blocos de 30 minutos e vai ao ar nas sextas-feiras, às 18 horas, pela TVAL. Este ano, até novembro, foram ao ar cinco programas gravados nos seguintes municípios: Florianópolis, Rio do Sul, Cocal do Sul, Orleans, Balneário Camboriú e Videira.

PROGRAMA DE VEREADORES MIRINS PROMOVE FORMAÇÃO POLÍTICA

Fruto de uma parceria entre as câmaras de vereadores, poderes Executivo e Legislativo, o Programa de Formação de Vereadores Mirins investe na formação política dos estudantes por intermédio da Escola do Legislativo: Deputado Lício Mauro da Silveira. Até julho de 2013, 43 municípios mantinham o programa. Muitos deles estavam representados no IV Encontro Estadual de Vereadores Mirins que aconteceu dia 14 de novembro, no Auditório Antonieta de Barros, no Palácio Barriga Verde, com cerca de 400 participantes.

CÂMARAS COM O PROGRAMA VEREADOR MIRIM EM FUNCIONAMENTO

Águas de Chapecó; Arroio Trinta; Balneário Camboriú; Balneário Piçarras; Biguaçu; Blumenau; Bombinhas; Caçador; Camboriú; Concórdia; Dionísio Cerqueira; Florianópolis; Galvão; Gaspar; Guaramirim; Imbituba; Imbuia; Indaial; Iporã; Irani; Jaguaruna; Jaraguá do Sul; Joinville; Jupiá; Lages; Massaranduba, Matos Costa, Navegantes, Pomerode, Ponte Ser-

rada, Rio do Oeste, Rio dos Cedros, Romelândia, Saltinho, São Bento do Sul, São Cristóvão do Sul, São Domingos, São Francisco do Sul, São Lourenço do Oeste, Timbó, Treviso, Vitor Meireles.

PARCERIA COM COMISSÕES PERMANENTES

A Escola do Legislativo promoveu várias atividades em parceria com as comissões temáticas do Poder Legislativo ao longo de 2012 e 2013, cumprindo uma de suas funções, que é assessorar parlamentares e comissões.

Em parceria com as comissões permanentes da Assembleia, temas relevantes da atualidade foram debatidos com os cidadãos catarinenses. Por iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Assembleia, e da Comissão de Educação da Câmara Federal, em parceria com as gerências regionais de Educação, secretarias municipais, universidades e associações de municípios das regiões de abrangência, uma série de debates sobre os Planos Municipais, o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Sistema Nacional de Cultura foram realizadas com a comunidade, professores e servidores de várias regiões. Em julho, os debates ocorreram em Araranguá, dia 12, e em Florianópolis, dia 18. Em outubro, foi a vez do Extremo-Oeste catarinense. O Centro de Eventos de São Lourenço do Oeste recebeu o debate sobre o PNE dia 11. No dia 4 de novembro, o seminário foi realizado no município de Dionísio Cerqueira, fechando o ciclo de debates de 2013. A mesma Comissão promoveu, de 28 a 30 de agosto, em Chapecó, o Seminário Estadual de Educação no Campo.

Em parceria com a Comissão de Saúde foi promovido o II Seminário de Práticas Integrativas (PICs) que reuniu cerca de 500 participantes, dias 5 e 6 de julho, no auditório Antonieta de Barros, no Palácio Barriga Verde, em Florianópolis.

Inclusão foi a meta das atividades programadas para o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência, em 19 de setembro. O evento foi feito em parceria com a Comissão de Defesa da Pessoa com Deficiência, que também colaborou com a realização do Seminário sobre a Síndrome X Frágil, no dia 23 de setembro.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Para apresentar informações técnicas e atualizadas sobre o tema Responsabilidade Socioambiental e incentivar empresas privadas e entidades com fins não econômicos a participarem da 3ª edição da Certificação de Responsabilidade Social Troféu-Destaque – SC foi organizado o I Seminário de Certificação de Responsabilidade Social. O evento aconteceu em Florianópolis, dia 25 de julho; Criciúma, 1º de agosto; Lages, 2 de agosto; Itajaí, 8 de agosto; Joinville, 9 de agosto; Rio do Sul, 15 de agosto; Chapecó, 22 de agosto e Tubarão em 30 de agosto. O Seminário foi feito em parceria com a Comissão de Assessoria à Comissão Mista de Certificação de Responsabilidade Social.

PARCERIA COM GABINETES

Seminário sobre Síndrome de Down: auditório Antonieta de Barros, dia 21 de março, Dia Estadual da Pessoa com Síndrome de Down, instituído pela Lei 15.529/2011, de autoria do deputado José Milton Scheffer (PP).

Farmácia da Natureza Itinerante, de 22 a 25 de março, em Caçador, em parceria com o gabinete do deputado Padre Pedro Baldissera (PT).

Seminário Mercosul Cidadão, dias 21 e 22 de agosto, em Chapecó, reuniu legisladores e representantes dos países membros do Mercosul. Solicitação do Gabinete do deputado Edison Andrino (PMDB).

EVENTOS EM PARCERIA COM INSTITUIÇÕES

PARCERIA COM A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Em parceria com a UFSC, a Escola do Legislativo realizou, de 22 a 24 de abril, o evento internacional: "Seminário de Cooperação Científica Brasil-Québec: territórios e fronteiras como lugares de trocas, de diálogos e de inovação". Os debates aprofundaram as experiências de intercâmbio entre a UFSC e a Université du Québec à Montréal

(UQMA) que envolvem pesquisas com destaque para as áreas de Psicologia, Planejamento Urbano, Ciência Política, Geografia, Literatura, entre outras.

III MOSTRA DE VINHOS DE SANTA CATARINA

Conhecer o melhor da vinicultura catarinense foi o objetivo das três oficinas de degustação promovidas dia 4 de junho em comemoração ao Dia Estadual do Vinho. A data comemorativa foi instituída por Lei de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera (PT). Os cursos foram ministrados em parceria com o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), na Assembleia Legislativa, e atraíram servidores, profissionais da área de gastronomia, estudantes e demais interessados.

CUIDADORES TERAPÊUTICOS

Na noite de 17 de julho, no Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright, ocorreu a abertura do curso de Cuidadores Terapêuticos promovido pelo Instituto Guga Kuerten e realizado pela Escola do Legislativo. O curso foi concluído em 10 de dezembro.

CURSOS DE CAPACITAÇÃO

- A Arte de Servir no Legislativo: dia 20 de março, em Jaraguá do Sul.
- Capacitação em Redação Oficial: dias 17, 19, 22, 26 e 29 de abril e 6 de maio, em Florianópolis, parceria com a Secretaria de Estado da Educação (SED).
- Técnica Legislativa e Redação para servidores do Ministério Público de Santa Catarina: dias 4 e 5 de junho, em Florianópolis.
- Técnica Legislativa e Redação para servidores da Assembleia Legislativa de Santa Catarina: dias 6 e 7, 10 e 11 de junho, em Florianópolis.
- Processo Legislativo: dia 26 de julho, em Joinville.
- Formação Política e Cidadania & Formação Política para Mulheres: De 09 a 10 de maio foi realizado o 4º Encontro de Mulheres Parlamentares. Sediado em Joinville, o evento reuniu vereadoras e assessores de todas as regiões, e representantes do Fórum da Mulher Parlamentar junto à União dos Vereadores do Estado de Santa Catarina (Uvesc).

CAPACITAÇÃO DO LEGISLATIVO

Seminário “Vereadores eleitos para a Legislatura 2013/2016: Compromisso, Comprometimento e Conhecimento à Serviço do Cidadão”.

Ministrado nos seguintes locais:

Dias 22 e 23 de agosto, em São Lourenço do Oeste para a Associação das Câmaras Municipais do Noroeste Catarinense (Acanor).

Dia 20 de agosto, em Chapecó, para a Associação das Câmaras Municipais do Oeste (Acamosc).

Dia 16 de agosto, em Imbituba para a Câmara de Vereadores do Município.

Dia 19 de julho, em Trombudo Central, para os membros da União de Câmaras e Vereadores do Alto Vale do Itajaí (Ucavi).

Dia 21 de junho, em Nova Veneza, mobilizando representantes da Associação Sul Catarinense de Vereadores (Ascave).

Dia 24 de maio, em Itajaí, reunindo membros do Parlamento da Macrorregião da Foz do Rio Itajaí (Parlaamfri).

- Curso de Cerimonial Público, Protocolo e Procedência: dias 4 e 5 de julho em Brusque.
- III Encontro de Câmaras de Vereadores: dia 10 de agosto, no município de Palmitos, para subsidiar a atuação dos legisladores e servidores da Associação de Câmaras Municipais do Oeste de Santa Catarina (Acamosc).
- Fórum de Ideias Parlamentares: dias 14 e 15 de agosto, em Lages.
- Curso de Formação Política, a Importância do Legislativo: dias 9, 16, 23 e 30 de outubro, em Jaraguá do Sul, em parceria com a Escola do Legislativo Vereador Marcos Mannes, da Câmara jaraguaense. Comunicação Governamental e Assessoria: dia 31, em Florianópolis.

CAPACITAÇÃO TÉCNICA

Os cursos de Capacitação Técnica do Legislativo Catarinense foram realizados nos municípios de Xanxerê, Oeste do Estado, de 18 a 20 de setembro,

Itajaí e Otacílio Costa, em 2 de outubro, Chapecó, dia 10 de outubro e 25 de novembro.

Em Itajaí, mais de 60 pessoas participaram do curso “O Papel do Assessor Parlamentar e a Boa Condução dos Trabalhos de Gabinete”, oferecido em 27 de setembro, na sede da AMFRI - Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí, por solicitação do Parlamento da Macrorregião da Foz do Rio Itajaí (Parlaamfri). Os temas abordados foram: o papel dos Poderes Executivo e Legislativo e Técnica Legislativa.

Em Chapecó, dia 10 de outubro, as oficinas de Revisão Ortográfica para Redação Oficial e Redação Oficial foram oferecidas aos servidores e vereadores da Associação das Câmaras do Oeste de Santa Catarina (Acamosc). A professora Norma Andrada da Silva falou para cerca de 60 pessoas, totalizando oito horas-aula.

EVENTOS DE CAPACITAÇÃO PARA SERVIDORES EM 2013

- A Crise Ética na Gestão Pública e no Serviço Público na sede da Escola do Legislativo.
- Dia 13 de junho, os servidores da Alesc receberam o filósofo e professor José Dimas D’Ávila Monteiro.

DE OLHO NO LEGISLATIVO

Durante todo o dia 14 de junho, o cientista político Humberto Dantas e o advogado especialista em Gestão Pública Legislativa, Roberto Lamari discutiram sobre o Poder Legislativo e o caso brasileiro; Controle Social no Parlamento – desafios estruturais e culturais; Introdução ao processo legislativo brasileiro e Avaliando mandatos parlamentares – proposta de método e ação. Dirigido para alunos do curso de pós-graduação em Poder Legislativo e Cidadania, o curso atraiu vereadores, servidores e interessados em geral.

OUTROS CURSOS REALIZADOS EM 2013

- Dia 12/11: O Papel Institucional e Político do Poder Legislativo, no auditório da Escola do Legislativo, em Florianópolis. Ministrante: André Barbi.
- Dia 13/11: A Avaliação de Programas Governamentais pelo Legislativo, no auditório da Escola do Legislativo, em Florianópolis. Ministrante: Leandro Damásio.
- Dias 21 e 22/11: Cerimonial e Organização de Eventos, no Auditório da Associação dos Municípios do Alto Irani – Amai, em Xanxerê. Ministrante: Ramires Sartor Linhares.
- Dia 25/11: Formação Política para Mulheres, em Chapecó.
- Dia 28/11: Capacitação Técnica do Legislativo Municipal, no Centro Pastoral São Marcos, em Rio Fortuna. Ministrante: Braz Ciseski.
- Navegação segura e pedofilia: orientar crianças, adolescentes, pais e educadores é a proposta da série de seminários com o tema “Navegação segura e combate à pedofilia na internet” realizado em 2013. Sete encontros foram realizados no Oeste, em outubro, reunindo mais de 1500 crianças nos municípios de São Carlos e Pinhalzinho. O psicólogo e diretor da ONG SaferNet Brasil, Rodrigo Nejm, veio à Santa Catarina especialmente para os seminários.
- Formação e Aperfeiçoamento Profissional.
- Palestra de Mario Sergio Cortella aborda o tema “ética” com bom humor. O filósofo Mario Sergio Cortella falou por duas horas, na tarde de 24 de setembro de 2013, para um público atento de cerca de 500 pessoas que lotaram o auditório Antonieta de Barros em Florianópolis. Professor por mais de 30 anos, o palestrante apresenta um currículo que reúne experiências diversas. Ele foi ex-monge, seguidor de Paulo Freire e também ocupou o cargo de secretário de Educação do município de São Paulo, no governo Luiza Erudina. É dessa experiência diversa que Cortella buscou exemplos para enriquecer a palestra “Ética, indivíduo e sociedade”.

CURSOS DO NÚCLEO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL 2013

- Qualificação e Atualização para Garçons e Copeiros: De 22 a 30 de julho.
- A Crise Ética na Gestão Pública e no Serviço Público: Dia 13 de junho. Ministrante: José Dimas D’Ávila Monteiro.
- Estrutura e Gestão do Legislativo: Dias 20 e 21 de junho. Ministrante Fernando Coelho.
- Capacitação em Redação Oficial: Dias 2, 3, 9, 10, 11, 12 e 16 de julho. Tema: Estudos Linguísticos, Comunicação e Expressão – Módulo I. Palestrante: Norma Andrade da Silva.
- Ato Comemorativo da Semana Estadual das Pessoas com Deficiência Intelectual e Múltipla – Apresentação do Projeto Alesc Inclusiva: Dia 28 de agosto. Seminário de Sensibilização dos Servidores para o Programa Alesc Inclusiva.
- Oratória Básica: Dia 12 de setembro. Ministrante Vivian Tamai.
- Capacitação para Recepcionistas: Dia 12 de setembro. Ministrante Vivian Tamai.
- Semana do Servidor Público de 22 a 24 de outubro: Dia 22 de outubro. Palestra Estratégia, Excelência, Inovação e Você no Serviço Público, Doutor Waldez Ludwig, hall da Alesc.
- Libras para Iniciantes: uma Noção Básica da Língua Brasileira de Sinais: Dias 14 e 21 de outubro e 4, 11, 18 e 25 de novembro.
- Intensivo de Gramática da Língua Portuguesa: Dias 31 de outubro e 1, 7 e 8 de novembro. Ministrante: Maria Helena Pasqualotto.
- Capacitação em Reportagem Televisiva: Dias 25 de outubro e 1, 4, 11 e 18 de novembro. Ministrantes: Jucinei Cardoso e Everton Medeiros.

09
COMUNICAÇÃO



VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO LEGISLATIVOS
GARANTEM TRANSPARÊNCIA ÀS ATIVIDADES

COMUNICAÇÃO

SINAL ABERTO AOS CATARINENSES

A TVAL – TV da Assembleia Legislativa – já está transmitindo em sinal aberto desde dezembro de 2013. “Tornamos ainda mais transparente o trabalho do Legislativo, pois os cidadãos têm oportunidade de fiscalizar mais e de saber o que seus deputados estão fazendo”, afirma o presidente da Assembleia, Joares Ponticelli (PP).

O presidente ressaltou o apoio dos 40 deputados catarinenses na implantação do sinal aberto, em especial de Gilmar Knaesel (PSDB), que era o chefe do Legislativo à época do lançamento da TVAL, em 1999; e de Jailson Lima e Ana Paula Lima, ambos do PT, que participaram das conversações com a Câmara dos Deputados, no convênio que permitiu a doação do transmissor para a TVAL.

O sinal aberto da emissora legislativa está disponível inicialmente na capital e municípios da Grande Florianópolis, como São José, Biguaçu e Palhoça. “O desafio, daqui pra frente, será ampliar o sinal aberto para outras regiões do estado”, destaca Ponticelli.

COMO SINTONIZAR

Os telespectadores de Florianópolis, São José, Biguaçu e Palhoça podem acompanhar a programação pelo canal 61.3. Para isso, é necessário que o aparelho de TV e a antena estejam preparados para captar o sinal digital.

A TVAL segue exibindo sua programação também via antena parabólica, TV a Cabo e internet, no site da Assembleia.



AGÊNCIA AL Notícias do Parlamento em tempo real

Todas as votações, debates e ações legislativas são disponibilizadas diariamente nas reportagens e fotografias da Agência AL – a Agência de Notícias do Legislativo catarinense.

Além de informar o cidadão e garantir transparência às atividades parlamentares, a Agência AL serve como fonte de informação para jornalistas e colunistas de todo o Estado, que também recebem boletins diários com as notícias legislativas.

Acompanhe o trabalho dos parlamentares catarinenses pelo endereço:
<http://agenciaal.alesc.sc.gov.br>



RÁDIO AL Nova programação na Rádio AL

Programas ao vivo, com personalidades catarinenses e de destaque nacional, marcaram a programação da Rádio AL em 2013.

Outra novidade foi a criação do “Destaque Esportivo – Padrão de Excelência 2013”, que premiou 16 personalidades do esporte: treinadores, atletas profissionais e amadores de diversas modalidades, além de jornalistas e dirigentes esportivos.

Para 2014, a Assembleia Legislativa planeja a inauguração de uma emissora de rádio FM na Grande Florianópolis. Atualmente a Rádio AL é sintonizada pela internet, pelo site www.alesc.sc.gov.br



10

CULTURA



PALÁCIO BARRIGA VERDE SEDIA EXPOSIÇÕES
DE ARTE E LANÇAMENTOS LITERÁRIOS

CULTURA

PARLAMENTO SEDIA EXPOSIÇÕES E LANÇAMENTOS LITERÁRIOS

A promoção da cultura catarinense é uma das diretrizes da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Com o objetivo de apoiar a divulgação das obras dos artistas do Estado, o Parlamento promove, por meio da Gerência Cultural, exposições de artes plásticas, mostras fotográficas, lançamentos literários, entre outros eventos.

Vários espaços do Palácio Barriga Verde são disponibilizados para a promoção da cultura. Além do hall principal, da Galeria de Arte Ernesto Meyer Filho, do Espaço Cultural Jerônimo Coelho e do Espaço Didático-Cultural, os corredores da Assembleia são frequentemente utilizados para os eventos culturais.

Em 2013, a Gerência Cultural promoveu 22 exposições de artes plásticas, 31 lançamentos literários, 19 exposições diversas (fotográficas, de artesanato) e 20 outros eventos, como apresentações musicais, lançamentos de feiras e exposições e homenagens.

O ANO DE WILLY ZUMBLICK

Em função do centenário de nascimento do artista plástico catarinense Willy Zumblick, a Assembleia dedicou em 2013, atenção especial à obra daquele que é considerado um dos maiores pintores do Estado e uma das 20 personalidades do século XX.

No mês de setembro, o Parlamento catarinense foi parceiro da Prefeitura de Tubarão na reabertura da exposição permanente das telas de Zumblick, no museu que leva o nome do artista plástico, em Tubarão, sua cidade natal. A iniciativa foi possível graças a um trabalho minucioso desenvolvido, em julho, pela Gerência Cultural. Durante três semanas, os servidores Isabella Brand Flores e Kiko Cervi trabalharam na preparação das telas para a exposição. A parceria do Legislativo com o município de Tubarão na recuperação dos quadros proporcionou ao museu um trabalho que, se fosse feito pela iniciativa privada, seria de um custo muito elevado.

Já o Palácio Barriga Verde foi palco, em duas ocasiões, de outra exposição sobre o artista tubaronense denominada Zumblick Iluminado. A mostra trouxe reproduções fotográficas de telas do pintor que receberam retroiluminação. As imagens, em alta resolução, foram impressas sobre corpo acrílico de 8 mm de espessura. A iluminação individual, em LED de 2500 LUX de potência, busca realçar os efeitos de luz e sombra característicos do artista.

A exposição chegou à Assembleia no começo de outubro. Após passar por outras cidades catarinenses, retornou à sede do Legislativo na segunda quinzena de dezembro.

CIDADES RETRATADAS

Os municípios catarinenses foram temas de várias exposições realizadas nos espaços culturais da Assembleia no ano. Em março, o aniversário da capital Florianópolis foi marcado pela exposição de artesanato “Ilhéu um pouco de Floripa”. A mostra reuniu trabalhos da artista plástica Gabriela Luft e dos artesãos Índia Brazil, Janete Veríssimo e João Olíbio, além de peças produzidas pela Associação Artesanato Ribeirão Arte.

Em abril, a exposição “Cores e Traços da Natureza”, do artista plástico L. S. Chibita, também fez uma homenagem à Florianópolis. A mostra trouxe 20 quadros que retratam o cotidiano da cidade e seus trabalhadores, como pescadores e lavadeiras.

A Capital e Itajaí foram retratadas, em conjunto, na mostra “Duas Cidades”, da artista plástica Lindinalva Deólla, promovida em maio. As telas trouxeram um pouco da história e dos principais pontos turísticos e culturais.

A região de Araranguá, conhecida pelas belezas naturais, foi tema da exposição fotográfica “Um olhar ambiental sobre Araranguá e região do entorno”. Com imagens do fotógrafo ambientalista Tadeu Santos e outros 13 convidados, entre amadores e profissionais, os trabalhos retrataram a preocupação que todo ser humano deve ter com o meio ambiente. O evento foi realizado em junho, durante a Semana Mundial do Meio Ambiente.

Em julho, Laguna, a terceira mais antiga cidade catarinense, teve sua história retratada na mostra fotográfica “De volta ao passado”, que reuniu 80 banners com fotos antigas da cidade de Laguna. Resgatadas do acervo pessoal do organizador da mostra, o historiador e escritor lagunense Pedro Paulo Camilo, as imagens revelam aspectos culturais e históricos da cidade e mostram temas como arquitetura, urbanismo, religião, economia,

esporte, imprensa e música. Já em novembro, Papanduva, no Planalto Norte, teve suas características naturais e urbanísticas retratadas nas fotos da exposição “Papanduva – Essencialmente Bela e Hospitaleira por Natureza”, de Dário Schikovski.

PRODUÇÃO LITERÁRIA

Autoajuda, direito, ficção, arquitetura, história, política, poesia, gastronomia, esporte, costura à mão. Esses foram alguns dos temas das obras lançadas em 2013 no Palácio Barriga Verde.

O livro “Arquitetura e Paisagem – Florianópolis e Açores”, de autoria do arquiteto e fotógrafo Joel Pacheco, chama a atenção para uma arquitetura de qualidade e a conservação das paisagens natural e cultural. Lançada em dezembro, a obra abrange aproximadamente mil fotografias, além de mapas, desenhos e textos que sintetizam a geografia, a história e a cultura de cada região, mantendo o patrimônio natural e edificado como guia.

“Gourmandises catarinenses” traz uma deliciosa viagem pela gastronomia de Santa Catarina, apresentando seus vários ingredientes, sotaques, criações, receitas e as diversas combinações que incluem os vinhos, as cervejas e os destilados produzidos no Estado. A ideia e organização da obra, lançada em novembro, são do publicitário Roberto Costa, escrita pelo jornalista João Lombardo.

Um assunto complexo, como a legislação que rege as licitações, foi tema do livro lançado em outubro pelo advogado Eduardo Goeldner Capela, que há 18 anos estuda o assunto. A obra “Comentários às leis de licitações e legislação extravagante” tece críticas sobre as falhas legais que contribuem para o excesso de burocracia no sistema público e abrem brechas para a corrupção no sistema.

O episódio mais sangrento da história catarinense, a Guerra do Contestado, foi tema do livro do jornalista e escritor Paulo Ramos Derengoski, lançado em outubro. Derengoski trabalhou durante quatro anos na busca de respostas para muitas dúvidas relacionadas ao maior conflito bélico do Brasil, ocorrido entre 1912 e 1916.

RELATÓRIO ANUAL DAS ATIVIDADES DA GERÊNCIA CULTURAL - 2013

EXPOSIÇÕES - ARTES PLÁSTICAS

Período	Artista	Título
01-28/02	Dirce Korbes	Mostra de Arte
01-12/04	Schibitta	Exposição de Arte
15-26/04	Zélio Andrezzo	Matizes da Primavera
29/04 -10/05	MCarmo Biacini – Organizadora	A Arte em projeto com a Mostra dos Doze Artistas
13-31/05	Lindinalva Deolla	Duas Cidades
17-28/06	Meg Tomio Roussenq	Devir Sensíveis
08-19/07	Simone Viquetti	A Mudança
23/07-06/08	Denise Dubiella	Passagens
07-16/08	Hamilton José da Silva	Côsas de Floripa
19-30/08	AAPI	Rendas
02-13/09	Sonia Ribeiro	II Salão Nacional de Arte
13/09	Sonia Ribeiro	Cerimônia Encerramento II Salão Nacional de Arte
16-27/09	Joel Figueira	Retrato de Mulher
30/09-04/10	Dirce Bousfield	Primavera
07-11/10	Willy Zumblick	Zumblick Iluminado
04-08/11	Malinverni Filho	O Último Verão de Malinverni Filho
11-14/11	Saete Burigo	Exposição Comemorativa aos 50 Anos de Vida Artística de Saete Burigo
14/11	Saete Burigo	Cerimônia de Encerramento da Exposição Comemorativa aos 50 Anos de Vida Artística de Saete Burigo

A história do cartão-postal de Florianópolis está retratada no livro fotográfico "Ponte Hercílio Luz – Do Sonho à Realidade", que envolveu o trabalho de uma equipe multidisciplinar integrada por historiadores, fotógrafos, designer gráfico, arquiteto, jornalista e pesquisadores. A obra, lançada em setembro, resgata imagens históricas da construção do maior monumento de Santa Catarina. Foi produzida e organizada por Marco Aurélio Ramos.

Um olhar especial e sem preconceitos, voltado para os cadeirantes, é a proposta do livro "Viver Sobre Rodas", da escritora Safira Monteiro Stefanos. Lançada em maio, a obra conta a história de duas irmãs portadoras de atrofia espinhal, doença degenerativa que impossibilita os movimentos das pernas. De acordo com a autora, o roteiro, baseado em duas ricas histórias de vida, revela o poder de superação do ser humano.

A literatura de autoajuda também teve espaço nos lançamentos literários de 2013. Em agosto, o público conheceu o livro "Vou deixar meu barco afundar?", de Celina Testoni Mendes. Para a escritora, uma educação equilibrada e coerente pode ser decisiva para a autoestima do ser humano, uma das virtudes apontadas para enfrentar com mais propriedade os contratempos e adversidades da vida.

Já em dezembro, a psicoterapeuta familiar Sônia Farias lançou o livro "Beijos que curam". Depois de vasta experiência no auxílio às famílias com problemas de relacionamento, Sônia apresenta na obra, uma coleção de seus pensamentos transformados em mensagens de autoajuda.

DIVULGAÇÃO DOS POTENCIAIS DE SANTA CATARINA

Os espaços culturais do Palácio Barriga Verde também foram palco de apresentações e lançamentos de eventos importantes para o Estado. A Expo Concórdia, considerada uma das maiores feiras agropecuárias do Sul do país, foi lançada em julho, no hall do Parlamento. Na ocasião, o público acompanhou uma pequena mostra do que seria realizado na feira, organizada no fim de julho, em Concórdia.

Um evento que já se tornou tradição no Parlamento, a III Mostra Estadual do Vinho, foi realizado em junho. Com o objetivo de divulgar e promover os vinhos fabricados em Santa Catarina, a mostra apresentou novidades em 2013, como a realização de oficinas para a degustação do produto.

18 - 29/11	Silvana Annes e Fernando Pauler	Exposição Tempo e Anverso&Reverso
25/11 - 06/12	Magda Elisabeth Nunes (org)	Exposição Pela Causa Animal
02 -13/12	Beatriz Inês Reckziegel	Exposição de Arte
16 - 20/12	Willy Zumblick	Zumblick Iluminado

OUTRAS EXPOSIÇÕES

Período	Artista/Solicitante	Título
04 -15/03	Rudi Bodanese	Exposição Fotográfica "Feminino Sol"
18 - 29/03		Exposição de Artesanato Ilhéu "Um Pouco de Floripa"
06 - 07/05	Coletiva	Exposição "Produtos Antônio Carlos"
03 -14/06		Exposição Fotográfica "Abordagem dos Potenciais Ecoturísticos de Araranguá e Região"
01 - 02/07		Exposição Equipamentos Bombeiros
01 - 12/07	Flavio Mendonça da Rosa	Exposição "Retratção SC em P&B"
23/07 – 02/08	Pedro Paulo Camilo	Exposição Banners Sobre Laguna "Volta ao Passado"
05 -16/08	Ágatha Marcelino	Exposição Artesanato "O Universo de Ágatha Marcelino"
19-30/08	Com Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência	II Exposição de Artes Visuais
21/08		Exposição Fotográfica "Sistema Campo Limpo em SC e no Brasil"

02 -13/09	Rosani Vieira	Exposição Fotográfica "Aqui Podia Ter Poesia"
14 -18/10	Maristela Giassi	Exposição Fotográfica "A Noiva e o Véu de Luz"
21 - 25/10		Eventos Comemorativos Semana do Servidor
23 - 25/10	Coletiva	Exposição Fotos Constituinte Estadual
28/10 - 01/11	Polidoro Junior	Exposição Fotográfica "Centenário do Futebol Catarinense e Um Jogo Inesquecível"
04 - 22/11	Dário Schikovski	Exposição Fotográfica "Papanduva – Essencialmente Bela e Hospitaleira por Natureza"
25 - 29/11	AMOFLOR	Exposição de Artesanatos e Trabalhos Manuais
09 - 13/12	SENAC	Exposição Curso Fotográfico da Faculdade SENAC
16 - 20/12	Consulado Japonês	Exposição Comemorativa Semana da Amizade Brasil-Japão

LANÇAMENTOS LITERÁRIOS

Data	Autor	Título
11/04	Daniel Rodrigo Hippler	O Segredo da Política
25/04	Evandro Andre de Souza	A Ilha de SC no século das Grandes Navegações
09/05	Safira Monteiro Stefanés	Vida Sobre Rodas
16/05	Hector Vigliacca	Hipóteses do Real
22/05	Ismênia Ribeiro Schneider	O Voo das Curucacas
06/06	Mitsi Westphal Taylor e Clarkson Sell	Entrelaços

14/06	Jairo Ferreira Machado	Os Olhos do Jacaió
26/06	Armando José D'Acampora	Trinta Contos do Dr. Benjamin
03/07	Elói Gonçalves de Azevedo	O Sequestro de 10 milhões de Dólares
09/07	Cassiano Cordoni	É Possível Ser Santo nos Dias de Hoje?
10/07	Des. Raulino Jacó Brünning e Dra. Fabíola Monteiro Caetano Sebatiani	Controle de Constitucionalidade das Leis Estaduais e Municipais
16/07	Rute Enriconi	Villa Francioni
02/08	Org. Jacqueline Aisenman	Varal Antológico 3
06/08	Org. Marlus Niebuhr	Brusque 150 anos: Tecendo uma história de coragem
07/08	Celina Testoni Mendes	Vou deixar meu barco afundar?
08/08	Jorge da Rosa	Poesias Jurídicas
15/08	Aimberê Araken Machado	Euclides da Cunha – Da Glória Literária à Morte Trágica
20/08		Frei Crispim – Ouro SC
21/08		Revista CRECI
04/09	Marco Aurélio Ramos	Ponte Hercílio Luz: Do Sonho à Realidade
10/09	Audálio Dantas	As Duas Guerras de Vlad Herzog
24/09	Mario Sergio Cortella	Não se Desespere
03/10	Renata Perito	Costura à Mão: Fundamentos
08/10	Paulo Ramos Derengoski	A Sangrenta Guerra do Contestado
16/10	Eduardo Goeldner Capella	Comentários às Leis de Licitação e Legislação Extravagante

17/10		Lançamento da Revista Mobilidade Urbana
05/11		Lançamento Literário Coletivo Sobre o Movimento de Mulheres no Brasil
20/11	Adilcio Cadorin	Laguna Terra Mater
05/12	Joel Pacheco	Arquitetura e Paisagem Florianópolis e Açores
09/12	Sonia Farias	Beijos Que Curam
09/12	Glauco Olinger	Agricultura Catarinense: em Busca do Equilíbrio Ecológico

OUTROS EVENTOS

Data	Evento
24/04	Celebração do Dia do Samurai em Santa Catarina
07/05	Ato Lançamento "Festividade de Comemoração ao Cinquentenário do Município de Antônio Carlos"
21/05	Solenidade "Posse da Nova Diretoria da Sociedade Polonesa de Fpolis"
04/06	Solenidade de Abertura "III Mostra Estadual do Vinho"
05/06	Cerimônia Abertura Exposição Fotográfica "Abordagem dos Potenciais Ecoturísticos de Araranguá e Região"
13/06	Apresentação Coral durante atividades alusivas ao Dia de Combate à Violência Contra a Pessoa Idosa
18/06	Exposição em Homenagem aos 105 anos da imigração japonesa no Brasil
19/06	Lançamento da Cachaça Auri
02/07	Coquetel de lançamento Expo Concórdia 2013
15/07	Lançamento Seminário Mercosul Cidadão

28/08 Lançamento Oficial do 2º Prêmio FENABRAVE/SC de Jornalismo "Educação Para Um Trânsito Melhor"

11/09 Instalação Frente Parlamentar Suinocultura

17/09 Lançamento "Samba Enredo 2014 – Homenagem ao Artista Willy Zumblick"

18/09 Apresentação "Banda Municipal Imaruí"

19/09 Eventos "Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência"

10/10 C & M Gallery

11/11 Comenda do Legislativo

27/11 Apresentação Coral Ambial Dutra da EEB Améria Machado

11/12 Lançamento TVAL para TV Aberta

16/12 Apresentação Cantora Claudia Barbosa



DEPUTADOS
E SUPLENTE



ÍNDICE

DEPUTADOS ESTADUAIS

Ada Faraco De Luca* (PMDB)	120
Aldo Schneider (PMDB)	122
Altair Guidi (PPS)	124
Ana Paula Lima (PT)	126
Angela Albino (PCdoB)	128
Antonio Aguiar (PMDB)	130
Carlos Chiodini (PMDB)	132
Ciro Marcial Rosa** (PSD)	134
Dado Cherem (PSDB)	136
Darci de Matos (PSD)	138
Dirce Heiderscheidt** (PMDB)	140
Dirceu Dresch (PT)	142
Dóia Guglielmi (PSDB)	144
Edison Andrino** (PMDB)	146
Gelson Merisio (PSD)	148
Gilmar Knaesel (PSDB)	150
Ismael dos Santos (PSD)	152
Jailson Lima da Silva (PT)	154
Jean Kuhlmann (PSD)	156
Joares Ponticelli (PP)	158
Jorge Teixeira (PSD)	160



José Milton Scheffer (PP)	162
José Nei Alberton Ascari (PSD)	164
Kennedy Nunes (PSD)	166
Luciane Maria Carminatti (PT)	168
Manoel Mota (PMDB)	170
Marcos Vieira (PSDB)	172
Maurício Eskudlark (PSD)	174
Mauro de Nadal (PMDB)	176
Moacir Sopelsa (PMDB)	178
Narcizo Parisotto (DEM)	180
Neodi Saretta (PT)	182
Nilson Gonçalves (PSDB)	184
Padre Pedro Baldissera (PT)	186
Renato Luiz Hinnig (PMDB)	188
Reno Luiz Caramori (PP)	190
Romildo Titon (PMDB)	192
Sargento Amauri Soares (PSOL)	194
Serafim Venzon (PSDB)	196
Silvio Dreveck (PP)	198
Valdir Cobalchini* (PMDB)	200
Valmir Comin (PP)	202
Volnei Morastoni (PT)	204

*Deputados licenciados que atuam como secretários de Estado

**Suplentes com mais de seis meses de atuação em 2013



ADA FARACO DE LUCA PMDB

Secretária de Estado da Justiça e Cidadania

Idade: 64 anos

Formação/Profissão: Advogada com
especialização em Políticas Penitenciárias

Base Eleitoral: Laguna (região Sul)

Mandatos: 2007-2011 | 2011-2015

CIDADANIA

ADA DE LUCA IMPLANTA PROGRAMAS INOVADORES VOLTADOS À HUMANIZAÇÃO DO SISTEMA

Desde que aceitou o desafio para ser a titular da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, em maio de 2011, a deputada Ada Faraco De Luca implantou um modelo de gestão amparado no slogan “Sistema Humanizado, Cidadania Respeitada” e sustentado em dois projetos de humanização que diferenciam o sistema prisional catarinense.

O programa de Ressocialização Pelo Trabalho, com mais de 200 convênios firmados com empresas e órgãos públicos totalizando mais de 6.500 detentos (43%) trabalhando em todo o Estado, e o projeto da Central de Penas e Medidas Alternativas (CPMA), voltado para autores de pequenos delitos.

Além dos projetos de humanização, em dois anos e meio já foram disponibilizadas mais duas mil vagas em todo o sistema penitenciário com as inaugurações dos presídios de Tubarão (392 vagas), Lages (352) e

Chapecó (352); semiaberto da penitenciária de Joinville (176); complexo da Canhanduba, em Itajaí, com a penitenciária (360 vagas), o presídio (372) e o semiaberto (120).

O programa do governo estadual “Pacto Por Santa Catarina da Justiça e Cidadania”, lançado em outubro de 2012, permitiu a abertura de novas vagas como as ampliações do presídio de Itajaí (324 novas vagas); penitenciária industrial de Joinville (100); e penitenciária Sul em Criciúma (200), que serão inauguradas em 2014.

A secretária Ada De Luca também se empenhou em investir na aquisição de uniformes, veículos e equipamentos de proteção individual e no aperfeiçoamento do quadro de pessoal para melhorar as condições de trabalho dos agentes penitenciários (mais de dois mil capacitados) e garantir mais segurança à sociedade.

O problema do adolescente também é prioridade. O Case (Centro de Atendimento Socioeducativo) Grande Florianópolis, com 98 vagas, com 90% da obra executada; o Case Joinville, já concluído; e ainda estão previstos o Case Sul (60 vagas), o Case Lages (60 vagas) e o Case Chapecó (60 vagas).

“Não estamos preocupados somente com os sistemas penitenciário e socioeducativo. Ainda estamos realizando um bom trabalho junto ao Procon. Neste ano já foram 12 mil atendimentos, com 94% de resolutividade”, enfatiza Ada De Luca.

RESSOCIALIZAÇÃO

SANTA CATARINA É O ESTADO DO BRASIL QUE MAIS EMPREGA DETENTOS.

Desde que assumiu a Secretaria da Justiça, a secretária Ada De Luca adotou o projeto “Começar de Novo”, do Ministério da Justiça. Por meio do modelo deste projeto, a SJC passou a realizar convênios visando a ressocialização de reeducandos por meio do trabalho.

O resultado é que uma pesquisa realizada pelo Departamento Penitenciário (Depen), vinculado ao Ministério da Justiça, aponta Santa Catarina em primeiro lugar no ranking dos estados que mais empregam detentos em todo o Brasil.

“Isto é uma grande conquista. Quando nós assumimos a Secretaria eram apenas 20 convênios celebrados para oferta de trabalho. Fizemos uma verdadeira revolução no sistema. Multiplicamos em dez vezes este número”, destaca a secretária.



Visita na oficina de trabalho de detentos.

Ela lembra ainda que Santa Catarina ainda ocupa o primeiro lugar no ranking das taxas de evasão. “Um percentual de 95,4% dos presos que são soltos para saída temporária retornam para as unidades prisionais, um número excelente”, conclui Ada De Luca.

REINTEGRAÇÃO

PENAS ALTERNATIVAS RECONHECIDAS PELA ONU

Ao institucionalizar a Central de Penas e Medidas Alternativas (CPMA), a secretária Ada De Luca procurou garantir um modelo de sistema mais humano, reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), e que visa a recuperação social.

Com a criação do projeto, os apenados que cometeram crimes considerados leves e com pena inferior a quatro anos, como o furto, o desacato ou peculato, podem realizar serviços comunitários.

Até o mês de novembro, as centrais contabilizavam 2.900 processos ativos, o que significa que mais de 2.900 beneficiários deixaram de entrar no sistema penitenciário de Santa Catarina.

“O mais importante é que o cumprimento da medida alternativa tem caráter educativo, já que não afasta a pessoa do convívio da família, busca a reintegração à sociedade, além de reduzir a superlotação nas unidades penitenciárias”, enfatiza a secretária de Estado da Justiça e Cidadania, Ada De Luca.



Ada vistoria obras na Grande Florianópolis





ALDO SCHNEIDER

PMDB

Idade: 52 anos

Formação/Profissão: Analista Receita Estadual

Base Eleitoral: Vale e Alto Vale do Itajaí

Mandatos: 2011 - 2015

DESTAQUE

SINTONIA COM O EXECUTIVO MARCA A AÇÃO PARLAMENTAR

EM SEU PRIMEIRO MANDATO, ALDO TEM SURPREENDIDO COMO LÍDER: ASSUMIU A LIDERANÇA DO PMDB NA CASA LEGISLATIVA E DEPOIS A LIDERANÇA DO GOVERNO.

O deputado Aldo teve um trabalho incansável em 2013 na Assembleia. Por ser líder do governo, a sintonia com o Executivo facilitou principalmente nos pedidos dos municípios para o governo do Estado. A agenda tem sido intensa na sua base eleitoral - Vale e Alto Vale do Itajaí -, sempre acompanhando vereadores, prefeitos e lideranças políticas. Os compromissos com os municípios têm se firmado através da intervenção do parlamentar na liberação dos recursos do FUNDAM (Fundo de Apoio aos Municípios) junto ao governo do Estado.

Por ser seu primeiro mandato como deputado estadual, Aldo tem surpreendido como líder, primeiro do partido na Assembleia Legislativa e depois como líder do Governo, missão que tem fortalecido a interlocução entre Legislativo e Executivo estadual. Por ter a missão da liderança, o parlamentar tem facilidade de negociar e reivindicar obras, ações e serviços para os municípios que representa. O que tem chamado a atenção em sua gestão é a negociação com os deputados da oposição, já que Aldo tem conversado e obtido entendimento com todos os partidos representados na Assembleia.

São 50 municípios que o parlamentar representa e o roteiro de atividades semanais sempre foi intenso. Durante a semana, em Florianópolis, o deputado está presente nas atividades da Assembleia e também atendendo prefeitos, vereadores e lideranças políticas. Na quinta ou sexta-feira viaja para sua base eleitoral para conversar e atender os representantes de entidades e a população em geral, participando de eventos, festas, seminários e reuniões.

HOMENAGENS

RECONHECIMENTO DOS MUNICÍPIOS DA BASE

Os municípios que Aldo Schneider representa têm reconhecido o trabalho do parlamentar realizado na Assembleia Legislativa. Prova disso são as homenagens concedidas e títulos conquistados, que fortalecem ainda mais os laços do parlamentar com os eleitores. Em 2013, foram três grandes homenagens: os municípios de Gaspar, no Vale do Itajaí, de Agrônômica e de Rio do Sul, no Alto Vale, entregaram o título de cidadão honorário ao parlamentar. "Foi com grande emoção que recebi os novos títulos, que estimulam a aprimorar ainda mais a minha ação parlamentar", afirma Schneider.

BENEFÍCIOS

APOIO AOS ATINGIDOS PELA ENCHENTE

Mais uma vez o Alto Vale do Itajaí foi palco de uma catástrofe natural. Em 2013 a região foi castigada por nova enchente. Os rios que cortam a região transbordaram, inundando vários municípios e deixando alguns até em estado de calamidade pública.

O deputado Aldo esteve presente durante a enchente na cidade de Rio do Sul, onde foi montado o Centro de Controle. Ele esteve em contato direto com o governador Raimundo Colombo e o vice-governador Eduardo Pinho Moreira. Após a enchente, várias ações foram feitas para amenizar os prejuízos e perdas da população como a liberação do FGTS, uma nova linha de crédito, a prorrogação de dívidas e a liberação de indenização do seguro para agricultores, além de benefícios e parcelamento de impostos para pequenas empresas e prorrogação do pagamento do IPVA.





ALTAIR GUIDI

PPS

Idade: 76 anos

Formação/Profissão: Arquiteto e Urbanista

Base Eleitoral: Região Sul de Santa Catarina

Mandatos: 1987-1988 | 1999-2003 | 2003-2007
2007-2011 | 2011-2015

MEIO AMBIENTE

LEGISLAÇÃO DO NORTE É EXEMPLO PARA SANTA CATARINA

Na condição de presidente da Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação e Mercosul da Assembleia Legislativa, o deputado Altair Guidi participou do Seminário sobre Meio Ambiente, promovido pela União de Parlamentares Sul-Americanos e do MERCOSUL – UPM, em Manaus, no período de 26 a 29 de junho.

Dos temas debatidos no Seminário, dois despertaram a atenção de Altair: o reflorestamento com espécies nativas e o pagamento pela prestação de serviços ambientais. Há muito tempo o deputado vem se empenhando junto ao governo do Estado no sentido de implementar iniciativas sobre o tema também em Santa Catarina. A experiência do Amazonas serviu como exemplo para Guidi, já que um projeto de recuperação de 1.450 hectares promoveu o plantio de 1,4 milhão de mudas de essências nativas.

Sobre o pagamento por serviços ambientais, no Amazonas ele é denominado de Bolsa Floresta Familiar. Santa Catarina também possui legislação que versa sobre o tema - Lei 15.133/2010 -, porém a falta da regulamentação impede sua concretização. No exemplo do Norte do país, o objetivo é promover o envolvimento das famílias moradoras nas unidades de conservação em atividades de preservação, tais como:

Bolsa Floresta Familiar: pagamento de R\$ 50,00 por mês às mães de famílias residentes nas unidades envolvidas com a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável;

Bolsa Floresta Social: valor anual destinado à Unidade de Conservação para apoiar atividades nas áreas da Educação, Saúde, Transporte e Comunicação.

Bolsa Floresta Associação: valor anual para apoiar as atividades da Associação de Moradores;

O programa é desenvolvido junto à 15 Unidades de Conservação e beneficia 8.597 famílias, em um total de 37 mil pessoas. Entre 2009 e 2012 o investimento foi de R\$ 27,7 milhões.

DEFESA RECOMPOSIÇÃO DO AMBIENTE NATURAL

Há quase dois séculos a história catarinense registra enchentes, desmoronamentos e uma série de outros fenômenos decorrentes tanto de condições climáticas quanto da degradação do meio ambiente. Um dos caminhos para minorar os devastadores efeitos dessas tragédias é a recomposição do ambiente natural do Estado com essências nativas.

Na presente legislatura, Guidi apresentou projeto de lei prevendo que nos projetos de arborização dos prédios públicos do Estado se utilizassem, preferencialmente, essências nativas de Santa Catarina. Aprovado pela Assembleia, o projeto foi vetado pelo Executivo.

“Considero esse tema da mais alta relevância para o ambiente natural do Estado”, afirma Altair. Vetado no âmbito estadual, o deputado encaminhou sugestão, acompanhada de minuta do projeto de lei para as prefeituras, prevendo a utilização de essências nativas em todos os projetos de arborização de prédios públicos dos municípios.



SOCIAL ATENÇÃO AO IDOSO

O segmento social mais carente de atendimento público em Santa Catarina é o do idoso. Para corrigir essa injustiça, Guidi submeteu à consideração da Assembleia Legislativa um projeto de lei destinando 1% dos recursos do Fundo Social às entidades comunitárias que prestam assistência aos idosos.

O atendimento proporcionado pelo Poder Público se volta aos idosos ainda com o pleno exercício de todas as suas faculdades. Para Altair, a carência maior do idoso não está nessa fase da vida. Ela se manifesta quando ele perde suas autcapacidades e passa a depender integralmente da atenção e do afeto de terceiros. A lei proposta pelo deputado faz o Estado atuar justamente nessa fase.





ANA PAULA LIMA PT

Idade: 48 anos

Formação: Enfermeira

Base Eleitoral: Blumenau e Vale do Itajaí

Mandatos: 2003 - 2007 | 2007-2011 | 2011 - 2015

ATITUDE CORAGEM E DETERMINAÇÃO PARA REPRESENTAR OS CATARINENSES

Líder da Bancada do PT reafirma ações que fortalecem a democracia e a defesa dos interesses da população na Assembleia

O trabalho da deputada, em 2013, foi destaque na condução do posicionamento da bancada petista nos debates e votações em Plenário. Também teve atuação decisiva nas reuniões da Comissão de Constituição e Justiça, na mediação dos interesses de diversas categorias profissionais no Estado e na cobrança de políticas públicas de proteção às mulheres contra a violência.

Contribuir para uma Santa Catarina plural, fortalecida por uma sociedade cada vez mais humana e democrática, onde as pessoas possam ter uma vida digna, justa e, portanto, mais feliz. São conceitos como esses que norteiam o trabalho de Ana Paula Lima, uma deputada que está no terceiro mandato estadual e tem suas ações reconhecidas em todas as áreas que atua.

“Em nossa trajetória política, temos conseguido que a população compreenda a responsabilidade na atividade legislativa e isso tem sido traduzido em apoio ao trabalho que realizamos na Assembleia Legislativa. Buscamos, sempre, a transparência das nossas ações. Acreditamos que o respeito à cidadania é o primeiro passo para que estejamos, realmente, em sintonia com quem confiou em nós para uma representação pública”.

Nesse sentido, Ana Paula destaca a decisão unânime das deputadas e dos deputados, neste ano, quando a Assembleia Legislativa de Santa Catarina foi a primeira do país a determinar o fim do voto secreto em todas as deliberações. “Foi uma vitória significativa da sociedade, que amplia sua capacidade de acompanhar a atuação das pessoas que foram eleitas para defender os interesses de toda a população. São decisões como essa que configuram instrumentos importantes para que aconteçam avanços e transformações coletivas”, avaliou a deputada.

Ela compara a aprovação da medida a outros momentos que já viveu na Assembleia Legislativa, quando propôs e conseguiu a redução do recesso parlamentar e o fim do pagamento das convocações extraordinárias, resultando em economia para os cofres públicos.

TV AL AGORA EM CANAL ABERTO

Ana Paula também entende que a comunicação, através dos diversos meios, é fundamental para que as deputadas e os deputados estejam realmente próximos da população. Por isso, ela terminou 2013 comemorando a transmissão da TV AL através de canal aberto. “Há anos que a nossa bancada defende TV aberta. É mais um instrumento que contribuirá positivamente para a cidadania em nosso Estado”, declarou.

CCJ ATENÇÃO A PROJETOS QUE BENEFICIAM A COLETIVIDADE

Garantir a análise e o debate ampliado de projetos para um Estado com desenvolvimento sustentável, com estrutura para a preservação do meio ambiente e com plano de contingência para enfrentar fenômenos como as enchentes e deslizamentos; o respeito à cidadania de idosos, crianças, adolescentes e deficientes físicos; políticas públicas para coibir a violência contra as mulheres; projetos para a proteger animais contra maus-tratos; mais vagas em todos os níveis do ensino público; a aplicação correta das verbas públicas e a valorização de diversas categorias profissionais em Santa Catarina, com o estabelecimento de salário mínimo regional discutido com as trabalhadoras e os trabalhadores.

Todos esses compromissos estiveram presentes na atuação destacada de Ana Paula na Comissão de Constituição e Justiça, durante 2013. “A responsabilidade que temos, cotidianamente, é de bem representar e responder às expectativas de quem confiou em nós e, com seu voto, garantiu espaço para o nosso trabalho no Parlamento”, frisou Ana Paula. “É gratificante quando podemos aprovar uma lei que vá trazer mudanças positivas para a coletividade. O debate permanente, sempre ouvindo o que as pessoas têm a dizer, faz com que possamos cumprir as tarefas que a vida pública exige de nós.”



Passeata do Outubro Rosa em Blumenau

GOVERNO A VISIBILIDADE DAS AÇÕES FEDERAIS

Em 2013, Ana Paula também buscou dar visibilidade aos avanços das políticas públicas do governo federal em Santa Catarina. Em novembro, com a parceria da Assembleia, realizou em Lages, o Seminário Estadual de Desenvolvimento Social, com a presença da ministra do Desenvolvimento e Combate à Fome, Tereza Campello. Foi uma oportunidade para gestores municipais – prefeitos, secretários, técnicos – aperfeiçoarem conhecimento sobre elaboração de projetos para a obtenção de recursos para o desenvolvimento de estudos que ampliem a qualidade de vida nos municípios. Houve a participação de mais de 600 pessoas.

Quando a presidenta Dilma Rousseff esteve em Santa Catarina, Ana Paula acompanhou o roteiro nas cidades de São Francisco do Sul, Itajaí e Florianópolis. “A presidenta Dilma disponibilizou para o Estado cerca de R\$ 10 bilhões especialmente para investimentos em infraestrutura”, destacou a parlamentar. “Exigiremos do governo do Estado que a execução dessas obras seja rápida, atendendo a pedidos dos nossos prefeitos e das nossas comunidades”.



Com Décio Lima e a presidenta Dilma Rousseff





ANGELA ALBINO

PCdoB

Idade: 44 anos

Formação/Profissão: Enfermagem

Base Eleitoral: Grande Florianópolis

Mandatos: 2003 - 2007 | 2007 - 2011 |

2011-2015

MANDATO

ANGELA ATUA NA DEFESA DO CIDADÃO E PELO DESENVOLVIMENTO DE SANTA CATARINA

CPI das Águas, Frente de Combate à Violência, Conselhos Estaduais de Direitos Humanos, da Juventude e LGBT, além de mais de 60 projetos e dezenas de audiências públicas estiveram na pauta de ações da deputada

A deputada estadual Angela Albino (PCdoB) esteve à frente de muitos dos principais assuntos de interesse dos catarinenses em 2013. Uma das grandes conquistas foi a captação de assinaturas suficientes para instalação da CPI das Águas para investigar a municipalização dos serviços de água e esgoto em Santa Catarina. Além disso, a deputada conseguiu aprovação da Assembleia Legislativa para que o Tribunal de Contas promova uma auditoria em todos os contratos celebrados pela empresa que esteve envolvida no escândalo em Palhoça com outros municípios.

Angela ainda coordenou os trabalhos da Frente Parlamentar de Combate à Violência no Estado, criada para promover debates e ações que fortaleçam a prevenção e combate à criminalidade em Santa Catarina com a união dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e sociedade civil organizada. E comprovou a falta de estrutura nas penitenciárias e desvalorização do funcionalismo público ligado à segurança.

A deputada também protagonizou a luta pela implantação de três essenciais Conselhos Estaduais de cunho social em Santa Catarina: Direitos Humanos, LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transsexuais) e da Juventude, que devem ser finalmente implantados em 2014.

Ao todo, em sua atuação parlamentar em 2013, Angela Albino apresentou mais de 60 projetos de lei ordinária, complementar ou de resolução focados no desenvolvimento econômico e social de Santa Catarina, na defesa do meio ambiente e sustentabilidade, na garantia dos direitos das mulheres, de minorias e direitos humanos, turismo e segurança pública. Ela foi proponente de mais de 50 audiências públicas. Entre elas, a que debateu a gestão e desafios na Casan e criação do Conselho Estadual de Direitos Humanos, LGBT e da Juventude.

“O foco do nosso trabalho diário é a defesa dos catarinenses, do funcionalismo público e o desenvolvimento justo, igualitário e sustentável de Santa Catarina. Para isso enfrentamos duras batalhas em 2013 na defesa do patrimônio público, segurança, saúde e educação e partimos para 2014 com muito fôlego”, disse a deputada.

PACOTE

AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Um pacote de projetos de sustentabilidade apresentados pela deputada Angela Albino tramita na Assembleia Legislativa. Um deles pretende adaptar as edificações da Casa para receber placas fotovoltaicas para produção de energia elétrica, além de substituir os atuais postes de iluminação comuns por postes autônomos híbridos abastecidos por energia solar ou eólica.

No pacote, ainda está incluído o projeto que prevê as instalações do prédio da Assembleia Legislativa para o uso e reaproveitamento da água, além da adoção de critérios socioambientais nas licitações da Casa, a chamada Licitação Verde, e ainda o incentivo do uso da bicicleta por meio de políticas públicas em Santa Catarina. A deputada também quer que seja criada uma Política Estadual de Incentivo ao Aproveitamento da Energia Solar e Eólica em Santa Catarina para incentivar o desenvolvimento sustentável, e também o surgimento de um mercado fornecedor de equipamentos e serviços para o setor.

SOCIAL

PROJETOS PARA DEFESA DAS MULHERES

A defesa dos direitos das mulheres para a construção de uma sociedade mais igual esteve como prioridade nas ações e projetos de Angela Albino. Apenas em 2013, foram apresentados importantes projetos como o que quer a garantia de contratação de mulheres para, pelo menos, 30% dos cargos em comissão no governo estadual e também o projeto que cria mecanismos para maior participação feminina na política catarinense. Na luta contra a violência, há projetos para obrigar agressores a ressarcirem ao governo do Estado os gastos decorrentes do uso de serviços públicos de emergência, regime de previdência e assistência à saúde das servidoras públicas como forma de inibição dos atos violentos.



Visita na Penitenciária de São Pedro de Alcântara



Luta pela criação da CPI das Águas no Legislativo





ANTONIO AGUIAR

PMDB

Idade: 61 anos

Formação: Médico

Base eleitoral: Planalto Norte

Mandatos: 1999-2003 | 2003-2007 | 2007-2011
2011-2015

SAÚDE

ALTA COMPLEXIDADE FAZ DIFERENÇA NO PLANALTO NORTE

Defesa da descentralização de especialidades médicas demandou atenção permanente

O credenciamento de hospitais do Planalto Norte no sistema de alta complexidade da Secretaria da Saúde é apontado como uma grande conquista do mandato do deputado Antonio Aguiar. A par de sua assiduidade em Plenário, produção legislativa e participação em comissões técnicas da Casa, especialmente a de Educação, a qual preside, houve intensa atuação dele no processo para garantir a qualificação dos hospitais de Canoinhas, Porto União, Mafra e São Bento do Sul.

Com olhar sempre atento à saúde dos catarinenses, Aguiar defende a descentralização das especialidades, a partir da valorização dos profissionais e o investimento constante nas unidades hospitalares. "O deputado precisa fazer valer seu mandato em favor da população", explica, justificando sua incessante participação em visi-

tas a hospitais, reuniões com equipes médicas e no âmbito da administração estadual. Com o vice-governador Eduardo Moreira, ele também abriu canal institucional para trazer para Santa Catarina uma unidade do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (INTO), durante visita à sede da instituição no Rio de Janeiro.

Pelo credenciamento em alta complexidade do Pacto da Saúde, o hospital de Canoinhas atenderá regionalmente como referência em traumatologia e neurocirurgia; Porto União em oncologia e tomografia computadorizada; São Bento do Sul em quimioterapia e Mafra em exames de tomografia e ressonância, além de contar com investimentos para reaparelhar sua maternidade. "Influi em tomadas de decisão que resultaram em conquistas para o Planalto Norte", afirma

Aguiar. "Avançar na descentralização da Saúde e com a vinda para o Estado de novas instituições de referência faz muita diferença para os catarinenses", afirma.

DEBATE

AUDIÊNCIAS TRATAM DE ENERGIA E FERROVIA

Audiências públicas solicitadas por Aguiar também trataram de importantes questões regionais, como a melhoria no abastecimento de energia no Planalto Norte, debatido em Canoinhas com participação do presidente da Celesc, Cleverson Siewert, que assegurou a implantação de uma nova linha de alta tensão até Papanduva, e a construção de uma nova subestação, em Irineópolis.

A questão ferroviária também foi debatida pela Comissão dos Transportes, em audiências realizadas em Joinville, Canoinhas e Mafra. A integração dos ramais regionais no plano de investimento do governo federal é defesa de Aguiar, bem como, a valorização de estudos técnicos para a Ferrovia da Integração Leste-Oeste que contemplem o Planalto Norte. Ele visitou a sede da ALL Logística, em Curitiba, para encaminhar contatos sobre a possível implantação de um trem turístico entre Mafra e Porto União, valorizando Canoinhas e Irineópolis.



Aguiar vê modal ferroviário como essencial

MOBILIDADE

RESPEITO AO CICLISTA VALORIZADO EM LEIS

A Semana de Segurança do Ciclista, instituída pela Lei 15.947, e a criação do Dia do Passeio Ciclístico, oficializado com a Lei 15.989 são resultados de duas iniciativas do deputado Aguiar voltadas para o trânsito consciente. A semana, a segunda de agosto, pretende promover ações para reduzir acidentes com ciclistas. O Dia do Passeio foi instituído em 12 de outubro, que coincide com o Dia da Criança, e também tem por objetivo a educação para o respeito ao ciclista. O deputado também é autor de projeto que dispõe sobre instalação de bicicletários em órgãos públicos, praças e em construções novas.



Visita ao INTO, no Rio, com o vice-governador Eduardo Moreira abriu canal com a instituição





CARLOS CHIODINI

PMDB

Idade: 31 anos

Profissão: Empresário

Base eleitoral: Jaraguá do Sul

Mandatos: 2008 | 2009 | 2010 | 2011-2015

EDUCAÇÃO

EAD - BOLSAS PARA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Projeto de lei complementar deve aumentar a inserção de alunos de baixa renda no ensino superior catarinense

O deputado mais jovem do Parlamento se dedicou durante 2013 à educação, à saúde, à infraestrutura e aos direitos da juventude. Líder da maior bancada do Parlamento, Carlos Chiodini defendeu a tramitação, com urgência, do Projeto de Lei Complementar 12/2012, que prevê a inclusão de alunos de educação a distância no programa de bolsas de estudo do governo estadual. A matéria mobilizou milhares de estudantes a debater a ampliação do artigo 170 da Constituição do Estado, que restringe o acesso às bolsas de estudos apenas para alunos da modalidade presencial. Mais de duas mil pessoas participaram do primeiro ciclo de audiências realizadas de 23 a 30 de julho, nas cidades de Guaramirim, Joinville, Indaial, Balneário Camboriú, Rio do Sul e Palhoça.

Chiodini ficou entusiasmado com o apoio dos estudantes em diferentes regiões do Estado. "Obtivemos o apoio popular e os participantes se mostraram favoráveis ao projeto. Não estamos beneficiando apenas os alunos EAD, estamos favorecendo também a Educação de Santa Catarina", afirma.

Atualmente mais de um milhão de estudantes cursam a graduação a distância e 15% das matrículas realizadas no Ensino Superior brasileiro, são da EAD. Em Santa Catarina são mais de 60 mil alunos, sendo um dos estados precursores na modalidade. Segundo dados da Secretaria de Estado da Educação, só no primeiro semestre de 2013 o governo investiu R\$ 27 milhões no programa de bolsas do artigo 170, valor que poderia ter sido maior caso os alunos da EAD pudessem participar do sistema de bolsas. A matéria ainda tramita nas comissões da Casa.

Mais de dois mil estudantes e professores apoiaram o projeto de lei complementar da EAD, que visa inserir alunos catarinenses do Ensino Superior a distância no programa de bolsas do governo do Estado

SAÚDE

TESTE DA LINGUINHA NO SERVIÇO PÚBLICO DE SAÚDE CATARINENSE

Bebês que não conseguem colocar a língua para fora, que mordem o bico do seio da mãe e têm dificuldades ao mamar merecem uma atenção especial. Esses são sinais de que o recém-nascido pode ter a língua presa. Pensando nisso o deputado Carlos Chiodini apresentou uma indicação, para que o governador Raimundo Colombo adote na rede pública de saúde, o teste da linguinha. O exame permite diagnosticar precocemente, problemas na amamentação, deglutição, mastigação e fala. A indicação foi aprovada pelos parlamentares e depende do governador decidir se acata ou não a obrigatoriedade do serviço. "Em São Paulo e no Mato Grosso do Sul o teste já é obrigatório. Em outros estados, o assunto vem sendo debatido e está em vias de aprovação. O teste é um procedimento simples e a remoção é feita em consultório, o que contribui para um melhor desenvolvimento do bebê se for tratado logo nos primeiros dias de vida", explica.



INFRAESTRUTURA

DUPLICAÇÃO DO TRECHO URBANO DA BR-280

Após anos de lutas e cobranças, o deputado Carlos Chiodini comemorou muito, em outubro de 2013, a abertura dos envelopes do edital de licitação de duplicação do trecho urbano da BR-280, rodovia entre Jaraguá do Sul e Guaramirim, um dos maiores gargalos do Vale do Itapocu. A duplicação de um trecho de quase nove quilômetros está orçada em R\$ 89 milhões e prevê a construção de elevados, marginais e passarelas. A previsão de conclusão das obras é de quase três anos. "Esta é uma reivindicação antiga da comunidade. O pontapé inicial já foi dado e não mediremos esforços para ver esta obra pronta", enfatiza.



Mais de dois mil estudantes e professores apoiaram o projeto da EAD





CIRO ROZA

PSD

Idade: 67 anos

Formação Profissional: Técnico Têxtil

Base Eleitoral: Brusque

Mandatos: 1995-1998 | 1999-2000 | 2011-2013

ATUAÇÃO

ANO DE CONQUISTAS PARA BRUSQUE E REGIÃO

Deputado Ciro Roza teve participação efetiva no atendimento de reivindicações antigas, como a duplicação da rodovia Antônio Heil e a transformação de Brusque em Comarca de Entrância Especial

No terceiro ano em sua terceira passagem pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina, o deputado Ciro Roza deu continuidade ao compromisso parlamentar de desenvolver ações e práticas que beneficiem de forma direta o cidadão catarinense. Nesse sentido, a participação dele foi fundamental para o início de uma obra importante para o turismo da região de Brusque: a pavimentação da SC-486, no trecho que liga Botuverá às cavernas da localidade de Ourinho, uma das principais atrações turísticas do município.

Ciro destinou os R\$ 3 milhões do Fundo Estadual de Apoio aos Municípios (Fundam) a que teve direito como parlamentar para a obra. A ordem de serviço foi assinada em outubro, em solenidade que teve a presença do governador Raimundo Colombo (PSD).

O parlamentar também comemorou, em 2013, o anúncio, pelo governador Raimundo Colombo, da duplicação da rodovia Antônio Heil, que liga Brusque à BR-101, em Itajaí. A obra é uma antiga reivindicação da comunidade brusquense e teve seu edital de licitação lançado em outubro. Desde que retornou à Assembleia, em 2011, Ciro manteve várias reuniões e audiências com o secretário de Estado da Infraestrutura, Valdir Cobalchini, e com o governador Colombo para tratar da duplicação da rodovia.

Outra conquista importante para Brusque e que teve a participação efetiva de Ciro Roza foi a elevação da Comarca de Brusque de Entrância Final para Entrância Especial. A medida foi aprovada pelo Pleno do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) em outubro, após mais de 10 anos de mobilização da OAB de Brusque, do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) e da Unifebe. Com a mudança, os processos judiciais vão tramitar com maior celeridade, já que a Comarca deixa de ser um espaço transitório para os magistrados.



DEBATES

PRESENÇA EM DUAS COMISSÕES PERMANENTES

Nas atividades legislativas, Ciro foi membro de duas comissões permanentes da Assembleia: de Trabalho, Administração e Serviço Público e a de Turismo e Meio Ambiente. Foi relator do Projeto de Lei 394/2012, que institui o Dia Estadual de Prevenção a Acidentes, na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

O deputado também foi o relator do Projeto de Lei 25/2013, que concede o título de Utilidade Pública à Associação de Apoio às Famílias com Hanseníase da cidade de Itajaí. No relatório, o parlamentar foi favorável à aprovação da proposta e destacou a importância do amparo ao fortalecimento do trabalho desenvolvido pelas instituições que apoiam famílias de portadores da hanseníase.

Em Plenário, o parlamentar votou favorável às propostas importantes para o Estado, que foram aprovadas em 2013, como o pacote salarial para os servidores públicos estaduais, aprovado no começo de dezembro, e que beneficiou mais de 25 mil funcionários públicos. Ciro também foi favorável à Proposta de Emenda Constitucional (PEC), aprovada em outubro, que pôs fim ao voto secreto na Assembleia Legislativa.

SOCIAL

ASSOCIAÇÃO CORAL DO SANTUÁRIO DE AZAMBUJA RECEBE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA

Um dos projetos de lei apresentado pelo deputado Ciro Roza em 2013 declarou como entidade de utilidade pública a Associação Coral do Santuário de Azambuja, com sede no município de Brusque. Trata-se do Projeto de Lei 146/2013, que foi aprovado por unanimidade pelos deputados na sessão ordinária do dia 19 de junho e sancionado pelo governador Raimundo Colombo, transformando-se na Lei Estadual 16.501, de 3 de julho de 2013.

Na justificativa do projeto, Ciro Roza destaca a importância da Associação para Brusque. A entidade, sem fins lucrativos ou econômicos, de caráter privado, desenvolve atividades para manutenção do Grupo Vocal, que estimula, preserva e difunde as canções religiosas e folclóricas, participando de apresentações públicas e em sedes de entidades culturais, festividades de corais ou de concursos de cânticos.





DADO CHEREM

PSDB

Idade: 55 anos

Formação: Dentista

Base Eleitoral: Balneário Camboriú

Mandatos: 2003 - 2007 | 2007 - 2011 |
2011 - 2015

DESTAQUES

GRANDES CONQUISTAS MARCAM MANDATO DE DADO CHEREM

Centro de Eventos de BC, R\$ 49 milhões para Hospital Marieta de Itajaí, pavimentações, cinco escolas na Amfri e subestação em Irineópolis foram algumas ações do mandato

Obras e ações que estimulam o desenvolvimento social e econômico dos municípios catarinenses foram a tônica do mandato do deputado Dado ChereM em 2013.

A construção do Centro de Eventos de Balneário Camboriú, obra almejada há mais de 30 anos, esteve entre as prioridades do mandato. Com recursos em caixa e vontade política, a obra irá mudar a realidade do turismo sazonal na região. "Ouso afirmar que o empreendimento será tão importante para o nosso município como foi a duplicação da BR-101", diz Dado ChereM.

O repasse de R\$ 49 milhões para as obras no Hospital Marieta Konder Bornhausen também se tornou realidade. O Marieta já havia recebido R\$ 5 milhões entre 2011 e 2012 com a intercessão de Dado ChereM.

"Percebemos que as coisas começam a acontecer. São lutas do nosso mandato. Algumas obras andam mais rápido e outras com mais dificuldade, mas a nossa esperança é de que até o final de 2014 todas estejam iniciadas ou até mesmo concluídas", afirma.

Na área da infraestrutura há boas notícias: o governo do Estado lançou edital para o projeto de engenharia da SC-486, que liga Camboriú à Brusque via Braço e Limeira e autorizou R\$ 5 milhões para a Prefeitura de Camboriú iniciar as obras de pavimentação. A pavimentação do Morro do Encanto entre Itapema e Camboriú, também teve lançado o edital para o projeto de engenharia, além do anúncio da duplicação da Rodovia Antonio Heil entre Itajaí e Brusque e a construção de uma policlínica em Itapema.

Na área educacional serão construídos cinco colégios estaduais: três em Itajaí, um em Navegantes e o do Bairro das Nações em Balneário Camboriú, uma luta de Dado desde o seu primeiro mandato, há mais de 10 anos. Outra grande ação é a construção da subestação da Celesc em Irineópolis para solucionar o problema das constantes quedas de energia na região.

AVANÇO

PROIBIDO O FORNECIMENTO DE BEBIDA ÀS CRIANÇAS, AINDA QUE DE FORMA GRATUITA

A nova Lei 16.035, que proíbe a venda, oferta, fornecimento, entrega e permissão de consumo de bebidas alcoólicas, mesmo que de forma gratuita, para menores de 18 anos, em vigor desde 24 de junho foi um dos projetos vitoriosos de Dado ChereM aprovados em 2013. O avanço da nova lei está no fato de que os estabelecimentos comerciais que a descumprirem estarão sujeitos a multas e, na reincidência, cassação do alvará de funcionamento.

"O vício precoce do álcool em crianças e adolescentes provoca sequelas sociais que não podem ser mensuradas. Apesar de ser proibido vender para menores, é muito fácil encontrar e comprar bebida alcoólica", diz.

A Assembleia também aprovou projeto que concede benefícios às vítimas de sequelas graves ocasionadas por queimaduras. A proposta prevê assistência integral, cirurgias plásticas, reabilitação física, reinserção no mercado de trabalho, transporte público gratuito e estacionamento prioritário.



TRANSPARÊNCIA

CIDADÃOS OPINAM SOBRE PROJETOS DE LEI

Cidadãos poderão se manifestar sobre os projetos de lei em tramitação na Assembleia Legislativa. Pela proposta, a página eletrônica da Assembleia Legislativa (www.alesc.sc.gov.br) abrigará mecanismo que permitirá às pessoas emitirem opiniões sobre as matérias que estão em tramitação.

"Esse projeto visa dar mais transparência da Assembleia Legislativa perante a população. As pessoas agora vão poder opinar sobre o projeto e nós poderemos saber se ele vai ao encontro ou não dos anseios da população", afirma o autor do projeto, deputado Dado ChereM.



Homenagem realizada pelo parlamentar ao cirurgião dentista





DARCI DE MATOS

PSD

Idade: 52 anos
Formação/Profissão: Técnico Agrícola,
Economista e pós-graduado em
Administração e Marketing
Base eleitoral: Joinville e região Norte
Mandatos: 2007 - 2011 / 2011 - 2015

SEGURANÇA

LUTA PARA PROTEGER OS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS

Entidade sai fortalecida com a aprovação da lei com as emendas do deputado Darci de Matos

No dia 6 de novembro o governador Raimundo Colombo sancionou a lei que dá poder aos Bombeiros Militares de interditar estabelecimentos flagrados em situação irregular com risco às pessoas e ao patrimônio. A lei foi publicada com as emendas propostas pelo deputado Darci de Matos, que resguardam esse poder aos municípios e permitem às prefeituras conveniarem com os Bombeiros Voluntários para executar o serviço.

Para a aprovação das emendas foi feita uma grande mobilização da população e de entidades organizadas. No dia 9 de outubro, com as galerias lotadas, a Assembleia Legislativa aprovou o projeto de lei. Além de estabelecer o poder de polícia administrativa, a legislação prevê uma série de normas e requisitos para prevenção e segurança contra incêndio e pânico.

Darci de Matos ressalta que as suas emendas fortalecem as duas corporações de bombeiros, pois o grande objetivo é a segurança da população catarinense. "As emendas mantêm o que está em bom funcionamento hoje. Onde tem Bombeiro Militar, permanece atuando o militar. Onde tem Voluntário, o atendimento continua do voluntário. As duas corporações vão trabalhar juntas salvando vidas", afirma o parlamentar.

As emendas não apenas garantem a segurança da população nos municípios que não contam com os Bombeiros Militares, mas também protegem os Voluntários. "Desta forma essa entidade não corre o risco de ser extinta e pode dar continuidade ao trabalho que executa com profissionalismo e com ênus irrisório aos cofres públicos", ressalta Darci de Matos.

Os Bombeiros Voluntários estão presentes em 60 municípios e atendem 30% da população catarinense. A primeira corporação foi criada em Joinville, em 1892, e tornou-se referência nacional.



INCLUSÃO

SOLIDÁRIO COM AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Durante toda a sua atividade profissional, Darci de Matos se mostrou solidário com as pessoas portadoras de deficiência. Quando foi presidente da Câmara de Vereadores em Joinville tomou a iniciativa, inédita até então, de contratar estagiários com deficiência. Baseada nessa experiência, a Assembleia Legislativa criou o Programa Alesc Inclusiva e contratou 20 estagiários. A primeira turma foi empossada em 19 de setembro.

Darci de Matos comemorou a implantação do projeto na Assembleia Legislativa. "A Casa do Povo reafirma o compromisso de uma política inclusiva, abrindo suas portas para receber as pessoas de forma justa e igualitária, dando a elas a oportunidade de construir um futuro melhor. Que esta iniciativa sirva de incentivo para outros órgãos públicos implantarem ações similares", ressalta o parlamentar. Os estagiários são estudantes de nível médio e superior e vão atuar no Parlamento catarinense por 12 meses.

SAÚDE

LINHA DE CRÉDITO PARA HOSPITAIS DE SC

Em 2013 os hospitais de Santa Catarina passaram a contar com o Badesc Saúde, linha de financiamento criada pelo governo do Estado. O crédito a juros menores atende a uma luta de Darci de Matos para que os hospitais filantrópicos continuem atendendo a população catarinense.

O parlamentar explica que essas unidades passam por dificuldades financeiras, visto que a cada R\$ 100 gastos por elas com atendimentos, o SUS repassa R\$ 60. A medida beneficia 186 hospitais filantrópicos, que juntos abrigam 67% dos leitos do SUS e hoje estão com uma dívida estimada em R\$ 200 milhões.





DIRCE HEIDERSCHIEDT PMDB

Idade: 57 anos

Formação profissional: Serviço Social

Base Eleitoral: Palhoça e Grande Florianópolis

Mandato: 2011 - 2015

SOCIAL

OUTUBRO ROSA É LEI EM SANTA CATARINA

Deputada Dirce tem paixão pelo social. Em seu primeiro mandato, luta efetivamente pela adoção de políticas públicas em defesa de mulheres, crianças, adolescentes, pessoas idosas e com deficientes físicos

O que já era importante, agora ganhou ainda mais força. A onda rosa que invadiu Santa Catarina em outubro, marcada por movimentos em todo o mundo em prol da saúde da mulher, virou lei estadual. Autora do projeto que tornou o Outubro Rosa lei em Santa Catarina, a deputada Dirce Heiderscheidt afirma, sem hesitar, que ficou feliz em constatar o engajamento da sociedade catarinense nesse movimento popular que une o mundo em torno da saúde da mulher. Durante mais de um ano, ela lutou efetivamente para a aprovação do Projeto de Lei 16.028, de 21 de junho de 2013, de sua autoria.

Para a deputada, era preciso garantir que o mês de outubro tivesse ainda mais “peso” no que se refere à saúde das mulheres e a prevenção do câncer de mama. “Era preciso não apenas o alerta, mas a garantia de que as mulheres poderiam, nos seus municípios, terem acesso aos exames, às informações e a garantia de seu direito à saúde com qualidade e dignidade”, avalia. A parlamentar conseguiu então o aval do governador Raimundo Colombo para transformar o seu projeto em lei estadual.

“Foi uma vitória, um avanço. Agora é preciso que a lei seja de fato cobrada, que os municípios e o Estado façam sua parte e, desse modo, Santa Catarina adote o Outubro Rosa como o mês em que serão intensificadas as ações preventivas à saúde da mulher, como campanhas de prevenção ao câncer de mama e colo de útero, às doenças sexualmente transmissíveis e às



afecções ginecológicas mais comuns”. A parlamentar admite que ficou satisfeita porque percebeu que houve um engajamento da sociedade catarinense. “Devemos todos fazer a nossa parte! Quanto mais cedo um diagnóstico, mais fácil será de salvar a vida de uma mulher”, afirma.

DEFESA

AÇÕES PARA O IDOSO SÃO PRIORIDADES

A sociedade brasileira está envelhecendo. De acordo com o IBGE, a expectativa de vida é hoje de 73 anos. O número de habitantes nessa faixa etária saltará de 21 milhões para 30 milhões em 2020 e vai ultrapassar os 55 milhões em menos de 30 anos. Tais projeções reforçam ainda mais as ações da deputada Dirce Heiderscheidt. Coordenadora do Fórum Parlamentar em Defesa da Pessoa Idosa, a parlamentar tem se destacado como defensora dos direitos do idoso no Estado. Dirce é autora da lei que instituiu o 15 de setembro como o Dia Estadual em Defesa da Pessoa Idosa. Recentemente, coordenou o Seminário Nacional sobre os Desafios do Envelhecimento na Sociedade Brasileira. Também representou Santa Catarina em Istambul no Seminário Iniciativa Internacional sobre o Envelhecimento. Lá apresentou a experiência catarinense de Palhoça, que criou uma rede de proteção ao idoso. Com população de 10.776 idosos, Palhoça atende 40% desse contingente. Um dos principais instrumentos é a Faculdade da Maturidade, que assiste gratuitamente 600 idosos.

SAÚDE

DIRCE LUTA POR UM HOSPITAL EM PALHOÇA PARA ATENDER À GRANDE FLORIANÓPOLIS

Uma antiga reivindicação para reforçar o setor de Saúde da Grande Florianópolis ganhou força na Assembleia Legislativa. A Casa aprovou indicação de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt, solicitando ao governo a construção de um hospital público estadual em Palhoça. Como argumento, a deputada alega que Palhoça está entre os dez municípios mais populosos do Estado, mas até o momento ainda não dispõe de uma rede de atendimento médico-hospitalar público. “O hospital é uma antiga reivindicação da comunidade. Vamos lutar para que seja atendida”, afirma Dirce. Com a implantação em Palhoça, essa unidade hospitalar atenderia à demanda de municípios vizinhos, desafogando o atendimento no Hospital Regional de São José e dos hospitais públicos da Capital, defende a parlamentar.



Dirce participou do Seminário Iniciativa Internacional sobre o Envelhecimento em Istambul.





DIRCEU DRESCH

PT

Idade 49 anos

Formação/Profissão: Agricultor

Base Eleitoral: Oeste

Mandatos: 2007-2011 | 2011-2015

MISSÃO

POLÍTICA SÓ VALE A PENA SE FOR PARA MELHORAR A VIDA DAS PESSOAS

Ações executadas pelo parlamentar durante o ano de 2013 tiveram impacto direto na melhoria de vida das pessoas e no desenvolvimento dos setores que mais precisam de atenção do poder público

Fazer política para melhorar a vida das pessoas é o espírito do mandato do deputado Dirceu Dresch (PT). Ações executadas pelo parlamentar durante o ano de 2013 tiveram impacto direto na melhoria de vida das pessoas e no desenvolvimento dos setores que mais precisam de atenção do poder público, como é o caso da agricultura familiar, das microempresas e da pesca. Um exemplo disso foi o projeto aprovado que criou a Política Estadual para Compras Governamentais da Agricultura Familiar, Empreendimentos Familiares Rurais e da Economia Popular e Solidário - Compra Coletiva/SC, estabelecendo que 30% das compras do governo para bens e serviços sejam provenientes da agricultura familiar. O deputado também apresentou

projeto que isenta de ICMS os alimentos produzidos pela agricultura familiar destinados a programas sociais, como a alimentação escolar.

Dresch negociou com o governo federal e a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) a medida que viabilizou que as cooperativas de eletrificação rural pudessem repassar aos seus clientes, o desconto na tarifa de energia elétrica. Com isso, 8% dos consumidores no Estado foram beneficiados. Em outra frente, atua para ampliar o acesso dos agricultores familiares à habitação digna, uma luta iniciada ainda nos tempos em que era sindicalista e que hoje é realidade por meio do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), com recursos subsidiados pelo governo federal.

À frente da Comissão da Pesca e Aquicultura, Dresch é interlocutor dos pescadores atingidos por barragens e pescadores artesanais e industriais. Realizou, em parceria com o Ministério da Pesca, 14 eventos regionais para debater políticas públicas de fomento à pesca e piscicultura.

Também fez várias ações para garantir o fortalecimento e valorização do salário mínimo catarinense, a efetivação da Defensoria Pública Estadual, implementação das políticas estabelecidas no Estatuto Nacional da Juventude, obras de melhorias na infraestrutura e acesso de educação de qualidade.

GOVERNO FEDERAL INTERLOCUÇÃO E ARTICULAÇÃO

Dresch teve papel de destaque na articulação com o governo federal para garantir recursos, equipamentos e políticas públicas em prol do desenvolvimento do Estado. Prova disso é a forma preferencial com que as prefeituras catarinenses estão sendo beneficiadas na entrega de máquinas pesadas adquiridas pelo governo federal. Todos os 269 municípios com menos de 50 mil habitantes estão recebendo retroescavadeira, motoniveladora e um caminhão-caçamba traçado. O deputado também articulou a liberação de máquinas para os municípios afetados pela seca, ocorrida em 2012, e o repasse de retroescavadeiras do Ministério da Pesca para o desenvolvimento da piscicultura.



Dresch no Seminário Sul Brasileiro das Ferrovias

Dresch garantiu bons encaminhamentos para ampliar o acesso à educação pública de qualidade, como obras na Udesc de Pinhalzinho. E teve forte atuação nas negociações com o Ministério da Educação e Cultura (MEC) que viabilizaram mais uma unidade do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) em São Lourenço do Oeste. Juntamente com outras lideranças, o parlamentar articula a expansão da Universidade Federal da Fronteira Sul para São Miguel do Oeste e Concórdia.

BANDEIRAS DESENVOLVIMENTO COM SUSTENTABILIDADE

Como coordenador da Frente Parlamentar Catarinense das Ferrovias, Dresch realizou seminários e ações em prol do transporte ferroviário, aglutinando setores políticos, empresariais e técnicos. Também se destacou no debate de adequação do Código Estadual Ambiental ao novo texto do Código Florestal Brasileiro e viabilizou emendas ao texto para garantir a efetivação de uma política que remunere o agricultor que preserva o meio ambiente. Com foco na produção sustentável, Dresch defende e divulga políticas de apoio à produção agroecológica. Como presidente da Frente Parlamentar da Agricultura Familiar e Assistência Técnica de Extensão Rural (Ater), planeja ações para fomentar, no Estado, medidas do Programa Brasil Agroecológico do governo federal.



Deputado acompanha debate sobre a implantação do Estatuto Nacional da Juventude





DÓIA GUGLIELMI

PSDB

Idade: 52 anos

Formação/Profissão: Processos Gerenciais

Base Eleitoral: Sul do Estado

Mandato: 2011-2015

CONQUISTA

DÓIA ASSUME LIDERANÇA DA BANCADA ESTADUAL DO PSDB EM 2013

Entre as principais bandeiras do deputado estão melhorias na saúde, infraestrutura e apoio à agricultura familiar

O deputado Dóia Guglielmi iniciou 2013 com um grande desafio. Frente ao seu destacado trabalho no Sul de Santa Catarina, o deputado assumiu a liderança da bancada tucana na Assembleia Legislativa. Durante o ano, coube a Dóia articular e conduzir debates para consolidar os interesses da bancada junto ao governo do Estado e demais órgãos, sempre buscando o melhor para o povo catarinense.

Ainda desempenhando o papel de líder da bancada, o trabalho do deputado se destaca pela sua habilidade na articulação entre os pleitos dos tucanos. Dóia tem se mostrado disponível e atuante na busca pela aprovação de projetos e viabilização de obras para o desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

A agricultura, pauta contínua e de grande interesse parlamentar, também teve destaque neste ano legislativo. Dóia enxerga a agricultura familiar como sendo de extrema importância para o desenvolvimento da região Sul do Estado e buscou viabilizar projetos que tragam melhores condições de trabalho aos produtores e luta junto com o governo estadual para garantir que sejam aprovados projetos que beneficiem a categoria.

FOCO PRIORIDADES DO MANDATO

Como luta incessante, Dóia cita a duplicação da SC-445, antiga SC-444, que liga Criciúma a Balneário Rincão, passando por Içara, uma iniciativa que pretende concretizar no ano de 2014.

Vale destacar também a constante luta do deputado para melhorias na área da Saúde. Durante o ano de 2013



Audiência com o governador Raimundo Colombo

buscou a liberação de recursos para hospitais da Região Sul e Serrana, com destaque para o Hospital Santo Antônio, de Armazém. Em articulação com o governo do Estado, o deputado viabilizou a descentralização de recursos que foram utilizados em equipamentos e materiais permanentes para a instituição.

A atuação parlamentar do deputado Dóia Guglielmi se destaca pela busca do desenvolvimento do Sul catarinense com indicações para as áreas de educação, infraestrutura e saúde, além do acentuado apoio dado aos pequenos e médios agricultores, aos programas de amparo e proteção às mulheres e idosos, ressaltando a necessidade da implementação e aperfeiçoamento de políticas públicas que visem combater as condições de desigualdade que esses grupos ainda enfrentam.



Contato direto com a população faz parte da rotina de atividades do parlamentar.

COMPROMISSO LUTA PELO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL

Dóia Guglielmi, tem um compromisso forte com a melhoria e desenvolvimento da região Sul. Seu trabalho envolve mais de 50 municípios. O deputado percorre toda a região buscando ouvir a demanda dos cidadãos e saber quais as reais necessidades de cada comunidade. O deputado Dóia Guglielmi se mostra preocupado em ter contato frequente com a comunidade por acreditar que é dessa maneira que se torna possível perceber a real necessidade de cada grupo.

Destaca-se também, o forte trabalho realizado nos clubes de mães e grupos de idosos, onde o deputado procura, frequentemente, ter um espaço em sua agenda para acompanhar as atividades desses grupos.





EDISON ANDRINO

PMDB

Idade: 67 anos

Formação/Profissão: Advogado

Base Eleitoral: Grande Florianópolis

Mandatos: 1983-1985 | 2007-2011 | 2011-2015

VIDA PÚBLICA

TRAJETÓRIA POLÍTICA VITORIOSA

Defesa dos direitos fundamentais da sociedade é prioridade do deputado Andrino

Com 47 anos de vida pública, o deputado Edison Andrino possui uma vitoriosa trajetória política, que iniciou a partir da militância estudantil, sendo um dos fundadores do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em Santa Catarina em 1966, que posteriormente tornou-se o PMDB, partido do qual faz parte até hoje.

É advogado, foi vereador por duas legislaturas, e o primeiro prefeito eleito de Florianópolis após a Ditadura Militar, deputado federal por quatro mandatos e está no seu terceiro mandato como deputado estadual.

Durante toda a sua trajetória política sempre trabalhou em defesa dos direitos fundamentais da sociedade, como direito à propriedade (autor da Emenda Constitucional 46/2005, que garante o direito de propriedade das ilhas como a de Santa Catarina), ao meio ambiente, à saúde, à educação, à segurança e ao trabalho, espe-

cialmente com relação à pesca artesanal e profissional. É também grande defensor do resgate e preservação da história e da cultura catarinense, isto devido ao fato de ser de origem de família de pescadores.

Em maio deste ano, o horário para a realização de shows, eventos culturais e artísticos em casas noturnas, restaurantes e bares em Santa Catarina foi o tema debatido em audiência pública proposta por Andrino e promovida pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente. Teve a participação de empresários do setor, vereadores, secretários municipais, representantes da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, de Conselhos Comunitários de Segurança e de entidades patronais e sindicais.

“É um tema polêmico, que merece estar em pauta. As coisas não podem continuar como estão hoje. Precisamos construir uma legislação com a participação de todos os envolvidos para achar um ponto de equilíbrio, uma solução que beneficie todos”, afirma Andrino.

BANDEIRA

AÇÕES EM DEFESA DA PESCA ARTESANAL

Por proposição de Edison Andrino à Comissão de Pesca e Aquicultura, foi realizada uma audiência pública sobre o tema “A sobrevivência da pesca artesanal no Estado”, quando foram discutidas e deliberadas soluções para os problemas da pesca artesanal em nosso litoral, em especial a pesca da tainha. O debate público teve como destaques as reivindicações da classe pela revisão das instruções normativas 10/2011 e 12/2012 editadas pelo Ministério da Pesca e Aquicultura.

Segundo o deputado Andrino, “é necessário construir encaminhamentos que resultem em acordos entre órgãos responsáveis pela edição das normas ambientais e os pescadores, ressaltando as inúmeras condutas burocráticas de quem dita regras sem conhecer a realidade da pesca”.

DEBATE

SEMINÁRIO SOBRE TERRENOS DE MARINHA

Prefeitos, vereadores, lideranças políticas e comunitárias, advogados, técnicos e representantes de entidades empresariais participaram, em setembro, de um seminário para discutir o Projeto de Lei 5.627/2013, do governo federal, que regulamenta a cobrança de taxas de ocupação de terrenos de Marinha, mais precisamente, dispõe sobre parcelamento e a remissão de dívidas patrimoniais com a União. Este seminário foi proposto em conjunto pelo deputado estadual Edison Andrino e pelo deputado federal Esperidião Amin.

Andrino encaminhou várias sugestões ao projeto de lei ao presidente da Comissão Especial de Terrenos de Marinha da Câmara dos Deputados e argumentou que atualmente há 17 projetos de lei e duas propostas de emendas constitucionais sobre o tema no Congresso Nacional. Afirma Andrino que não vê sentido as pessoas pagarem taxa de ocupação indefinidamente por propriedades que ocupam há muitos anos e conclui: “Como há uma pressão política de estados e municípios para acabar com a figura dos terrenos de Marinha, o governo quer regulamentar a cobrança, ainda que diminuindo o seu valor.”





GELSON MERISIO

PSD

Idade: 47 anos

Formação/profissão: Administrador

Base eleitoral: Oeste e Extremo-Oeste Catarinense

Mandatos: 2007 - 2011 | 2011 - 2015

RESULTADOS DAS DEMANDAS ÀS SOLUÇÕES: UM MANDATO PRÓXIMO DO CIDADÃO

Determinação para garantir ações que mudem diretamente a vida das pessoas é o que move Merisio

Gelson Merisio é um deputado sempre próximo das pessoas, ouvindo as demandas de cada município, conversando para achar as melhores soluções e trazer ações que façam a diferença. Em 2013 realizou roteiro em diversos municípios e, em seu gabinete, atendeu muitos catarinenses, entre eles prefeitos, vices, vereadores, secretários municipais e regionais, lideranças partidárias e comunitárias.

Foi assim que o deputado captou, ainda no ano passado, duas grandes insatisfações dos catarinenses, as pôs na ordem do dia, trabalhou e trouxe, em 2013, as soluções.

A primeira foi a que dá mais transparência às cobranças de pedágio. Os motoristas não tinham acesso aos dados para calcular quanto do valor pago às concessionárias retorna como obras para as BRs 101 e 116. Mas agora é Lei: toda praça de pedágio tem que ter uma placa informando o valor arrecadado e investido nas estradas.

A outra garante mais democracia e participação dos pais nas salas de aula. O deputado Gelson Merisio propôs, em outubro de 2012, projeto de lei para acabar com a indicação política para o cargo de diretor de escolas estaduais. Com a matéria, o assunto ganhou relevância e levou o governador Raimundo Colombo a assinar o decreto que institui a gestão escolar democrática em Santa Catarina, definindo que a função de diretor será exercida por um profissional eleito pela comunidade escolar – estudantes, professores e pais, estes com voto de peso dois. “Onde esta experiência já existe, fica comprovado que o desempenho do aluno sempre melhora quando o pai e a mãe estão envolvidos”, afirma o parlamentar.

E novos projetos de autoria de Merisio já estão em análise na Casa Legislativa. Dois buscam melhorias na saúde pública, como a criação da tarifa social de energia elétrica para hospitais públicos e filantrópicos de Santa Catarina. Com o desconto, as unidades de saúde poderão investir mais no que realmente importa: atendimento de qualidade.

O outro prevê que hospitais, postos e casas de saúde e ambulatorios fixem, em local visível, um informativo com os nomes e horário de trabalho dos médicos de plantão.

“A função do político só se justifica se ela for transformada em ações concretas que melhorem a vida das pessoas, especialmente daquelas que mais precisam do Poder Público.”

PREVENÇÃO AÇÕES PARA COMBATE ÀS DROGAS

Uma das bandeiras lançadas pelo Parlamento catarinense em 2013 foi a de combate à violência e ao uso de drogas. Para fortalecer essa iniciativa, o deputado Gelson Merisio trabalha em duas frentes. O parlamentar assinou, em junho, acordo técnico de cooperação entre a Escola do Legislativo, instituição educacional da Assembleia Legislativa que Merisio passou a presidir 2013, e o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), da Polícia Militar.

O deputado também apresentou uma proposta de lei – já em análise na Casa – para criar o programa escolar de combate ao uso de entorpecentes. A ideia surgiu na sala de aula e foi sugerida pelos estudantes da Escola de Educação Básica (EEB) Geni Comel, de Chapecó, que participaram da edição deste ano do Parlamento Jovem. O objetivo do projeto é ampliar o debate nos colégios sobre os perigos do consumo de drogas lícitas e ilícitas, assim como, implantar acompanhamento contínuo aos alunos para identificar sinais de dependência química e maus-tratos.

PARCERIA LEI GARANTE MAIS SEGURANÇA PARA TRABALHADORES TERCEIRIZADOS

Santa Catarina é o primeiro Estado a ter legislação que garante mais segurança para trabalhadores. A nova lei, criada a partir da parceria entre o deputado Merisio e o Tribunal Regional do Trabalho (TRT-SC), exige capacitação contínua sobre saúde laboral aos servidores terceirizados contratados pela administração estadual. A regra visa combater os assustadores números de acidentes de trabalho em Santa Catarina que, de acordo com a Previdência Social, chegaram a 45.930 ocorrências em 2011. “A lei é importante devido ao volume de obras do Pacto por SC, por exemplo. Todas as obras realizadas pelo Estado são importantes, mas temos sempre que lembrar que são realizadas por pessoas, trabalhadores, pais de famílias. E eles precisam ser protegidos”, analisa Merisio.



Visita da comitiva do Hospital Regional São Paulo, de Xanxerê, formada pela Irmã Neusa, o diretor Fábio Lunkes e a gerente de enfermagem Fabiana Floriani, assim como o Secretário de Saúde do município



Em Palmitos, Merisio conheceu seu Pedro Santos Pereira, 66 anos que acompanha as atividades do deputado desde 2002.





GILMAR KNAESEL

PSDB

Idade: 58 anos

Formação/Profissão: Administração de Empresas com pós-graduação em Recursos Humanos

Base eleitoral: Médio Vale do Itajaí

Mandatos: 1991-1995 | 1995-1999 |
1999 - 2003 | 2003 - 2007 | 2007 - 2011 |
2011 - 2015

CONQUISTA ORÇAMENTO REGIONALIZADO SE CONSOLIDA COMO FERRAMENTA IMPORTANTE DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Audiências públicas do OR contaram com expressiva participação popular e de lideranças políticas

Em 2013, o deputado estadual Gilmar Knaesel foi eleito presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. O parlamentar esteve à frente dessa mesma comissão nos anos de 1998 e 2011. No primeiro período, foi o responsável pela implantação do Orçamento Regionalizado, um marco histórico para a democracia participativa - o início da aproximação entre a população e os Poderes Executivo e Legislativo.

Em 2013, foram realizadas 34 audiências públicas do Orçamento Regionalizado, seguindo a divisão geopolítica das Secretarias de Desenvolvimento Regional, percorrendo toda Santa Catarina, desde o Extremo Oeste até o Sul do Estado. Esse modelo ampliou significativamente o debate dos pleitos de cada região.

Cerca de 2.600 pessoas compareceram às audiências, representando crescimento de 15%, se comparado com 2012. Para Knaesel, "o aumento do número de participantes demonstrou como a mudança no cronograma, que alterou de 13 para 34 reuniões, foi uma decisão acertada".

"As audiências contaram com um número maior de participantes, mas também evoluíram na questão da representatividade, estiveram presentes diversos parlamentares, vereadores, prefeitos, vice-prefeitos, membros das entidades sociais", destaca.

Para efetivar o cumprimento das prioridades estabelecidas nas audiências públicas e garantir a inclusão no Plano Plurianual (PPA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Knaesel defende a implementação do Orçamento Regionalizado impositivo.

"O Congresso já votou a impositividade para todo orçamento, nós vamos deixar livre para que o Executivo apresente a sua proposta e execute aquilo que puder. Entretanto, entendemos que as emendas do Orçamento Regionalizado deverão ser impositivas", afirma.

HOMENAGEM SESSÃO SOLENE CELEBRA OS 25 ANOS DE FUNDAÇÃO DO SINDIFISCO

Proveniente dos quadros de auditor fiscal da Fazenda Pública do Estado, o deputado Gilmar Knaesel propôs a sessão especial em homenagem ao Sindicato dos Fiscais da Fazenda do Estado de Santa Catarina (Sindifisco), pelo aniversário dos seus 25 anos de criação, em outubro de 2013.

Apesar de considerar sua história recente, Knaesel destacou que os resultados práticos fortaleceram a credibilidade do trabalho realizado pela entidade. "Este é um sindicato que, além de contribuir com a Secretaria da Fazenda e os contribuintes, se preocupa com outros segmentos do funcionalismo público", analisa o parlamentar.

Ainda conforme o deputado, "se dependesse do Sindifisco de Santa Catarina, a reforma mais importante que precisa ser feita no país, que é a tributária fiscal, já teria ocorrido".



Homenagem da Fesporte.



PREVENÇÃO IMPRUDÊNCIA ELEVA NÚMERO DE ACIDENTE COM VÍTIMAS EM SC

Dentre os temas de relevância abordados pelo deputado Gilmar Knaesel nesse ano legislativo, chamou atenção uma estatística alarmante - o aumento do número de mortos e feridos em decorrência dos acidentes de trânsito. A maioria dos casos acontece por imprudência do motorista.

Segundo dados, 53% dos atendimentos em hospitais públicos da Grande Florianópolis são ocasionados por acidentes dessa natureza, principalmente envolvendo homens jovens, entre 20 e 35 anos.

O deputado lamentou os altos índices de acidentes de trânsito com vítimas em Santa Catarina e pediu o apoio dos demais parlamentares quanto à proposta de incluir disciplina obrigatória ou complementar de educação no trânsito na grade curricular.





ISMAEL DOS SANTOS PSD

Idade: 48 anos

Formação/Profissão: Administração e Letras, com mestrado e doutorado em Literatura pela UFSC

Mandatos: 2008 | 2009 | 2010 | 2011 - 2015

REVIVER ISMAEL LIDERA LUTA CONTRA AS DROGAS

Parlamentar coordenou o debate para criação de programa de tratamento dos dependentes

O deputado Ismael dos Santos preside a Comissão Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas da Assembleia Legislativa que, em parceria com o governo do Estado e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), estruturou o programa de financiamento de 1.200 vagas em comunidades terapêuticas destinadas à pessoas com dependência de substância psicoativa residentes em Santa Catarina.

Segundo Ismael, este é um gigantesco passo na busca de saídas para a crise da drogadição que afeta milhares de famílias catarinenses e uma significativa política pública. “Estamos possibilitando, com a união de esforços, uma alternativa eficaz para centenas de famílias que sofrem as consequências da dependência em drogas”, lembra o deputado.

O parlamentar ressalta números preocupantes sobre o consumo de drogas na sociedade catarinense levantados em três anos de audiências públicas, debates, visitas à comunidades terapêuticas: 700 mil dependentes de álcool; 125 mil dependentes de substâncias entorpecentes ilícitas; 180 mil estudantes do Ensino Fundamental e Médio fizeram uso esporádico de drogas ilícitas, além de 50 mil usuários de crack.

O Programa Reviver oferece serviços de acolhimento em mais de uma centena de comunidades terapêuticas, nos termos da Legislação Federal (REC 29), pautando-se pelo caráter voluntário da internação, não podendo ser exigido qualquer tipo de contrapartida financeira. O deputado ressalta que as entidades que aderirem ao programa deverão comprovar período mínimo de 12 meses de atuação e participar da rede pública de

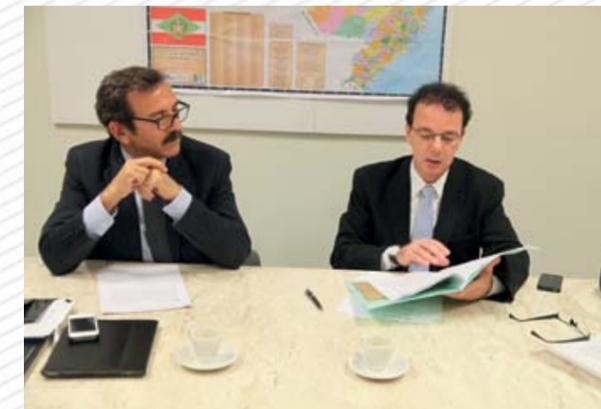
socialização para o trabalho, qualificação profissional e convívio social, observando-se o limite de dez vagas por unidade de acolhimento. O Reviver será desenvolvido na parceria entre a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (FAPEU) e governo do Estado.

IMÓVEIS TRANSPARÊNCIA NOS GASTOS PÚBLICOS

Ismael apresentou projeto de lei que estabelece a divulgação ostensiva em cada imóvel locado para o uso do poder público do valor do aluguel, do nome do proprietário e a duração do contrato, que deverão estar afixadas junto aos acessos de cada prédio. Quando o órgão dispuser de dispositivos externos de identificação - placas, painéis ou similares -, deverá conter, também a informação: “imóvel locado”.

Para o deputado, a sociedade exige transparência nos gastos públicos. “O dinheiro público deve ser gasto com total acompanhamento da sociedade, principalmente quando se trata de imóveis, pois via de regra, estes são contratados sem que haja um processo de licitação.” Devido às particularidades que envolvem a locação dos imóveis, o processo licitatório é dispensado. “Somente com o acompanhamento da sociedade poderemos evitar eventuais contratos suspeitos”.

Com a aprovação do PL, os gastos com alugueis do Poder Executivo, do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público (MP), do Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE) estarão dispostos na entrada dos prédios e acessíveis nos endereços eletrônicos oficiais.



Ismael também é vice-presidente da Comissão de Defesa do Direitos da Criança e do Adolescente.



Criação do Programa Reviver, que garante tratamento aos dependentes químicos

DIREITO LEI ACABA COM COBRANÇA INDEVIDA DE IMPOSTOS DOS TEMPLOS RELIGIOSOS

O deputado Ismael dos Santos é autor do projeto de lei que torna efetivo o fim da cobrança de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) das contas de energia elétrica dos templos religiosos. Segundo o parlamentar, desde a Constituição de 1988 os governos estão proibidos de cobrar impostos das igrejas, porém o direito estava sendo desrespeitado. “Por duas décadas as igrejas sofreram uma injusta cobrança que onerava com uma alíquota de 25% os custos com eletricidade”, destaca o parlamentar. Ismael ressalta ainda que a conquista deste direito demandou três anos de embate para o convencimento de juristas, técnicos e parlamentares.





JAILSON LIMA

PT

Idade 54 anos

Formação/Profissão: Médico Reumatologista e Médico do Trabalho

Base Eleitoral: Rio do Sul, Alto Vale do Itajaí

Mandatos: 2007-2011 | 2011-2015

VITÓRIA

PROJETO DE JAILSON QUE EXTINGUE O VOTO SECRETO É APROVADO

“O voto secreto é uma excrescência da democracia, uma forma de nos escondermos do povo”, afirma Jailson

Foi aprovada por unanimidade (34 votos a zero), a Proposta de Emenda Constitucional - PEC 3/2013, que extingue o voto secreto em todas as deliberações da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. A PEC é de autoria do deputado Jailson Lima.

Jailson Lima destaca que, para o bem da democracia, foi fundamental a aprovação da PEC. “A minha proposta e o meu voto são para acabar definitivamente com o voto secreto no Parlamento catarinense. Não podemos mais empurrar essa questão com a barriga. O voto secreto é uma excrescência da democracia, uma forma de nos escondermos do povo”, afirmou.

A votação teve dois turnos. No primeiro foram 34 votos. O presidente da Alesc, Joares Ponticelli, fez nova sessão para que fosse votado o segundo turno da deliberação, e com 33 votos a zero, foi encerrada a votação.

“É inconcebível que nos dias de hoje ainda tenhamos esse tipo de votação. Espero que o Senado após esse resultado tome uma posição sobre o voto aberto” declara o parlamentar.

A PEC 3/2013 prevê o fim do voto secreto para a cassação de mandato de parlamentares, indicação de conselheiros para o Tribunal de Contas do Estado e a eleição indireta para governador, caso os cargos de governador e vice-governador fiquem vagos.

SAÚDE

DEPUTADO JAILSON PRIORIZA SAÚDE NOS INVESTIMENTOS DO FUNDAM

O deputado Jailson Lima indicou ao secretário da Casa Civil, Nelson Serpa, a utilização de recursos do Fundam (Fundo de Apoio aos Municípios). A maior parte da verba foi destinada para viabilizar o Centro Oncológico do Hospital Regional do Alto Vale do Itajaí.



A decisão foi tomada conjuntamente com os vereadores e prefeitos da região. “Viabilizar esta verba é uma questão de honra para meu o mandato. É uma bandeira que levanto desde o meu primeiro mandato. Podemos dizer que este será o ponto final das longas viagens em busca de uma quimioterapia”, destaca Jailson.

O Fundam prevê investimentos nos 295 municípios exclusivamente nas áreas de infraestrutura e mobilidade urbana; construção e ampliação de prédios nas áreas de educação, saúde e assistência social; construção nas áreas de desporto e lazer; saneamento básico; aquisição de equipamentos, veículos e materiais destinados aos serviços de saúde e educação; máquinas e equipamentos rodoviários novos.

CONQUISTAS

PROPOSTAS APROVADAS EM PLENÁRIO

A forte atuação de Jailson Lima foi marcada pela aprovação de nove projetos de lei de sua autoria, além de 22 indicações dirigidas ao Executivo estadual e diversas solicitações aos municípios, como aumento de efetivo para a segurança pública, recuperação ou asfalto em rodovias catarinenses, recuperação de escolas.

O Plenário também aprovou moções de Jailson e pedidos de informação ao Executivo estadual e às empresas de economia mista, além de 27 requerimentos a diversos setores públicos, entidades privadas e cidadãos catarinense. “Foi um ano de muito trabalho e de grandes realizações”, afirma o parlamentar.





JEAN KUHLMANN

PSD

Idade: 38 anos

Formação /Profissão: Administrador, com especialização em Administração Pública

Base Eleitoral: Vale do Itajaí

Mandatos: 2007 – 2011 | 2011 - 2014

MANDATO

AÇÕES VOLTADAS AOS MUNICÍPIOS E CIDADÃOS CATARINENSES

Atividades de Jean Kuhlmann incluíram apresentação de projetos, visitas e atendimentos regionalizados

Atento às demandas da população e às necessidades dos municípios catarinenses, o deputado estadual Jean Kuhlmann não só manteve o cotidiano diálogo com a comunidade, como apresentou projetos importantes em 2013.

Atento à necessidade de preservação dos recursos hídricos e de geração de economia no consumo de água, projeto de lei de sua autoria prevê a instalação de hidrômetros individuais em novas construções. Kuhlmann lembra que a proposição inclui apenas novas construções, sendo optativa para os imóveis que já estão finalizados.

Outra proposta apresentada isenta entidades de utilidade pública do pagamento da taxa de segurança

contra incêndios e da taxa de fiscalização de projetos de construção e vistoria. Há, por fim, o projeto que extingue concursos públicos para preenchimento de cadastro de reserva na administração estadual, proposto a partir de demanda popular.

A intermediação de pleitos dos municípios e de instituições foi um trabalho prioritário. Para Blumenau, o deputado Jean conseguiu viabilizar R\$ 5 milhões para construção da casamata do Hospital Santo Antônio, R\$ 2,7 milhões para compra de equipamentos e conclusão dos leitos da UTI do Hospital Santa Isabel, e outros R\$ 650 mil para a ampliação do Hospital Misericórdia.

Também foram destinados R\$ 2 milhões para a conclusão do Dique da Fortaleza, obra fundamental para a prevenção de cheias no município. Outra conquista importante viabilizada por Jean Kuhlmann é a construção do quartel do Corpo de Bombeiros de Timbó, orçado em R\$ 800 mil.

O deputado também criou em 2013, a Frente Parlamentar de Apoio ao Setor Têxtil e Calçadista. O objetivo é acompanhar o desempenho e propor medidas que possam ampliar a competitividade do setor e valorizar os trabalhadores.

PREVENÇÃO PROTEÇÃO CIVIL COMO PRIORIDADE

Entre as ações desenvolvidas pelo deputado ao longo de 2013, uma das áreas que mais se destacou foi a prevenção. Conhecedor dos problemas causados pelas catástrofes que castigam o Estado, o parlamentar assumiu a presidência da Comissão de Proteção Civil da Assembleia Legislativa. E foi justamente como presidente da Comissão que o deputado representou Santa Catarina na Plataforma Global para a Redução de Riscos em Desastres - promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), na Suíça - e de onde trouxe exemplos práticos de recuperação. A experiência ajudou na organização após as cheias de setembro quando, encabeçando uma comitiva que percorreu as cidades atingidas, Kuhlmann retratou a situação dos municípios junto ao Ministério da Integração e garantiu a liberação de recursos. Além disso, o deputado também pretende isentar as vítimas de tragédias das taxas para emissão da 2ª via de documentos. O projeto já está em trâmite na Assembleia.



INCLUSÃO ACESSIBILIDADE GARANTIDA

Outro importante projeto apresentado por Jean Kuhlmann foi o que assegura às pessoas com deficiência visual o direito de receber certidões de registro civil confeccionadas no sistema de leitura Braille. O projeto, que ainda está tramitando na Assembleia Legislativa, prevê a emissão de certidões de nascimento, casamento e óbito em Braille, sem acréscimo no valor cobrado pelos cartórios. "O acesso à informação é condição fundamental para o exercício da cidadania. Nesse contexto, é nosso dever ampliar a acessibilidade de portadores de necessidades especiais ao serviço público", explica Kuhlmann.





JOARES PONTICELLI

PP | Presidente da Assembleia Legislativa em 2013

Idade: 48 anos

Formação/Profissão: Professor

Base Eleitoral: Tubarão

Mandatos: 1999-2003 | 2003-2007 | 2007-2011
2011-2015

INOVAÇÃO

JOARES PONTICELLI DEFENDE UM NOVO OLHAR PARA SANTA CATARINA

Além de comandar o Legislativo em 2013, Joares assumiu por dez dias o Governo do Estado, sancionando leis e liberando recursos para importantes obras

2013 foi um ano marcante para o deputado estadual Joares Ponticelli. Eleito presidente da Assembleia Legislativa, o parlamentar empreendeu ações que humanizaram o Parlamento e aproximaram o Poder da população. Por dez dias, exerceu o mais alto cargo do Estado, governando os catarinenses com dinamismo e humildade.

“O novo olhar que propomos para Santa Catarina é a resposta ao movimento que eclodiu nas ruas e ditou um recado à classe política: é preciso fazer diferente e produzir resultados”, salientou Ponticelli.

Com a perspectiva de um novo olhar para Santa Catarina, Ponticelli procurou dar as respostas à sociedade, tanto na presidência da Assembleia Legislativa, como

no comando interino do governo catarinense. “No Parlamento, eliminamos por completo o voto secreto. Agimos com transparência, responsabilidade social e promovemos a inclusão. Defendemos um novo pacto federativo, para que estados e municípios possam investir mais recursos em saúde e educação”, destacou.

Nos dez dias governando o Estado, imprimiu uma agenda de visitas ao interior, sanção de leis e liberação de recursos para obras importantíssimas. “Com estas duas experiências administrativas relevantes, concluímos que é preciso olhar para dentro de cada estrutura e dar respostas. As tomadas de decisões estão cada vez mais distantes do povo. Se decide em Brasília e a conta vai para estados e municípios. Temos, portanto, que estar preparados para dar as respostas que a sociedade exige”, disse Ponticelli.

AÇÕES

A MISSÃO DE PRESIDIR O LEGISLATIVO ESTADUAL

Em sua quarta legislatura, Joares Ponticelli chegou à presidência da Assembleia Legislativa no dia 1º de fevereiro de 2013 e foi ovacionado em sua eleição. “Participei de muitos momentos nessa Casa e sempre prezei pelo diálogo. Os votos que conquisei para a presidência são fruto de muito diálogo. Montamos uma Mesa plural e que mostra que os deputados estaduais estão engajados”, afirmou.

A preocupação em manter as ações desenvolvidas também esteve presente. “Todos nós, deputados, queremos o melhor para o Estado e para seus habitantes. A Assembleia Legislativa é a casa de todos os catarinenses e devemos trabalhar arduamente para que eles tenham orgulho de seus representantes”, salientou.

A gestão de Ponticelli em 2013 foi marcada por ações voltadas à transparência, à inclusão, ao resgate e valorização da história de Santa Catarina e ao desenvolvimento do Estado e de cada um dos catarinenses.



Posse como governador do Estado

FOCO

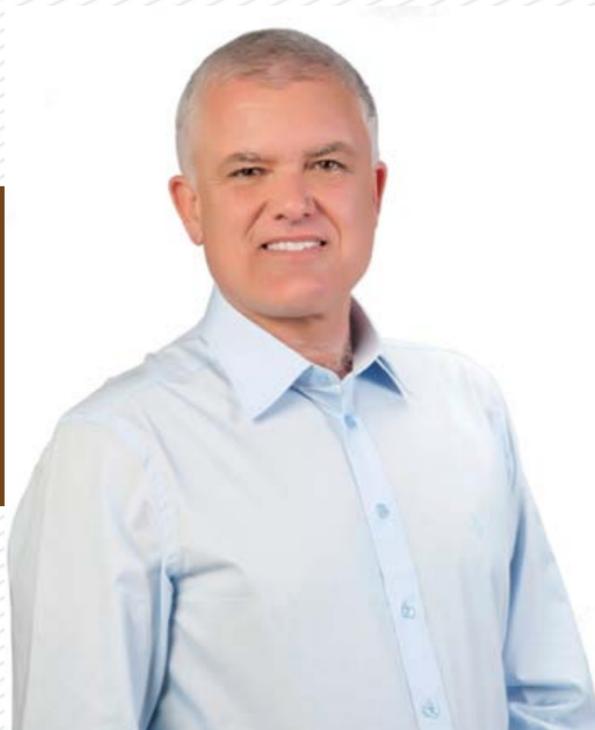
BANDEIRAS BEM DEFINIDAS

Preocupação em conter o avanço do crack, readequação do Código Ambiental e valorização do carvão mineral foram as principais pautas de 2013. O deputado Joares Ponticelli estabeleceu três principais focos em seu mandato: a readequação do Código Ambiental catarinense à nova regulamentação federal, a valorização do carvão mineral como matriz energética importante para o Brasil e a preocupação constante com o efeito devastador que o crack tem na sociedade. “Esses três pontos são de fundamental importância para Santa Catarina e, por isso, são nossas bandeiras”, disse Ponticelli.



À frente do Executivo, Joares sancionou diversas leis





JORGE TEIXEIRA

PSD

Idade: 58 anos

Formação/Profissão: Médico Neurocirurgião

Base Eleitoral: Região Metropolitana do Alto Vale do Itajaí

Mandato: 2011-2015

RESULTADOS

COM O TRABALHO SURGEM AS GRANDES AÇÕES

O ano de 2013 foi marcado pela consolidação de um trabalho realizado nos dois primeiros anos de mandato

O deputado Jorge Teixeira sempre esteve envolvido em temas de interesse público e voltados diretamente ao bem-estar das pessoas que vivem em Santa Catarina. Em 2013 os trabalhos foram intensificados e muitos catarinenses já se beneficiaram com projetos de lei que passaram pelas mãos do deputado.

Membro efetivo das Comissões de Saúde; de Ética e Decoro Parlamentar e de Direitos Humanos, Teixeira também integra a Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Catarinense e a Frente Parlamentar de Apoio ao Comércio Varejista.

Como resultado, surgem as grandes ações, com projetos de lei apresentados por Jorge Teixeira, baseados naquilo que realmente interessa ao cidadão catarinense, com soluções para pleitos dos mais variados temas.

Entre os projetos encaminhados no ano de 2013 estão o que altera a Lei 14.954, que dispõe sobre a fiscalização e coibição da comercialização irregular dos combustíveis no Estado.

Também entrou com o Projeto de Lei 40/2012, que acrescenta à Lei 15.314/2010 um parágrafo isentando hospitais declarados de utilidade pública estadual e título de filantropia federal do ICMS incidente sobre seus gastos com energia elétrica. Este projeto está em tramitação.

Teixeira entende que não se pode negligenciar os animais. Por isto, em junho deste ano, declarou de utilidade pública a APAD – Associação Protetora dos Animais Desamparados de Rio do Sul.

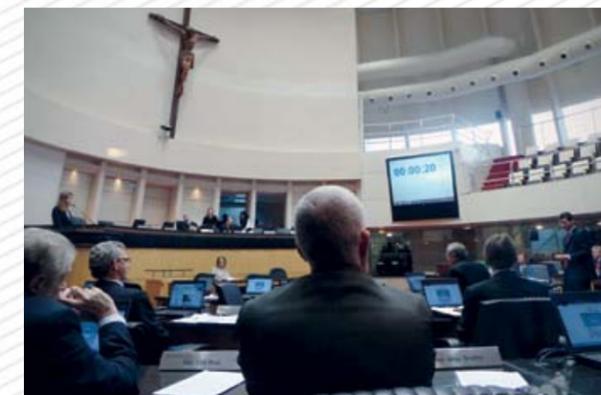
Sempre buscando fortalecer propostas que beneficiem de fato os catarinenses, Jorge Teixeira votou a favor e apoiou outros projetos sociais importantes na Assembleia Legislativa. “Ações propositivas, traduzidas em leis que beneficiem o povo catarinense, são a maior recompensa de quem atua na vida parlamentar”, destaca Teixeira.

CIDADANIA CONSCIENTIZAÇÃO DA OSTOMIA EM SANTA CATARINA

Ao final de 2013, Jorge Teixeira presidiu uma audiência pública organizada pela Comissão de Saúde sobre a conscientização da ostomia em Santa Catarina. De acordo com um cadastro mantido pela Secretaria de Estado da Saúde (SES), há no Estado pelo menos 2,8 mil ostomizados que recebem o material de ostomia pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Teixeira destacou que metade dessas pessoas é apta à cirurgia de reversão. “Cerca de 1,4 mil ostomizados poderiam fazer a reversão cirúrgica em duas semanas. É uma decisão política muito importante que pode acabar com a angústia dessas pessoas. Levaremos essa reivindicação à Secretaria da Saúde”, destacou.

Além disso, foi o autor do projeto de lei que isenta os portadores de ostomia das taxas de renovação de Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Jorge Teixeira também está elaborando projeto de lei que visa adaptar banheiros públicos para pessoas com deficiências ostomizadas. Pequenas ações que fazem a grande diferença para quem vive com o problema e precisa de maior conforto na rotina diária.



SAÚDE MAIS VAGAS PARA A RESIDÊNCIA MÉDICA

Deputado, mas principalmente um profissional da Saúde, o médico Dr. Jorge Teixeira solicitou ao governador Raimundo Colombo recursos para a área e também o aumento das vagas para a residência médica em diversas especialidades, nos hospitais que tenham condições de ensino.

Em 2013, mais de R\$ 5 milhões beneficiaram entidades e prefeituras através de convênios e subvenções sociais. Para o Hospital Regional de Rio do Sul, foram destinados pelo menos R\$ 486 mil para a compra de instrumentais para a neurocirurgia e cirurgia cardíaca. Já o Asilo São Vicente de Paulo em Rio do Sul recebeu R\$ 120 mil para aquisição de veículo adaptado ao transporte de pessoas idosas e com deficiência.





JOSÉ MILTON SCHEFFER

PP

Idade: 53 anos

Formação/Profissão: Engenheiro Agrônomo

Base Eleitoral: Sul

Mandato: 2011-2015

BANDEIRA EM DEFESA DA SAÚDE

Frente Parlamentar Catarinense, liderada por José Milton, esteve mobilizada durante todo o ano de 2013

Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Catarinense, o deputado José Milton Scheffer teve êxito em 2013, em diversos pleitos do setor. Em constante cobrança através do Plenário e de moções ao Ministério da Saúde, solicitando que o governo federal adequasse o teto per capita do Sistema Único de Saúde (SUS) catarinense ao mesmo patamar dos gaúchos e paranaenses, somado aos esforços do governo estadual, resultaram no aumento dos investimentos da União para que houvesse a ampliação do programa da rede de urgência e emergência em todas as regiões e não somente para a Grande Florianópolis e Norte catarinense, como previsto inicialmente.

Outra conquista importante da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Catarinense foi a assinatura da autorização da linha de crédito através do Badesc, com juros menores de mercado para os hospitais que

atendem o Sistema Único de Saúde (SUS) em Santa Catarina. A medida, que teve o apelo da Frente, presidida pelo deputado, irá beneficiar 200 instituições hospitalares, garantindo juros menores (8,5% ao ano para renegociação de dívidas e 7,9% ao ano para investimentos) e maior prazo para pagamento (10 anos, no caso dos refinanciamentos de dívidas).

Um dos mobilizadores do movimento Saúde + 10, que visa o aumento do repasse da União ao setor, José Milton não mediu esforços percorrendo todo o Estado para mobilizar e coletar as assinaturas necessárias para encaminhar o projeto de Lei de Iniciativa Popular à Câmara dos Deputados. Tal empenho fez com que Santa Catarina fosse o segundo estado em número de assinaturas, com 171.913, das 1,9 milhões arrecadadas em todo o país.

RIZICULTURA O APRIMORAMENTO DA PRODUÇÃO CATARINENSE

Ativada em 2012 pelo parlamentar, que sentiu a necessidade de um amplo trabalho para fortalecer o setor rizícola, que vinha enfrentando inúmeras crises. A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Arroz, coordenada pelo deputado José Milton, é composta por órgãos públicos e privados. Tem sido ao longo de sua criação, um fórum permanente de discussão e construção de políticas públicas, que tem mantido a estabilidade da rizicultura, com melhores preços, aumento de produ-



tividade, assim como, levantado os debates para investimentos em novas tecnologias para agregar renda às mais de 14 mil famílias rurais que vivem diretamente da produção de arroz.

DIA ESTADUAL ASSEGURAR OS DIREITOS ÀS PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN

Proponente do Dia Estadual da Síndrome de Down, José Milton, durante os trabalhos de pesquisa para a criação da data alusiva, notou a ausência de dados ou controle do número de pessoas com Down, tanto no país, quanto no Estado. Assim, para que haja um controle e o auxílio às pessoas com a Síndrome, tramita na Assembleia Legislativa o PL 444/2012, de autoria do parlamentar, que dispõe sobre a obrigatoriedade do registro, por parte dos hospitais públicos e privados catarinenses, dos recém-nascidos com Síndrome de Down às instituições, entidades e associações especializadas que desenvolvem atividades com as pessoas deficientes. Tal projeto visa impedir o diagnóstico tardio, ajudando assim, a garantir identificação e acompanhamento precoce, facilitando as ações para o estímulo mais rápido e resultando em mais oportunidades no seu desenvolvimento futuro.





JOSÉ NEI ASCARI

PSD

Idade: 45 anos

Formação/Profissão: Advogado

Base Eleitoral: Sul, Planalto Serrano e Grande Florianópolis

Mandatos: 2011 - 2015

DESTAQUES

AMPLIAÇÃO DE DIREITOS E TRANSPARÊNCIA MARCAM ATUAÇÃO EM 2013

Ações em benefício das pessoas com deficiência e defesa do voto aberto no Parlamento são alguns destaques da atividade do deputado estadual José Nei Ascari

A ampliação dos direitos da pessoa com deficiência e a defesa da transparência no Poder Legislativo foram ações que marcaram a atividade parlamentar do deputado estadual José Nei Ascari em 2013. Em atuação combinada com as entidades que atendem os deficientes em Santa Catarina, o deputado participou diretamente de uma importante conquista dos autistas, com a aprovação da Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, a Lei 16.036, já sancionada no Estado. A lei assegura direitos e a atenção do Poder Público aos autistas em assuntos que vão desde o diagnóstico precoce até a inserção no mercado de trabalho. "Isso representa um avanço significativo no direito dos autistas, que até então, não contavam com qualquer proteção do Estado para o atendimento de suas necessidades básicas, e

respeitadas suas características", explicou o deputado. Ao longo do ano, outras atividades relacionadas com a pessoa com deficiência tiveram participação direta do parlamentar, que preside, na Assembleia Legislativa, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Como relator de uma das mais importantes matérias com tramitação na Assembleia Legislativa em 2013, a Proposta de Emenda à Constituição que extinguiu o voto secreto nas votações da Casa, Ascari foi em defesa da transparência e confirmou sua posição favorável ao voto aberto, em qualquer situação. Seu parecer foi seguido e votado por unanimidade pelos demais deputados estaduais em um momento marcante da história do Legislativo catarinense. "O fim do voto secreto mostrou

o amadurecimento do Parlamento e o respeito desta Casa com o cidadão catarinense que tem o direito de saber qual a postura do deputado em todas as votações", reforçou.

APOIO OBRAS E SERVIÇOS MELHORARAM A VIDA NOS MUNICÍPIOS

A defesa dos interesses dos municípios catarinenses também é uma característica forte da ação do deputado estadual José Nei Ascari. Em 2013, a conquista de obras e serviços para a comunidade marcou a atividade parlamentar. Pelo menos duas delas terão forte impacto na comunidade do Sul nos próximos anos. A primeira é a pavimentação da rodovia que liga os municípios de Grão-Pará e Urubici pela Serra do Corvo Branco, antiga reivindicação regional e ação estratégica para o desenvolvimento de todo o Sul. "Esta estrada pavimentada será um marco na ligação de duas regiões que possuem enorme potencial econômico para contribuir com Santa Catarina", defende Ascari.

Outra ação de forte impacto que contou com o apoio do deputado José Nei Ascari é a construção da nova e ampliada sede do Hospital Santa Terezinha, de Braço do Norte, que vai atender a comunidade de todos os municípios da região e melhorar, significativamente, os serviços de saúde básica e especializada.



PRIORIDADE DEFESA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Assegurar a prioridade na tramitação de processos judiciais ou administrativos em que a parte interessada seja pessoa com deficiência foi o objetivo de outra proposta apresentada pelo deputado estadual José Nei Ascari em 2013 e que foi aprovada no Parlamento catarinense. Transformada na Lei 16.061, a proposta determina que os processos recebam identificação apropriada e tramitação prioritária no Judiciário estadual e repartições públicas. "As pessoas com deficiência, por suas características pessoais, merecem ter assegurada esta prioridade para ter respostas mais rápidas às suas demandas", justifica Ascari.





KENNEDY NUNES

PSD

Idade: 43 anos

Formação / Profissão: Jornalista

Base eleitoral: Joinville

Mandatos: 2007-2011 | 2011-2015

DIREITO LEI PROTEGE GESTANTE

Gestante de alto risco pode ser atendida em hospital particular

Durante conversa com alguns médicos no começo do ano, ouvi uma sugestão que poderia salvar vidas. Para isso, seria preciso propor e aprovar uma nova lei na Assembleia Legislativa. Na mesma hora liguei para minha assessoria, que elaborou e protocolou um novo projeto de lei. Apresentamos a proposta de assegurar a internação na rede hospitalar particular no Estado de Santa Catarina da gestante de alto risco, sempre que inexistir leito hospitalar vago na rede pública de saúde em um raio de 200 quilômetros do local da residência da gestante. A internação, neste caso, será custeada pelo Estado.

Não podemos aceitar que uma gestante em situação de emergência tenha que viajar 700, 800 quilômetros para ser atendida. Nem sempre há tempo para esperar e não podemos deixar que uma vida seja colocada em risco por questões burocráticas.

Felizmente, em junho deste ano foi promulgada a Lei 16.025, que permite o tratamento adequado e com urgência às gestantes com gravidez de alto risco. O trâmite da matéria foi rápido porque meus colegas logo entenderam ser uma solução para o problema. Entre eles, os deputados oriundos da área de Saúde, Jailson Lima (PT), Dado Cherem (PSDB), Ana Paula Lima (PT) e Volnei Morastoni (PT), que chegaram a falar na tribuna sobre a importância que essa lei representa por colocar em primeiro plano a vida.

É muito bom ter o poder de ouvir as pessoas e transformar vidas ou, como neste caso, salvar vidas. Isso faz com que todo trabalho e toda luta valham a pena. Sinto-me realizado e orgulhoso de ter proposto e conseguido aprovar esta Lei, ainda mais quando comemoro 25 anos de vida pública, iniciada aos 18 anos de idade. Que Deus permita a mim continuar obtendo resultados como este.

HISTÓRIA 25 ANOS DE VIDA PÚBLICA

Tantos caminhos trouxeram-me aqui, tanto aprendizado e tanto exemplo na vida! Um desses exemplos vem, sem dúvida, dos meus pais. Vê-los dedicando suas vidas à missões evangélicas por vários países fez crescer em mim o humanismo e um olhar atento ao próximo e às suas necessidades.

Sempre acreditei que podemos mudar o mundo, ou pelo menos direcioná-lo para um lugar melhor. Foi isso que me moveu durante esses 25 anos. Sei que há muito para fazer, mas posso dizer, com segurança e orgulho, que consegui manter a retidão diante de inimigos ferozes e de grandes tempestades.

Meu barco segue seu rumo com a mesma empolgação juvenil de quem se candidatou com 18 anos porque já sabia dos desígnios de Deus. Sigo na luta com o coração repleto de esperança de poder deixar um legado e com uma certeza: a de que cada movimento que dei nesses 25 anos teve o propósito de fazer o melhor, de fazer pelas pessoas, de servir a Deus.



UPM NA PRESIDÊNCIA DO BLOCO BRASILEIRO

Em 2013, assumi a presidência do Bloco Brasileiro da UPM (União de Parlamentares Sul-Americanos e do Mercosul) e tive o desafio ir a Santa Cruz de La Sierra, no mês de outubro, para ouvir autoridades e estudantes de Medicina. Conheci a estrutura da universidade e as dificuldades que o médico brasileiro formado fora do país enfrenta.

Realizaremos um novo encontro com o Ministério da Saúde, Conselho Federal de Medicina e parlamentares para que se conheça a realidade do ensino na Bolívia e possamos eliminar barreiras legislativas e de preconceito para lançarmos mão do trabalho desses médicos no país.





LUCIANE MARIA CARMINATTI

PT

Idade: 43 anos

Profissão: Professora

Base eleitoral: Grande Oeste

Mandato: 2011-2015

PRIORIDADE

UM MANDATO COMPROMETIDO COM A EDUCAÇÃO

Atender as demandas regionais e defender os direitos da mulher também são bandeiras de Luciane Carminatti

O terceiro ano de mandato da deputada estadual Luciane Carminatti foi pautado pelas demandas regionais, bem como, pela necessidade de continuar fortalecendo a luta pela educação e pelos direitos das mulheres.

O principal eixo de atuação da parlamentar foi a Educação. "Participamos das Conferências Municipais da Educação da maioria dos municípios do Oeste, Realizamos seminários para debater os planos municipais e estaduais de educação, audiências públicas para tratar da construção de escolas do campo, bem como, para a ampliação da infraestrutura e consolidação da Udesc de Palmitos. Ainda assumimos a coordenação da instalação do curso de Medicina na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus de Chapecó, e manifestamos nosso apoio à expansão da UFFS para São Miguel do Oeste.

E para reafirmar nosso compromisso com a Educação, apresentamos vários projetos de lei que estão disponíveis no site www.lucianecarminatti.com.br

"Como educadora, defendo o acesso à educação pública e de qualidade para todos", relata Luciane.

DEFENSORIA

A deputada Luciane, que é presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia, realizou audiência pública para tratar da implantação da Defensoria Pública em Santa Catarina e, após a implantação, para avaliar os primeiros meses do serviço. Também realizou reuniões com o governador Raimundo Colombo e com o defensor público geral, Ivan Ranzolin, para cobrar a nomeação de mais defensores e maior repasse de recursos à estrutura.

"Iniciamos a Defensoria Pública com apenas 45 defensores nomeados. Após muita pressão coletiva, o ano de 2013 encerra com 60 defensores e a certeza de que teremos que continuar a luta para que ela se torne um direito do cidadão catarinense".

REPASSE

DEPUTADA REIVINDICA MAIOR ORÇAMENTO À ASSISTÊNCIA SOCIAL

Outra área defendida por Luciane é a assistência social de Santa Catarina. Como coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), apontou a necessidade de aumentar os recursos para a assistência social e, assim, o repasse aos municípios.

A assistência social em Santa Catarina carece de um orçamento que atenda às necessidades de proteção social básica, com a construção de novos CRAS, o financiamento das equipes e o fortalecimento de toda a rede da assistência social.

Muitos municípios já disponibilizam de orçamento satisfatório, chegando a 5%, enquanto em Santa Catarina não chega a 1%. A Frente Parlamentar do SUAS quer a valorização da Assistência Social enquanto política pública, ou seja, orçamento, estrutura e pessoal. Assim o SUAS será valorizado.



Mais de 600 professores participaram do seminário regional proposto pela deputada em Dionísio Cerqueira.

CASA DA MULHER

LIDERANÇA DA BANCADA FEMININA

Como líder da Bancada Feminina, Luciane lutou pela implantação da Casa da Mulher Brasileira e a estruturação da Coordenadoria Estadual da Mulher. Além de liderar a luta pela revogação da Lei que determinou altura mínima às mulheres para ingresso na carreira militar, lutou pela nomeação das candidatas, 270 mulheres aprovadas. O governador, depois de muita pressão e organização, atendeu a reivindicação da Bancada Feminina e nomeou todas as candidatas aprovadas.



Luciane integra a Comissão Estadual da Verdade, que colhe depoimentos e documentos sobre a época da Ditadura.





MANOEL MOTA

PMDB

Idade: 72 anos

Profissão: Empresário

Região: Sul Catarinense

Mandatos: 1991-1995 | 1995-1999 | 1999-2003 |
2003-2007 | 2007-2011 | 2011-2015

2013: ANO DE LUTAS E DE CONQUISTAS

MANTENDO-SE FIEL AO SEU ESTILO COMBATIVO, JÁ CONHECIDO PELOS CATARINENSES, MANOEL MOTA COMEMOROU EXCELENTES RESULTADOS EM DIVERSOS PLEITOS DO ESTADO

Com a experiência adquirida em seis legislaturas consecutivas, o deputado estadual Manoel Mota comemorou, em 2013, várias conquistas em históricas bandeiras de trabalho. Eleito 3º secretário da Mesa da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, o parlamentar prosseguiu suas atividades em defesa do Sul do Estado, sempre com estilo aguerrido.

Neste ano, Mota participou da entrega da ordem de serviço para pavimentação da Serra da Rocinha (BR-285), da qual é ferrenho defensor desde a década de 80. Serão investidos R\$ 95 milhões na rodovia, prevista para ser entregue em dois anos.

Embora satisfeito, o deputado prossegue lutando para viabilizar outras duas importantes obras para o Estado: a pavimentação da Serra do Faxinal e a conclusão da Rodovia Interpraias. No decorrer de 2013, Mota esteve na capital federal/Brasília em várias oportunidades, onde participou de audiências em Ministérios e em órgãos ambientais.

Além disso, o deputado intermediou o contato de lideranças do Sul catarinense com representantes dos Poderes Executivos estaduais e federais, visando investimentos na infraestrutura de diversas rodovias do Estado.

Na área da saúde, Mota promoveu concorrida audiência pública visando a implantação da UTI Neonatal no Hospital Regional de Araranguá. Também solicitou a instalação de unidade do Hemosc naquele município, além de ter participado decisivamente nas obras do

pronto-socorro pediátrico do Hospital Regional de Araranguá e da conquista de equipamento para montagem da sala de raio-x para o Hospital Dom Joaquim de Sombrio.

Outro destaque foi a confirmação, pela presidente Dilma Rousseff, da instalação do curso de Medicina em Araranguá. A sanção presidencial atendeu solicitação de Mota em requerimento aprovado pela Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa em março.

EXTERIOR

BUSCA DE RECURSOS ULTRAPASSA BARREIRAS NACIONAIS

Em busca de recursos para a região Sul, o parlamentar esteve, em 2013, na Argentina e na Itália. No país sul-americano, Mota buscou uma alternativa para desenvolver a agricultura da região Sul através do cultivo do feijão branco. A luta do parlamentar é para que o agricultor agregue valores buscando diversificação em seu plantio e que, assim, mantenha-se no campo.

Na Europa, manteve tratativas com a empresa Cimolai, multinacional do ramo metalúrgico considerada uma das maiores do mundo. Em 2012, Mota participou da assinatura do protocolo de intenções entre os italianos e o governo catarinense, que ofereceu todo o apoio para a empresa se instalar no Sul do Estado. O investimento previsto está orçado em torno de R\$ 110 milhões, o que irá gerar 300 empregos diretos.



DIREITOS

LEIS DE INTERESSE DOS CATARINENSES

Entre os projetos de lei apresentados por Mota, dois visam educar o motorista no trânsito. O PL 78/2013 solicita ao Departamento Estadual de Trânsito de Santa Catarina (Detran/SC) o envio de comunicado ao motorista informando a data do vencimento da habilitação (CNH) com antecedência de 30 dias. Já o projeto 198/2012 regulamenta desconto no imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para os motoristas que não receberam multa no período. Ambos já foram aprovados na Comissão de Constituição e Justiça e aguardam deliberação nas demais comissões e no plenário do Parlamento.

Outro projeto proposto por Mota que repercutiu em nível estadual foi o que proíbe a utilização de telefones celulares em agências bancárias. Recentemente, a proposta foi deliberada e aprovada em Plenário e segue agora para sanção governamental.





MARCOS VIEIRA

PSDB

Idade: 60 anos

Profissão: Advogado

Base eleitoral: Grande Florianópolis e Oeste

Mandatos: 2007-2011 | 2011-2015

IDEAL

MARCOS VIEIRA, MUNICIPALISTA POR CONVICÇÃO

Deputado combate a pirâmide perversa do que chama de ditadura financeira

O terceiro ano do segundo mandato do deputado Marcos Vieira foi repleto de conquistas em defesa dos municípios.

O deputado, que conhece 285 dos 295 municípios catarinenses, percorre semanalmente as diversas regiões do Estado, levando recursos e ajudando na busca de soluções. Uma das suas principais bandeiras é a questão rodoviária. Por isso, atuou fortemente na recuperação da SC-480, que liga Bom Jesus até São Domingos, e na estadualização e no projeto de engenharia da SC-350, que liga Abelardo Luz até Ponte Serrada (BR-282); na federalização da SC-163, no trecho de Itapiranga até São Miguel do Oeste, que passará a ser BR.

Na área da saúde liberou recursos para a construção de Postos de Saúde, como em Itá. Na Educação atuou em diversas frentes, como no ginásio coberto de Guarujá do Sul e na reforma na Escola João XXIII, em Maravilha. Além disso, ajuda uma das entidades mais importantes do Brasil, a Apae, como em Vargem Bonita, para a reforma do prédio, em Santo Amaro da Imperatriz, em Arroio Trinta e em Pinhalzinho que também terá a reforma do prédio.

Municípios melhoraram sua infraestrutura com o apoio de Vieira, como na liberação de recursos da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (Badesc) e do Fundo de Apoio aos Municípios (Fundam). Foram beneficiadas cidades como Palmitos, São Carlos, Saudades, Romelândia, São Miguel da Boa Vista, Tigrinhos, Modelo, Alfredo Wagner, Serra Alta, Chapadão do Lageado, Imbuia e diversas outras. Conhecedor da realidade dos municípios, Vieira defende o que chama "do fim da ditadura financeira no Brasil". Desde a Constituição Federal de 1988, criou-se

uma pirâmide perversa. "Na base temos os municípios que ficam com 13% de tudo o que se arrecada. No meio da pirâmide temos os Estados que ficam com 17% e, no topo, a União com 70%. É muito pouco para os prefeitos resolverem os problemas dos municípios", afirmou o deputado.

ATUAÇÃO

DOS PEQUENOS AOS GRANDES TEMAS

Seja uma passarela na SC-163 para atender duas comunidades em Irani ou a situação trabalhista dos agricultores que plantam cebola, na região do Alto Vale do Itajaí, Vieira se dedica à solução dos diversos problemas. Presidiu três das maiores audiências públicas promovidas na história da Assembleia do Estado de Santa Catarina, como a que debateu a pavimentação da estrada que liga Dionísio Cerqueira até Princesa, que reuniu 700 pessoas. Outras 500 pessoas participaram da audiência pública realizada em Maravilha, onde Vieira defendeu a construção de uma subestação da Celesc no município. E a maior de todas foi realizada em Alfredo Wagner, com dois mil agricultores, sobre as denúncias dos excessos na fiscalização do Ministério do Trabalho. Desta audiência, o deputado conseguiu formar uma comissão que foi recebida pelo ministro do Trabalho, Manoel Dias. Com esta ação, o ministro garantiu a resolução dos problemas.



Em Alfredo Wagner, para debater a questão dos produtores de cebola do Alto Vale, deputado presidiu uma das maiores audiências públicas da Alesc.



Em Maravilha, na Câmara Municipal, cerca de 400 pessoas participaram da Sessão Solene onde Vieira recebeu o Título de Cidadão Honorário.

APOIO

UM DOS GABINETES MAIS VISITADOS DA ALESC

O gabinete 118 é um dos mais movimentados da Assembleia do Estado de Santa Catarina. São lideranças de vários municípios, de todas as siglas partidárias, que buscam o apoio do deputado para a realização de ações e encaminhamento de pedidos junto aos governos estadual e federal.

Um dos termômetros que apontam os resultados do trabalho de Vieira é a quantidade de títulos de cidadão honorário. Até dezembro de 2013, eram 19 os municípios que prestaram a homenagem. Abelardo Luz, Anitápolis, Biguaçu, Bom Jesus do Oeste, Calmon, Dionísio Cerqueira, Irani, Maravilha, Matos Costa, Major Gercino, Modelo, Ouro Verde, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Saltinho, São José do Cerrito, Serra Alta, Vargem Bonita e Santa Helena concederam a honraria, uma das mais altas que um cidadão pode receber.





MAURICIO ESKUDLARK

PSD

Idade: 54 anos

Formação/Profissão: Delegado Aposentado / Advogado

Base Eleitoral: Oeste e Vale do Itajaí

Mandatos: 2003 | 2007 | 2011-2015

VISÃO EXPERIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

Ações em prol dos municípios, da valorização regional, da segurança pública e da proteção social marcam o mandato parlamentar

O trabalho do deputado Mauricio Eskudlark fortalece o setor da segurança, o municipalismo e a prevenção social a partir do contato permanente com as bases e a valorização regional.

Amparado por vasta experiência na carreira policial e político-administrativa, o deputado Mauricio Eskudlark desenvolveu, ao longo do ano, diversas ações, projetos e indicações em prol dos setores da segurança pública, infraestrutura e apoio comunitário aos municípios.

Ao assumir a presidência da Comissão de Segurança Pública da Assembleia, em 2013, o deputado impulsionou debates e a busca de soluções por meio das reuniões ordinárias e a realização de audiências

públicas municipais, diante do crescimento dos índices de criminalidade. Também foram realizadas ações conjuntas voltadas à educação para o trânsito, envolvendo governo, escolas e Centros de Formação de Condutores (CFCs).

O trabalho da comissão também serviu para intermediar, junto ao governo, a busca de melhorias e da infraestrutura do setor, tal como no caso do sistema penitenciário, valorização salarial dos servidores da segurança, bem como a ampliação da presença feminina nos quadros da Polícia Militar.

Entre os projetos de lei apresentados em 2013, está em tramitação o que visa proibir que os postos de combustíveis continuem a fazer o abastecimento dos veículos após ser acionada a trava de segurança automática das bombas. O objetivo é a proteção do meio ambiente e a segurança de motoristas e frentistas, pois impede que os gases saiam do tanque do carro.

Outro projeto prevê aos órgãos estaduais e às concessionárias de serviços públicos estaduais, como a Celesc, a Casan e a rede pública estadual de saúde, a obrigação de disponibilizar seus cadastros de consumidores às autoridades policiais para fins de investigação. Uma forma de reduzir dificuldades na investigação, tornando-a mais rápida por meio do compartilhamento de informações.

VALORES

DEFESA DO TRADICIONALISMO E DOS ESPORTES

A Assembleia Legislativa realizou, no mês de setembro, por proposição do deputado Mauricio Eskudlark, uma sessão especial em homenagem às quatro décadas de fundação do Movimento Tradicionalista Gaúcho de Santa Catarina (MTG-SC), que reúne cerca de 600 Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) com mais de 40 mil sócios.

Eskudlark define o apoio e incentivo ao tradicionalismo, já que preserva a integração da família e o convívio sadio e de boas práticas entre a juventude.

Também foi aprovado e sancionado o projeto de lei de Eskudlark que institui o Dia do Ecumenismo, a ser celebrado em 21 de outubro de cada ano e passando a constar do calendário estadual de eventos como data de reflexão sobre a necessidade da paz e convivência harmoniosa.



Maurício Eskudlark com Orides Luiz Pompeo, presidente do Movimento Tradicionalista Gaúcho.



Maurício Eskudlark com integrantes do Movimento Tradicionalista Gaúcho

No setor esportivo, destacou-se a indicação parlamentar para a inclusão do jiu-jitsu no calendário dos Jogos Abertos, além dos Joguinhos e Jogos Escolares. A iniciativa teve repercussão em todo o país e já está em fase adiantada de consolidação entre a Fesporte e a Federação da modalidade.

INFRAESTRUTURA

AÇÃO SOCIAL E DEFESA DE PLEITOS REGIONAIS

Diversas entidades e prefeituras têm sido apoiadas por Eskudlark, em especial, na intermediação de convênios e recursos estaduais e nos projetos de utilidade pública. Defesa de pleitos do setor de infraestrutura, como melhorias para as rodovias catarinenses, sobretudo a BR – 101, BR-282, BR- 158 e BR-153, além das vias estaduais, também foram objeto de ações de parlamentar junto aos governos estadual e federal.

Neste sentido, o parlamentar procura manter contato permanente com os diversos segmentos organizados da sociedade, inclusive do setor econômico, visando estimular a geração de emprego e renda no Estado.





MAURO DE NADAL

PMDB

Idade: 42 anos

Formação/Profissão: Advogado

Base Eleitoral: Região Extremo-Oeste

Mandato: 2011-2015

DESTAQUE

“É UMA HONRA PRESIDIR A CCJ”

Trabalho conjunto dos parlamentares foi decisivo para analisar projetos, afirma Mauro de Nadal

“Um grande desafio e uma grande honra para um parlamentar de primeiro mandato.” Esta é a definição do trabalho desenvolvido e coordenado pelo deputado Mauro de Nadal à frente da presidência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina em 2013.

O deputado Mauro destaca que o ritmo acelerado dos trabalhos nas reuniões de todas as terças-feiras só foi conseguido com a compreensão e a determinação de todos os parlamentares integrantes da CCJ. “Foram eles que, juntamente com as suas equipes de assessores, contribuíram para atender ao nosso pedido durante a posse na Comissão, que era alcançar a meta traçada de buscar zerar a pauta e possibilitar o trâmite de todos os projetos que deram entrada na Casa.”

Segundo Mauro de Nadal, o ritmo foi tão bom que a média de análise de proposições por reunião da comissão atingiu número superior a 30 sendo estas de origem Parlamentar, do Executivo, do Judiciário e do Ministério Público.

O parlamentar salienta que nesta legislatura os deputados analisaram importantes legislações para a sociedade catarinense. Mauro de Nadal cita como exemplo a PEC 3/2013, que acaba com o instituto do voto secreto nas votações do Legislativo catarinense. Outro projeto, de origem do Executivo, que teve grande repercussão junto à sociedade é o que trata das normas de segurança contra incêndio. Neste projeto, no qual Mauro de Nadal foi relator, mais oito propostas haviam sido apresentadas por deputados.

Na CCJ também passou a análise do Código Estadual do Meio Ambiente, em que Mauro também foi o relator. Segundo ele, Santa Catarina terá uma legislação que



dará garantias de desenvolvimento ao setor produtivo e proteção do meio ambiente.

HOMENAGEM

DESTAQUE PARA A CONSTITUINTE ESTADUAL

O encontro de gerações de parlamentares catarinenses ocorreu na noite do dia 23 de outubro, por ocasião da Sessão Solene para lembrar os 25 anos da Constituição Estadual e os seus deputados constituintes.

Coube ao deputado Mauro de Nadal a grata satisfação de fazer o pronunciamento de saudação em nome dos 40 deputados da Casa. No discurso, a tônica foi lembrar a importância da democracia, que desde muito tempo, seja por pensadores gregos, renascentistas

ou pelos atuais cientistas políticos, é sempre o centro dos debates nas sociedades. Mauro destaca que a Constituição Estadual foi escrita com a participação de todos os setores da população.

Mauro de Nadal defendeu que o conhecimento dos fatos do passado são úteis para elucidar problemas do presente. Na antiguidade, o Direito trazia a marca dos deuses e dos reis. Mas ele observou que, na modernidade, a razão está em primeiro plano no Direito.

OESTE

QUEM É DA REGIÃO VAI AO GABINETE 108

O gabinete 108 tem sido o ponto de encontro dos prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e demais lideranças do Oeste e Extremo-Oeste. Através deste contato, o deputado Mauro de Nadal recebe inúmeras reivindicações de apoio para questões que visam melhoria da qualidade de vida da população que vive nos municípios daquelas regiões. As principais reivindicações estão relacionadas ao atendimento à saúde, educação, melhorias nas estradas e obras de infraestrutura. Por vezes também chegam ao gabinete, jovens estudantes que viajam para a Capital com a finalidade de conhecer como funciona o Parlamento catarinense. “Aqui recebemos todos de braços abertos”, afirma Mauro de Nadal.



Deputado recebe estudantes da EEB Madre Benvenuta, de São João do Oeste.





MOACIR SOPELSA

PMDB

Idade: 67 anos

Formação/Profissão: Produtor Rural

Base Eleitoral: Meio Oeste | Oeste

Mandatos: 1999-2003 | 2003-2007 | 2007-2011 | 2011-2015

EXPERIÊNCIA

AGENDA COMPROMETIDA COM OS CATARINENSES

Sopelsa mantém representação calibrada com a população e traz a defesa do segmento agrícola como marca da atuação parlamentar

A facilidade de interlocução na esfera pública e o comprometimento com a representação regional são marcas da atuação parlamentar do deputado Moacir Sopelsa, bem como, o foco para as questões ligadas ao meio agrícola. Por isso, a par de suas constantes atenções às questões que envolvem principalmente os interesses do Meio Oeste e Oeste catarinense, o ano legislativo teve a marca de ações em defesa de produtores agrícolas, do segmento cooperativo e do apoio à abertura de mercados para nossas agroindústrias.

No desempenho do seu quarto mandato, Sopelsa mantém o perfil de assiduidade nos compromissos essencialmente parlamentares, em sessões plenárias e reuniões das comissões técnicas da Assembleia do Estado de Santa Catarina, inclusive presidindo a de Agricultura e Política Rural. Acumulou, também, as presidências

de duas Frentes Parlamentares: do Cooperativismo (Frencoop/SC) e da Suinocultura. Assumiu, ainda, a função de relator da CPI da Telefonia Móvel, criada para apurar problemas que afligem usuários e que resultou no comprometimento das operadoras com a melhoria dos serviços.

Durante todo o ano, Sopelsa se desdobrou com a agenda permanente de compromissos numa base que compreende mais de 40 municípios, onde faz questão de estar sempre em contato com os catarinenses, para manter a representação popular calibrada com pleitos de diversos segmentos, com o entendimento de que essa é a principal função do deputado estadual. Como representante da bancada governista no Parlamento, entende que uma de suas missões é ajudar o Executivo no atendimento aos pleitos ajustados às áreas essenciais de atuação do Estado, como saúde, educação e segurança pública, bem como, a questões ligadas à política agrícola.



Deputado conduz audiência pública da Comissão de Agricultura em Alfredo Wagner, no final de setembro.

INTERLOCUTOR MEDIÇÃO DE CONFLITOS NA AGRICULTURA

O status sanitário diferenciado de Santa Catarina em relação ao restante do país que garante o reconhecimento internacional de nossos rebanhos como livres de febre aftosa sem vacinação foi assunto debatido na audiência pública da Comissão de Agricultura que tratou a possível criação da carreira de fiscal agropecuário, reivindicação de servidores da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc). A posição divergente da direção da empresa responsável pelo controle da sanidade animal e de barreiras sanitárias nas divisas estaduais fez a comissão atuar como mediadora em defesa dos interesses da cadeia produtiva associada à indústria frigorífica.

Na linha de mediação, Sopelsa atuou na questão que envolve agricultores que trabalham em lavouras de cebola contando com diaristas e são fiscalizados pelo Ministério do Trabalho. Outra situação de conflito mediada pela Comissão buscou acordo entre avicultores e frigoríficos que atuam no sul catarinense.

FRENTE APOIO UNÂNIME E INÉDITO

Nunca antes uma Frente Parlamentar contou com o apoio unânime para sua criação como a instalada para defender interesses da suinocultura. Num ano de aberturas de novos mercados para a carne suína catarinense no exterior, o que beneficia a cadeia formada por cerca de 10 mil produtores. Sopelsa, que apresentou a proposta e foi aclamado seu presidente, passou a trabalhar com uma pauta de reivindicações que inclui entre prioridades a participação do governo para assegurar o abastecimento de milho, a melhoria da defesa sanitária, política de incentivos fiscais e a redução da tarifa de energia elétrica.



Grupo de produtores suínos de Concórdia



NARCIZO PARISOTTO

DEM

Idade: 67 anos

Formação/Profissão: Pastor Evangélico

Base Eleitoral: Oeste e Meio-Oeste

Mandatos: 1995-1999 | 1999-2003 | 2003-2007
2007-2011 | 2011-2015

VALORES

PARISOTTO NORTEIA SEU MANDATO EM DEFESA DA FAMÍLIA

Deputado propõe e estimula ações de governo voltadas ao bem-estar do cidadão e que atenuam o sofrimento dos mais humildes

Entre os principais focos de atuação do deputado Narcizo Parisotto está o de propor e apoiar ações de governo voltadas ao bem-estar do cidadão, contribuindo para atenuar o sofrimento dos mais humildes e reivindicar recursos, auxiliando prefeitos e vereadores do Estado.

Parisotto entende que a melhoria na qualidade de vida das pessoas é consequência direta do acerto no investimento dos recursos públicos na forma de infraestrutura, saneamento, saúde e investimento na geração de empregos. “Desta maneira podemos renovar a cada dia a esperança do nosso povo catarinense, povo ordeiro e trabalhador.”

Com a responsabilidade de representar aproximadamente 50 mil famílias catarinenses que lhe confiaram os seus votos, o deputado fez contundente manifestação durante a discussão do Projeto de Lei 315/13, que pretende instituir o Conselho Estadual de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais de Santa Catarina. Parisotto expôs de maneira sóbria, sincera e aberta, que “significativa parcela da população não se encontra satisfeita com as drásticas transformações sociais e suas consequências”.

Parisotto destacou que sua posição, bem como a daqueles que representa, é contrária a qualquer tipo de violência e discriminação. “Por isso entendemos que gays, lésbicas, travestis e transexuais devem ser tratados iguais e não melhores ou privilegiados em relação a outros segmentos sociais”.

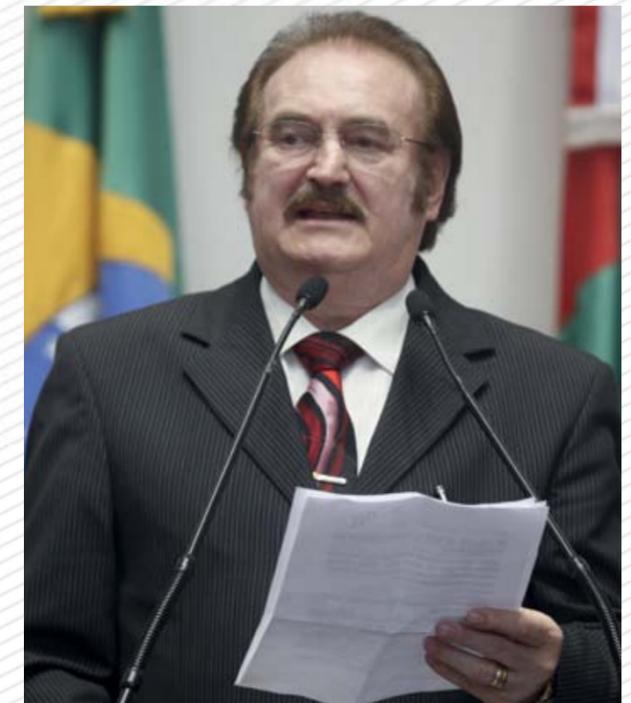
Parisotto afirma que não é contrário às pessoas homossexuais, mas por convicção moral, filosófica e de princípios cristãos, ele e seus eleitores não concordam com esta prática. Tanto na Comissão de Constituição e Justiça quanto em Plenário, Parisotto votou contrário à iniciativa e a proposta foi retirada da pauta por falta de quórum para votação.

INFORMAÇÃO

LEI DE PARISOTTO BUSCA CONSCIENTIZAR E PREVENIR O CÂNCER INFANTIL

O deputado Narcizo Parisotto teve a iniciativa de apresentar o projeto de lei que institui 23 de novembro como o Dia de Combate ao Câncer Infantil em nosso Estado, já aprovado e transformado na Lei 16.161. O principal objetivo é estimular a realização de ações educativas e preventivas associadas à doença, promoção de debates e outros eventos sobre as políticas públicas de atenção integral às crianças com câncer, difusão dos avanços técnico-científicos relacionados com a doença e promoção de apoio para crianças afetadas e seus familiares.

A preocupação em promover uma ampla discussão sobre o tema está fundamentada nos números divulgados pelo Instituto Nacional do Câncer (INCA). Estima-se que 70% das crianças com câncer possam ser curadas quando ocorrer o diagnóstico precoce. A cada ano são estimados mais de nove mil novos casos de câncer infanto-juvenil, configurando a segunda causa de mortalidade proporcional entre crianças e adolescentes de 1 a 19 anos.



APOIO

ASSOCIAÇÃO CORAL ACALANTO, DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

Diante da relevância das atividades e dos propósitos da Associação Coral Acalanto, de Balneário Camboriú, Narcizo Parisotto teve a iniciativa de declará-la de utilidade pública. A Associação tem por finalidade incentivar a prática e o desenvolvimento da cultura musical em todas as suas formas de expressão, podendo manter convênios de intercâmbio cultural com entidades congêneres, públicas ou particulares, nacionais ou estrangeiras. Entidades como esta, que fazem a diferença em suas comunidades, devem receber estímulo e apoio do poder público para garantir suas atividades e ampliar as ações.





NEODI SARETTA

PT

Idade: 50 anos

Formação-profissão: Advogado

Base eleitoral: Oeste e Meio-Oeste

Mandatos: 1995-1999/ 1999-2000/2011-2015

EDUCAÇÃO

INSISTÊNCIA E PERSISTÊNCIA PELA EXPANSÃO DO ENSINO PÚBLICO

Universidade pública e de qualidade no interior do Estado é uma das frentes de atuação do deputado Neodi Saretta

Uma das principais lutas do deputado Neodi Saretta tem sido a expansão do ensino superior público e de qualidade no Estado. Esteve à frente da implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, que já é uma realidade, com sede em Chapecó e unidades no Paraná e Rio Grande do Sul.

Agora, atua pela instalação do segundo campus em Santa Catarina, dessa vez em Concórdia, para atender aos cursos da área de Engenharia. "É uma luta de muita insistência e persistência. Estamos no caminho certo", afirma o deputado.

Ainda sobre o Ensino Superior, cobrou a implantação das prometidas unidades da Udesc em Caçador e Joaçaba.

Além disso, está sempre atento às necessidades das escolas do Estado, propondo ações e cobrando melhorias. Teve aprovado o projeto de lei que institui a Semana Catarinense de Reciclagem nas Escolas Públicas Estaduais. Também atua no diálogo com as entidades representativas de professores e demais servidores da educação, nas reivindicações pela melhoria de salário e condições de trabalho.

Em 2013, Saretta comemorou a destinação dos royalties do pré-sal (recursos pagos pela exploração de petróleo) para duas áreas fundamentais. Serão 75% destinados à Educação e 25% para a Saúde, aplicados de forma progressiva. Segundo o deputado, "são recursos cuja aplicação deixará um legado para o país. As gerações futuras herdarão as melhorias que vão acontecer". Para haver ainda mais investimentos na Educação, reivindica o aumento do percentual aplicado na área, que hoje é de 25% da arrecadação estadual. "O Estado deveria seguir o exemplo de boa parte dos municípios que, em

média, investem nesta área mais do que o valor mínimo exigido pela Constituição", defende.

ATUAÇÃO

SEMPRE PRESENTE NAS PRINCIPAIS DISCUSSÕES

O deputado Neodi Saretta é um dos mais assíduos nas sessões plenárias da Assembleia Legislativa. Está sempre presente nas discussões sobre temas polêmicos e essenciais para Santa Catarina, votando pelos interesses legítimos da população. Na Comissão de Finanças e Tributação, da qual é membro, e como presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, atua no encaminhamento e análise de projetos para áreas de destaque no Estado.

Saretta é defensor da realização do Orçamento Regionalizado, uma ferramenta que aproxima comunidade e governo das decisões de suas cidades e regiões. "O Orçamento Regionalizado vem buscando se firmar, mas ainda é um mecanismo que precisa de aperfeiçoamentos", declara.

Este ano apresentou Projeto de Emenda Parlamentar (PEC) reduzindo em 50% o percentual de assinaturas necessárias para a proposição de projetos de iniciativa popular na Assembleia Legislativa.



FRENTES

PELA SAÚDE DO TRABALHADOR E PELO SERVIÇO PÚBLICO

Por proposição do deputado Neodi Saretta, foram criadas duas Frentes Parlamentares, das quais é presidente. A frente parlamentar em Defesa da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora vem realizando seminários com diversas categorias profissionais.

Já a Frente em Defesa do Serviço Público de Qualidade visa promover o debate com representantes dos trabalhadores e do poder público. "Quando se fala em qualidade no serviço público, no atendimento ao cidadão, lembramos sempre dos investimentos, recursos. Porém, muitas vezes esquecemos de quem é fundamental para que tudo funcione bem: o servidor público", afirma.





NILSON GONÇALVES

PSDB

Idade: 63 anos

Formação/Profissão: Advogado e Comunicador de Rádio e TV

Base Eleitoral: Joinville e região

Mandatos: 1999-2003 | 2003-2007 | 2007-2011 | 2011-2015

ATIVIDADES

RITMO INTENSO NO ESCRITÓRIO REGIONAL

Programas diversos para famílias e mulheres auxiliam na melhoria de vida e trazem novas oportunidades à população

O ritmo do trabalho realizado no escritório regional do deputado estadual Nilson Gonçalves, em Joinville, foi intenso durante todo o ano de 2013, sempre buscando atingir o maior número de famílias com projetos sociais.

Entre os projetos mais eficazes estão as oficinas sociais, que levam às comunidades, conhecimento sobre artesanato e fabricação de pães caseiros. Também são realizadas palestras educativas para gestantes carentes que, além da informação sobre aleitamento materno e outros cuidados na gravidez e pós-gravidez, recebem Kits bebê para seus filhos confeccionados pelas voluntárias da Casa Amarela. Mais de 250 gestantes foram atendidas em 2013 com enxoval, fraldas e outros produtos infantis doados.

Outras 80 entidades receberam a equipe da Casa Amarela, não só na cidade de Joinville, mas também em São Francisco do Sul, Garuva, Balneário de Barra do Sul, Araquari, Itapoá, Jaraguá do Sul e Campo Alegre, totalizando cerca de duas mil pessoas beneficiadas no período. “Os números são tão surpreendentes quanto a abrangência desses projetos sociais, que levam dignidade às pessoas, respeito e oportunidades para que aprendam e melhorem sua condição de vida,” afirma Nilson Gonçalves.

LEIS

PROPOSTAS TÊM AMPLA ABRANGÊNCIA SOCIAL

O deputado Nilson Gonçalves produziu em 2013 diversas matérias, totalizando 176 proposições com ampla abrangência social. Temas que estão em discussão na

mídia, como uma lei que fala sobre a divulgação dos dados e postagens de fotografias de crianças e adolescentes desaparecidos em embalagens de alimentos, remédios e bebidas que são fabricadas no Estado.

A obrigatoriedade da instalação de pontos sonoros adaptados nas portas de entrada dos ônibus urbanos também foi assunto de matéria apresentada em 2013, beneficiando pessoas com necessidades especiais. A instalação de rampas de acesso à calçada junto aos pontos de parada de ônibus urbanos para cadeirantes foi outro tema apresentado.

PRIORIDADE

SEGURANÇA PÚBLICA É FOCO DE AÇÃO

Em 2013, o deputado Nilson Gonçalves esteve por diversas vezes no município de Garuva, distante a 38 quilômetros de Joinville, para acompanhar o processo de doação do terreno por parte da prefeitura para a construção do prédio próprio da delegacia de polícia. Para este projeto, Nilson Gonçalves fez uma emenda parlamentar de R\$ 500 mil que contempla uma estrutura totalmente nova para a Polícia Civil do município.

Coibir a violência em Itapoá foi outra preocupação de Nilson Gonçalves que, em 2013, recebeu a visita dos



vereadores Geraldo Weber e Márcia Moraes (PSDB). Os vereadores pediram ajuda por conta dos problemas na segurança pública do município. A solicitação prioritária foi o aumento do número de policiais e viaturas. As outras demandas foram maior proteção nos acessos da cidade, retomada do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) e possibilidade de transformar o Pelotão da Polícia Militar (PM) em Companhia.

A situação da segurança pública na cidade, na opinião da presidente do Conselho de Segurança Pública de Itapoá, Dayana Karina Correa da Silva, “é preocupante”. Conforme ofício da entidade, a Polícia Militar conta com 28 servidores e duas viaturas sem condições de uso. Tem em seu quadro efetivo, quatro ou cinco policiais por turno para fazer trabalho de campo em uma área de 256,1 quilômetros quadrados.

O documento também aponta que a equipe da Polícia Civil no município é composta por um delegado, um escrivão e cinco agentes. As corporações prestam serviços a uma população de mais de 18 mil habitantes, que chega a 200 mil na alta temporada. O argumento apresentado pelo Conselho é que outros municípios turísticos que possuem o mesmo perfil populacional de Itapoá, como Piçarras e Porto Belo, têm o dobro do contingente policial.

Em 2013, a Polícia Civil registrou 3.165 boletins de ocorrência. Entre os casos, foram seis homicídios, dois sequestros e vários assaltos à mão armada. Medidas para ampliar a segurança foram encaminhadas pela Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina.





PADRE PEDRO BALDISSERA PT

Idade: 56 anos

Formação/Profissão: Filosofia, Pedagogia e Teologia

Base Eleitoral: Oeste e Extremo Oeste

Mandatos: 2003-2006 | 2007-2010 | 2011-2014

JUSTIÇA

FIM DE SALÁRIO VITALÍCIO DOS EX-GOVERNADORES NAS MÃOS DE JOAQUIM BARBOSA

Desde 2006, Padre Pedro trava uma batalha judicial para acabar com o salário vitalício de R\$ 27 mil pago aos ex-governadores catarinenses

O ministro relator de Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio Mello, garantiu ao deputado Padre Pedro que o parecer está pronto para análise. A luta do parlamentar contra benefício concedido aos políticos começou em 2006.

Em 2006, o deputado Padre Pedro Baldissera (PT) iniciou uma batalha judicial para acabar com o salário vitalício de R\$ 27 mil pago aos ex-governadores de Santa Catarina. Além dos projetos e ações dirigidas à agricultura familiar, ao desenvolvimento estratégico de setores como a agroecologia, a vitivinicultura e a piscicultura, esta é uma bandeira permanente do parlamentar.

“Tivemos diversas decisões no sentido da inconstitucionalidade. Não é admissível, nem moral nem legalmente, que um político tenha benefícios especiais diante de outros cidadãos. Temos agricultores, por exemplo, que trabalham 50 anos e sequer conseguem uma aposentadoria”, argumenta o deputado.

“Começamos a trabalhar em cima deste tema em 2006 e várias decisões judiciais confirmam nossa tese. Estes recursos precisam ser dirigidos para outras áreas, prioritárias”.

Em agosto, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio Mello, garantiu ao Padre Pedro que a decisão de colocar em votação o processo que pode acabar com os salários vitalícios dos ex-governadores depende apenas do presidente do STF, Joaquim Barbosa. Além da Adin da Procuradoria Geral da República, outra ação movida por Padre Pedro também

pode entrar na pauta do STF. Nela, o parlamentar solicita que a decisão do STF que acabou com o salário vitalício no Mato Grosso do Sul seja aplicada também em Santa Catarina.

Padre Pedro também tem duas ações populares no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, e uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) na Assembleia, todas solicitando o fim da aposentadoria vitalícia para ex-governadores. “Começamos a trabalhar em cima deste tema em 2006 e de lá para cá tivemos várias decisões favoráveis. Aliás, em todo país a Justiça demonstrou a inconstitucionalidade do pagamento de um salário vitalício a ex-governadores, em especial, como ocorre aqui em Santa Catarina”, afirma o parlamentar.

FOCO

AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA

A agricultura familiar e a agroecologia são duas pautas que continuam no foco do mandato do deputado Padre Pedro. O Projeto de Lei 561, por exemplo, apresentado em novembro de 2013 pelo parlamentar, prevê a criação de uma política específica de desenvolvimento para a bacia leiteira. O foco é agir sobre os problemas que impedem o crescimento e prejudicam a renda – e a qualidade de vida – das famílias. Isso tem impacto direto sobre o êxodo rural.



O Simpósio da Rede Aquífero Guarani/Serra Geral alertou para a gravidade da contaminação da água nas principais bacias hidrográficas do Estado.



Uma das cinco audiências do Conselho da Juventude, em Chapecó. Atividades reuniram mais de 800 jovens, em cinco municípios do Estado.

Na área da agroecologia, uma das principais vitórias foi a aprovação do projeto que cria o Dia Estadual da Agroecologia, já transformado na Lei 16.166. A ideia é abrir espaço ao debate sobre o modelo agroecológico e incentivar a realização de eventos que aproximem a sociedade catarinense da agroecologia, desde feiras até campanhas nas escolas. A data, 3 de outubro, marca o nascimento de Ana Maria Primavesi, precursora da agroecologia no Brasil.

O parlamentar também protocolou uma proposta de Plano Estadual de Agroecologia, que entrará em debate na Assembleia em 2014.

LUTAS

JUVENTUDE, MEIO AMBIENTE E GÊNERO

O ano também foi marcado por um debate de fôlego pela implantação do Conselho da Juventude. O envio do projeto foi articulado pelo parlamentar em conjunto com movimentos e entidades. Em cinco audiências foram cerca de 800 participantes.

Outra pauta, o meio ambiente, teve 10 seminários debatendo a gestão hídrica no Estado. O Fórum para Preservação do Aquífero Guarani e das Águas Superficiais, presidido por Padre Pedro, também atuou em conjunto com outras entidades na luta por uma política sustentável para o Estado.

O ano foi encerrado com o lançamento da Frente dos Homens pelo Fim da Violência Contra a Mulher. Padre Pedro pretende iniciar um debate dirigido aos homens, com ações em escolas e apoio a medidas que garantam a redução do quadro de violência observado em Santa Catarina. Entre os 100 municípios com mais casos de violência contra a mulher, cinco estão em Santa Catarina.





RENATO HINNIG

PMDB

Idade: 59 anos

Base Eleitoral: Grande Florianópolis

Mandatos: 2007 - 2011 | 2011 - 2015

DESTAQUE

HINNIG PROMOVE AÇÕES POR MAIS MOBILIDADE, PELA REGIÃO METROPOLITANA E EM DEFESA DO SETOR PRODUTIVO

Deputado Renato retornou à Assembleia Legislativa com a missão de apoiar e defender a Grande Florianópolis e todo o Estado

Após 27 meses na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, onde coordenou ações visando o desenvolvimento econômico e sustentável de 13 municípios da região, o deputado estadual Renato Hinnig retornou ao Parlamento estadual, em junho de 2013, com a missão de continuar apoiando e defendendo os interesses da Grande Florianópolis e do Estado de Santa Catarina, principalmente dos segmentos que representa, grande parte ligados ao empreendedorismo e a setores produtivos, visando a redução de impostos para um crescimento mais efetivo da economia catarinense.

O deputado Renato retornou ao Parlamento com sentimento de dever cumprido. Durante sua passagem pelo Executivo estadual, foi possível estabelecer um novo ritmo de ações, projetos e investimentos para os 13 municípios que integram a região da Grande Florianópolis, dando encaminhamentos para problemas críticos como os apresentados na área de Educação, com obras de pequeno, médio e grande porte em mais de 80 escolas, assim como a construção de novas unidades. Ele também atuou fortalecendo setores como o desenvolvimento econômico, infraestrutura, segurança e meio ambiente, além de ações diretas junto a cada município. O deputado ainda destaca a promoção e inserção de bandeiras estratégicas para a região, entre elas, a defesa por soluções de mobilidade urbana; a criação de consórcios intermunicipais; a efetivação da região metropolitana; e a atração de investimentos através do programa Invest in Santa Catarina.

Ao todo, em 27 meses, o deputado garantiu investimentos superiores R\$ 665 milhões para os municípios da região.

Hinnig explica que seu retorno à Assembleia de Santa Catarina é uma reivindicação dos segmentos apoiadores que precisam de sua atuação para o encaminhamento de projetos, fiscalização e acompanhamento de ações no Legislativo. "Entendo que nossa missão à frente da SDR foi cumprida, atendendo às reivindicações das cidades e criando mecanismos para o desenvolvimento da região", destaca.

No Legislativo, o deputado destaca-se na luta por soluções de mobilidade urbana, defesa por menos impostos e mais crescimento para os setores produtivos, efetivação da região metropolitana e propostas em prol de uma gestão eficiente nos diferentes níveis de governo.

PROGRAMA DEPUTADO GARANTE INVESTIMENTOS INTERNACIONAIS EM SANTA CATARINA

Consolidar condições favoráveis à atração de investimentos estrangeiros diretos para o Estado de Santa Catarina. Este é o objetivo do Programa Invest in Santa Catarina, que foi consolidado com apoio do deputado Renato. Entre os resultados concretos desta importante ação, o príncipe Khaled Bin AlWaleed, da Arábia Saudita, presidente do grupo de capital fechado de investimentos em longo prazo KBW, esteve em Santa Catarina no final de 2013, para anunciar ao governo do Estado e ao Parlamento estadual a instalação de seu holding de investimentos no Brasil.



Deputado Renato atende a imprensa para repassar informações de sua atuação parlamentar à sociedade catarinense.



Renato Hinnig foi responsável pela agenda do príncipe Khaled Bin AlWaleed (à direita), que anunciou investimentos no Estado.

O príncipe, que conheceu o estado através do programa Invest in Santa Catarina, também manifestou interesse em parcerias público-privadas, nas áreas de engenharia, mineração e infraestrutura, entre outras. A agenda do príncipe em Florianópolis foi coordenada pelo deputado Renato. "Trata-se de um investimento com amplo potencial de crescimento e geração de emprego e renda para Santa Catarina", afirma.

MOBILIDADE HINNIG ESTIMULA USO DE CICLOVIAS COM APOIO DE ENTIDADES DO SETOR

Hinnig é parlamentar atuante na busca por soluções de mobilidade urbana, com diversas ações de destaque na área e visando garantir a promoção do uso da bicicleta, com um sistema cicloviário adequado. Representantes de diversas entidades ciclísticas e técnicas construíram junto com o deputado estadual Renato Hinnig uma nova formatação para o projeto de lei que visa implantar um sistema cicloviário em Santa Catarina. Protocolado no dia 8 de agosto de 2013 pelo deputado, o projeto foi objeto de intensos debates durante a Semana Estadual de Mobilidade Urbana, realizada pela Assembleia do Estado de Santa Catarina, por proposição de Hinnig.





RENO LUIZ CARAMORI PP

Idade: 67 anos

Formação / Profissão: Técnico em
Contabilidade / Técnico em Supervisão de
Segurança no Trabalho / Empresário

Base Eleitoral: Caçador e Região

Mandatos: 1991 - 1995 | 1995 - 1999 | 1999 - 2003
2003 - 2007 | 2007 - 2011 | 2011 - 2015

ATUAÇÃO

RAPIDEZ E DINAMISMO PARA ATENDER AGENDA DIVERSIFICADA

Deputado Reno acumula participação ativa em comissões, fóruns e frentes parlamentares que tratam de importantes temas sociais

Mobilidade urbana, demarcação de terras indígenas, regulamentação e regularização das atividades dos Bombeiros Voluntários em Santa Catarina, bem como, a situação precária de muitas rodovias catarinenses foram os assuntos mais constantes na pauta de trabalho do deputado Reno Caramori em 2013. Conduzido novamente à presidência da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, o deputado segue presidente do Fórum Permanente da Silvicultura, vice-presidente da Frente Parlamentar Catarinense em Defesa do Cooperativismo e membro da Comissão de Pesca e Aquicultura. Reno representou a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina em vários eventos e solenidades e, trouxe ao Plenário manifestações e debates sobre questões importantes,

sempre atendendo reivindicações e empenhado na promoção e defesa dos produtos genuinamente catarinenses, em especial os do agronegócio.

Parlamentar que há mais tempo se dedica à questão dos bombeiros, Reno não mediu esforços e trabalhou com vigor pela aprovação da PEC que concedeu poder de polícia aos Bombeiros Militares e Voluntários em Santa Catarina.

Por proposição do deputado Reno, foram comemorados, nos respectivos municípios, os 180 anos de emancipação política de Biguaçu e os 80 anos da colonização de Treze Tílias e foi realizada sessão solene em homenagem aos 55 anos do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/SC.

Em setembro, em solenidade do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG/SC), Reno recebeu do presidente do MTG/SC o título de Cônsul Honorário do Rio Grande do Sul, assinado pelo governador do Estado vizinho, justificado "pelos destacados serviços na difusão do tradicionalismo e da cultura do Rio Grande do Sul". O certificado foi entregue para Reno Caramori pelo presidente do MTG-SC, Orides Luiz Pompeo, durante a sessão especial em comemoração aos 40 anos de fundação da entidade, em reconhecimento ao seu empenho pelas causas do movimento.

COMISSÃO MOBILIDADE URBANA EM DISCUSSÃO

Reconduzido à presidência da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Assembleia do Estado de Santa Catarina em 2013, o deputado Reno Caramori reagiu com energia às insinuações publicadas na imprensa atribuindo a responsabilidade pelo atraso na construção da alça de contorno a Florianópolis à falta de mobilização política dos catarinenses. "Não foi por falta de mobilização política, mas por falta de vontade política do governo federal que a obra não saiu do papel até agora", sentenciou o parlamentar.

Em setembro, a Comissão de Transportes promoveu na Assembleia do Estado de Santa Catarina a Semana Estadual da Mobilidade Urbana, com ciclo de palestras, seminário e oficina, com a participação de autoridades e técnicos convidados. "Urge que se discuta incessantemente e cada vez mais a questão da mobilidade urbana, que se apresenta como um dos



grandes problemas da atualidade a serem enfrentados por administradores em todos os níveis, não só nas grandes cidades como também nos municípios de menor porte", avalia Reno.

RESGATE ATENDIMENTO A ANTIGOS PLEITOS

Por conta de seus seis mandatos consecutivos, o deputado Reno Caramori comemorou a aprovação, em 2013, de muitos pleitos e reivindicações suas antigas, algumas apresentadas, até mesmo, durante o primeiro mandato, em 1991.

Em 2013, à exemplo das ações desenvolvidas em outras legislaturas, Reno trabalhou em prol dos bombeiros em Santa Catarina, solicitou a realização de obras e a pavimentação de rodovias, reivindicou benefícios para instituições como Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc) e outras, para o agronegócio e para os produtos catarinenses. E comemorou resultados positivos em muitas ações às quais dedicou grande parte do seu trabalho parlamentar.

Reno também representou a Assembleia do Estado de Santa Catarina em várias oportunidades, indicou a realização de eventos e audiências públicas sobre assuntos de interesse da população e deu suporte, com sua equipe de gabinete, a vários pleitos da comunidade, em especial, o apoio aos micro e pequenos empresários, para que sobrevivam e participem do progresso de Santa Catarina.





ROMILDO TITON

PMDB

Idade: 57 anos

Formação/Profissão: Produtor Rural

Base Eleitoral: Meio-Oeste

Mandatos: 1995-1999 | 1999-2003 | 2003-2007 |
2007-2011 | 2011-2015

SUSTENTABILIDADE

REVISÃO DO CÓDIGO AMBIENTAL FOI PRIORIDADE PARLAMENTAR

Titon privilegia a agricultura e o Meio-Oeste com ações para o desenvolvimento e com trabalho de revisão do Código Estadual de Meio Ambiente

A atuação do vice-presidente da Assembleia Legislativa, deputado Romildo Titon em 2013, foi marcada pela atuação em prol de sua base eleitoral, o Meio-Oeste, por iniciativas envolvendo o desenvolvimento sustentável e pelo trabalho como coordenador da revisão do Código Estadual de Meio Ambiente.

Depois de quatro meses de análises e consultas a entidades dos mais variados setores ligados ao tema, a proposta final de revisão do Código Ambiental de Santa Catarina foi entregue em agosto por Titon ao presidente da Assembleia, deputado Joares Ponticelli (PP). Em seguida, o documento foi entregue ao governador Raimundo Colombo (PSD).

A revisão representa a garantia do desenvolvimento sustentável de Santa Catarina no campo e na cidade. Na área rural a matéria beneficia a agricultura familiar, responsável por mais de 90% da nossa produção. Isso porque entre as principais adequações estão regras mais brandas para pequenas propriedades rurais com atividades consolidadas (existentes até 22 de julho de 2008). Nas cidades, a matéria repassa para os municípios a capacidade de legislar sobre as áreas urbanas consolidadas, garantindo o desenvolvimento econômico das regiões.

O parlamentar também ministrou palestras em eventos para discutir o futuro das construções já existentes em áreas urbanas consolidadas. Seminários ocorreram em Campos Novos, no Meio-Oeste, e em Lages, na Serra.

PÚBLICO-ALVO FORAM VEREADORES E PREFEITOS

O projeto de lei alterando o Código Ambiental de Santa Catarina prevê que os próprios municípios também possam tratar das Áreas de Preservação Permanente (APPs) em áreas urbanas consolidadas levando em consideração sua realidade local. “Será importante a autonomia dos municípios, respeitando as necessidades de cada região”, destacou Titon.

O Código Florestal Brasileiro não prevê regras claras sobre a situação de construções próximas de APPs. A lei federal fala em avaliar propriedade por propriedade em projeto de regularização fundiária, limitando o recuo mínimo de 15 metros das APPs (rios, cursos d’ água, etc.), o que praticamente inviabiliza a indústria em várias regiões do Estado.

CAMPOS NOVOS TITON APOIA FESTIVAL DE CULTURA

Visto como um marco para o Meio-Oeste, o 1º Festival Literário e Cultural Camponovense (Flicam) foi outra ação importante do deputado Titon, que foi o seu maior apoiador. O evento agitou Campos Novos entre os dias 19 e 22 de setembro e projetou novos rumos para a cena cultural da região. O Flicam, realizado no Clube Aqua Camponovense, atraiu mais de 10 mil visitantes e tem tudo para entrar na agenda anual da cidade. Afinal, além de estimular a leitura, o festival encantou o público com a diversidade de atrações: palestrantes de renome como Moacir Pereira e Jairo Bauer, oficinas, contação de histórias, exposições de filmes, grupos de dança, teatro, música e feira do livro com preços populares.



Segundo o deputado Romildo Titon, apoiador do festival, geralmente esses eventos são realizados em cidades de grande porte. “Por isso a importância de levar essas iniciativas para as cidades de médio porte, oportunizando ao jovem mais acesso à cultura e estímulo à leitura”, destacou.

EVENTOS DEPUTADO ARTICULA PALESTRA E HOMENAGENS

O deputado Titon articulou palestra do ícone do basquete nacional Oscar Schmidt em Campos Novos. Na sua quarta participação no programa Encontros com a Assembleia, o ex-atleta apresentou a cerca de 1,2 mil pessoas a palestra “Desafios e Superação”, no dia 15 de outubro, no Centro de Eventos Galpão Crioulo.

Em 2013, Titon também reverenciou o PMDB Mulher de Campos Novos, que tem mais de 20 anos de fundação e conta com 300 filiadas. Outra sessão homenageou o Parque Termal Piratuba, empreendimento turístico que tem 47 anos de atividades e foi contemplado, recentemente, com o prêmio Beto Carrero de Excelência no Turismo.





SARGENTO AMAURI SOARES

PSOL

Idade: 47 anos

Formação: Bacharel em Ciências Sociais /
Sociologia Política

Profissão: Policial Militar

Base eleitoral: Praças da Polícia Militar e Cor-
po de Bombeiros, servidores da segurança e
funcionários públicos

Mandatos: 2007 – 2011 | 2011-2015

DESTAQUE

SAÚDE PÚBLICA ESTADUAL É PRIORIDADE

Deputado trabalha contra a entrega da gestão de hospitais para organizações sociais

A defesa da saúde pública estadual e dos servidores da área foi um dos destaques do trabalho do deputado Sargento Amauri Soares (PSOL). A política do atual governo do Estado de entregar a administração das unidades hospitalares para as chamadas organizações sociais (OS) foi alvo de constantes críticas.

O anúncio do Executivo de entrega da gestão do Hospital Florianópolis para a Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM) foi rejeitado pelo parlamentar. “Este é um assunto tão grave que não, mas ganhou repercussão. Na licitação para a gestão do Hospital Florianópolis venceu a mesma empresa que já enrola na administração do Samu e do Hospital de Aranguá. A SPDM trata com deboche a saúde pública de Santa Catarina”, criticou.

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-SC) já havia considerado irregular a contratação da organização social SPDM para gerenciar o Serviço Móvel de Urgência (Samu) catarinense. A denúncia ao Tribunal foi feita pelo parlamentar quando a Secretaria da Saúde abriu concurso de projetos para escolher uma OS para administrar o Samu.

As medidas provisórias, de autoria do Executivo, que tramitaram na Assembleia Legislativa sobre melhorias na saúde pública foram criticadas pelo deputado. Segundo ele, entre as três propostas, o principal problema estava na MP que previa gratificações de desempenho de produtividade e indenização de produção apenas para médicos e gestores. “É uma lógica discriminatória, que não percebe que a saúde é um processo mais amplo, complexo e interdisciplinar”, disse.

Por outro lado, Sargento Soares foi uma das vozes que defendeu a vinda de médicos estrangeiros, em especial

cubanos, para o Brasil. Ele ressaltou os índices de saúde no país caribenho e a experiência dos profissionais em atuação em áreas críticas mundo afora que podem contribuir com a melhoria da saúde nos rincões do Brasil.

PROPOSTA ISONOMIA E TRANSPARÊNCIA PARA DIÁRIAS E PUNIÇÃO PARA GESTORES PÚBLICOS

O deputado Sargento Amauri Soares apresentou o Projeto de Lei 475/2013, que estabelece a isonomia entre as diárias recebidas pelos agentes públicos militares e civis (servidores, contratados e comissionados) em todos os poderes e instâncias do setor público estatal. A proposta estabelece maior rigor na concessão e controle das prestações de contas e garante a transparência e o acesso à informação a todos os atos relativos à concessão, ao pagamento e à prestação de contas de diárias aos servidores públicos estaduais.

Outra ação do deputado é o Projeto de Lei Complementar 41/2013, que altera a Lei Orgânica do Tribunal de Contas, declarando irregulares, automaticamente, as contas dos gestores públicos que não aplicarem 15% em Saúde, 25% em Educação e dos que não gastarem 60% dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício.



CRÍTICA PODER DE POLÍCIA PARA BOMBEIRO VOLUNTÁRIO É INCONSTITUCIONAL

Sargento Soares considerou inconstitucional a aprovação da lei que dá poder de polícia administrativa ao Corpo de Bombeiro Militar com a inclusão dos chamados Bombeiros Voluntários. Ele criticou a base do governo que fez emendas ao projeto original do Executivo. “O poder de polícia é indelegável à uma instituição pública, no caso os Bombeiros Militares”, disse. Para ele, o Parlamento e o governo, que sancionou a lei com emenda, erraram ao permitir que uma entidade de direito privado tenha poder de polícia. Outros parlamentares e o Ministério Público também se posicionaram a favor da tese do deputado.





SERAFIM VENZON

PSDB

Idade: 60 anos

Formação profissional: Médico Urologista

Base eleitoral: Brusque e região

Mandatos: 2007-2011 | 2011-2015

MANDATO

VENZON FECHA O ANO COM DEVER CUMPRIDO

Dentre as principais ações, parlamentar reivindica melhorias para o SUS, luta para elevar arrecadação do FIA no Estado e repassa recursos para 16 cidades catarinenses

O deputado estadual Serafim Venzon (PSDB) atuou em diversas frentes em 2013, com destaque na área de Saúde e Assistência Social. O parlamentar apresentou nove projetos de lei e três indicações legislativas durante o ano. Foi relator de 92 projetos na Comissão de Constituição e Justiça e quatro na Comissão de Saúde. À frente da Comissão em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, foi o responsável pelo ciclo de audiências públicas que debateu a situação do adolescente em conflito com a Lei no Estado.

Médico e conhecedor dos problemas da saúde no Brasil, Venzon usou a tribuna diversas vezes para debater a situação do SUS. O parlamentar, inclusive, fez uma indicação à presidente da República, Dilma Rousseff, visando alterar o modelo de gestão do SUS. O texto pede

modificações nos critérios de credenciamento, valores repassados às instituições e gestão plena.

Ainda na área da Saúde, Venzon criticou a decisão do governo federal de importar cerca de seis mil médicos estrangeiros para atuar no Brasil. Segundo ele, o problema da saúde no Brasil não é a falta de médicos e sim a má gestão do SUS. Em 2012, mais de 388 mil médicos trabalhavam no território nacional, o dobro aconselhado pela Organização Mundial de Saúde. O país forma 16 mil profissionais por ano.

O parlamentar também participou ativamente de audiências para impedir o encerramento das atividades de hospitais filantrópicos pelo Estado. Todos os 158 hospitais filantrópicos de Santa Catarina ameaçavam fechar as portas. Com a Comissão de Saúde, fez vitórias em unidades hospitalares.

Na economia, Venzon mostrou-se preocupado com o desempenho do país. Na última década, o Brasil cresceu em torno de 2,2%, menor índice da América Latina, abaixo da média global. Além disso, 90% da população economicamente ativa está endividada.

SINTONIA

PRÓXIMO DOS MUNICÍPIOS E DO CIDADÃO

O deputado estadual Serafim Venzon destaca-se pela proximidade que tem com o cidadão. Em 2013, fez diversas viagens a trabalho em todas as regiões do Estado. Ele também liberou, através de emenda parlamentar, R\$ 3 milhões, provenientes do Fundo de Apoio aos Municípios (Fundam), para 16 municípios catarinenses.

O parlamentar foi eleito o relator da Comissão Especial de Regularização Fundiária, que visa apoiar os municípios e o Plano Estadual de Regularização Fundiária.

COMISSÃO

LUTA PELOS MENORES CATARINENSES

Ex-secretário de Assistência Social, Serafim Venzon levantou a bandeira da área durante o ano. O parlamentar quer que a assistência social receba investimentos obrigatórios do governo estadual e municipal, conforme já ocorre com a Saúde e a Educação.

Presidente da Comissão em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente em Santa Catarina, Venzon realizou uma série de audiências públicas para debater a situação do adolescente em conflito com a lei. As audiências constataram que Santa Catarina não possui um sistema socioeducativo adequado, o que impossibilita a reinserção do jovem na sociedade.



Para melhorar esse quadro, Venzon lutou pelo aumento da arrecadação do FIA (Fundo para Infância e Adolescência) no Estado. Viajou para outros estados, como Minas Gerais e Paraná, destaques na aplicação dos recursos do Fundo, para buscar alternativas que possam ser aplicadas em Santa Catarina.

Ainda na área da infância, Venzon foi o proponente do Projeto de Lei 324/2013, que prevê a exibição de fotos de crianças e adolescentes desaparecidos nas salas de cinema do Estado. O parlamentar também apresentou o Projeto de Lei 123/2013, que prorroga o mandato dos conselheiros tutelares.

RECONHECIMENTO A QUEM FAZ O BEM

Na Assembleia Legislativa, Serafim Venzon homenageou duas pessoas que fazem a diferença. Em abril, reverenciou, com Ato Parlamentar Solene, o dentista Felipe Damerou Ouriques, idealizador do "Projeto Gabriel Social". A solenidade foi um reconhecimento ao trabalho voluntário prestado pelo odontólogo em auxílio ao menino Gabriel Victor do Nascimento Garcia, de oito anos, de Tijucas, portador da síndrome de Teacher-Collings.

Em novembro, homenageou com a Comenda do Legislativo o empresário Antônio Ogliari, nascido em Botuverá, que iniciou a carreira como aprendiz em uma companhia têxtil e hoje é proprietário do Grupo Atlântica, que gera mais de 600 empregos diretos. Com as homenagens, Venzon também enaltece os inúmeros benfeitores que seguem anônimos entre a população.





SILVIO DREVECK

PP

Idade: 60 anos

Formação/Profissão: Administrador

Base Eleitoral: Planalto Norte

Mandatos: 2007-2011 | 2011-2015

INICIATIVA

DEPUTADO SILVIO DREVECK PRESIDE CPI DA TELEFONIA EM SANTA CATARINA

Comissão foi instalada em busca de respostas para a má qualidade do serviço no Estado

O vice-líder do PP, deputado Silvio Dreveck, presidiu a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apurou a precariedade dos serviços de telefonia móvel oferecidos pelas empresas que operam em Santa Catarina. O requerimento para a instalação da CPI, que conseguiu a adesão de todos os parlamentares, também foi de autoria do deputado.

A CPI foi composta por sete membros e contou com um prazo de 180 dias para apurar os principais problemas no serviço de telefonia móvel no Estado e cobrar soluções dos responsáveis. “Nosso objetivo foi amenizar o problema da telefonia em Santa Catarina, garantindo, assim, o direito a um serviço de qualidade ao consumidor”, ressalta Dreveck.

Em um primeiro momento, a CPI convidou diversas instituições a fim de coletar informações para dar o norte aos trabalhos. Na sequência, a Comissão ouviu os representantes das operadoras e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Em novembro, a Comissão finalizou os trabalhos com a entrega de um relatório contendo conclusões, recomendações e um termo de compromisso assinado pelas operadoras. Entre outras garantias de melhorias, destaca-se o compromisso da operadora TIM em ampliar o sinal para um raio de 30 quilômetros da sede de todos os municípios de Santa Catarina até 2015. “A lei vigente exige que o sinal cubra apenas 80% da sede dos municípios. A ampliação da cobertura trará benefícios para todos os catarinenses, principalmente para quem mora no interior ou trafega pelas rodovias e sofre com a precariedade do serviço”, afirma o deputado.

REVISÃO NECESSIDADE DE NOVA LEGISLAÇÃO FEDERAL

Além de Santa Catarina, outros 17 estados implantaram a CPI da Telefonia em suas Assembleias Legislativas em 2013. Um dos pontos levantados pelo movimento nacional é a necessidade de atualização na legislação federal vigente do setor. “A atual Lei Geral das Telecomunicações é de 1997, quando a telefonia fixa ainda predominava no mercado. Hoje, a alteração da legislação é indispensável para garantir a qualidade no serviço das mais de 260 milhões de linhas de telefonia móvel habilitadas no país”, defende Dreveck.

INFRAESTRUTURA DREVECK PEDE AÇÃO CONJUNTA PARA GARANTIR FERROVIA NO ESTADO

O deputado pediu uma ação suprapartidária para manter o traçado original da linha ferroviária que irá ligar Maracajú, no Mato Grosso do Sul, ao litoral. O desenho original da linha apresentado no Programa de Concessões do governo federal previa a ligação através de Mafra, seguindo até o porto de São Francisco do Sul. Neste ano foi apresentado um traçado fazendo a ligação com o porto de Paranaguá, excluindo, assim, o estado de Santa Catarina. “Precisamos unir a bancada catarinense e fazer um apelo para manter o traçado original. Se a ligação não vier por Mafra, não teremos a oportunidade de integrar o sistema ferroviário no Estado”, defendeu o deputado.



Dreveck preside o Parlamento do Sul (Parlasul), entidade que tem trabalhado para alavancar ações necessárias para a construção, ampliação e melhoramento da malha ferroviária na América do Sul. O Parlasul é formado por parlamentares do Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Uruguai, Argentina, Paraguai e Chile.

TRABALHO PARA MELHORAR AS RODOVIAS DE SANTA CATARINA

O deputado Silvio Dreveck deu sequência aos esforços para melhorar as rodovias catarinenses. Em indicações feitas na Assembleia Legislativa e audiências com autoridades, Dreveck reivindicou soluções urgentes para diversas estradas, entre elas SC-122, SC-418, SC-410, SC-412, SC-415, SC-420, SC-457, SC-465, BR-280 e BR-477.

Uma das prioridades para o deputado foi o trecho da SC-418 (antiga SC-301), conhecido como “Rodovia dos Móveis”, que liga São Bento do Sul com o distrito de Fragosos. Há sete anos Dreveck tem trabalhado para conseguir melhorar a rodovia que é um dos segmentos mais utilizados para escoar a economia do Norte catarinense. Em 2013, o governador do Estado assinou o edital para a contratação da empresa que executará a obra. As obras serão realizadas em 2014.





VALDIR COBALCHINI PMDB

Secretário de Estado da Infraestrutura

Idade: 49 anos

Formação/Profissão: Advogado

Base Eleitoral: Caçador e Meio-Oeste

Mandatos: 2007-2011 | 2011-2015

OBRAS

COBALCHINI LIDERA A INFRAESTRUTURA DO ESTADO

Deputado ocupa o cargo de secretário de Estado, responsável por mais de R\$ 3 bilhões em investimentos do Pacto por SC

O deputado estadual do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Valdir Cobalchini, está licenciado da Assembleia Legislativa para ser o secretário de Estado de Infraestrutura. Sob a sua pasta está grande fatia de investimentos do Pacto por Santa Catarina. Atualmente são mais de 100 obras em andamento em todas as regiões do Estado, com investimentos que ultrapassam R\$ 3 bilhões. "Nunca tivemos em um só governo um volume de obras deste tamanho. É, sem dúvida, o maior de nossa história", anuncia o secretário.

Cobalchini avalia o trabalho como muito positivo. "Estamos concluindo o terceiro ano de atividades na Secretaria e agora começamos a ver os resultados do trabalho de toda a nossa equipe, liderada pelo governador Raimundo Colombo. Tivemos um grande

trabalho para buscar fazer os projetos, buscar os recursos e agora vemos as obras se tornando realidade", explica o secretário Cobalchini.

O secretário cita as obras que estão sendo feitas em todas as regiões, como o grande resultado do trabalho. "Com o apoio do governador, dos deputados e junto com a equipe do Deinfra, estamos tirando do papel obras esperadas há muito tempo pela população, como a Serra do Corvo Branco, a duplicação do acesso a Chapecó, a restauração de rodovias importantes do Meio-Oeste, o contorno viário de Criciúma, a duplicação da Santos Dumont, em Joinville, e tantas outras", argumenta Cobalchini. "Não há nenhuma região do Estado sem obras", completa.

Além de obras novas, Cobalchini destaca que através do Pacto por SC está sendo feito um grande

programa de restauração de rodovias. "Precisamos manter esse patrimônio que são as nossas rodovias, por isso estamos restaurando rodovias, melhorando o traçado e aumentando a capacidade de tráfego, com a construção de terceiras faixas e nova sinalização", salienta o secretário.

ACIDENTES

PONTOS CRÍTICOS DAS RODOVIAS ELIMINADOS

Desde que assumiu a Secretaria de Infraestrutura, o secretário Valdir Cobalchini vem desenvolvendo, com sua equipe, um trabalho para eliminar os pontos críticos causadores de acidentes nas rodovias. Através de um estudo da Polícia Rodoviária Estadual foi identificado que cerca de 70% dos acidentes se repetem em 140 pontos críticos. A partir desse estudo, técnicos do Deinfra elaboraram os projetos que agora estão sendo executados.

"Santa Catarina é um dos estados brasileiros onde mais ocorrem acidentes de trânsito e nós precisamos apagar essa mancha. O governo está fazendo a sua parte, tratando o problema com seriedade, melhorando as condições das rodovias, eliminando esses pontos", explica Cobalchini. Além disso, o secretário também defende uma grande campanha de conscientização dos motoristas.



MONUMENTO

PONTE HERCÍLIO LUZ SENDO RESTAURADA

Dentre as grandes obras sonhadas pelos catarinenses está a restauração da Ponte Hercílio Luz. Fechada para o trânsito há mais de 20 anos, esse patrimônio dos catarinenses está recebendo as obras de restauração, com previsão de entrega para a sociedade no final de 2014.

Para que sejam trocados os olhais danificados, está sendo construída uma ponte sob a ponte. Com essa estrutura será possível fazer o trabalho com segurança. Atualmente está sendo construída a super-estrutura que vai suspender o vão central durante as obras.





VALMIR COMIN

PP

Idade: 52 anos

Formação/Profissão: Técnico em Edificações

Base eleitoral: Sul do Estado

Mandatos: 1999 - 2003 | 2003 - 2007 |
2007 - 2011 | 2011 - 2015

ATUAÇÃO

LÍDER DO PP DEDICOU 2013 EM DEFESA DOS CATARINENSES

Ação firme voltada aos interesses maiores da sociedade catarinense é a marca do parlamentar

Líder do Partido Progressista (PP), o deputado Valmir Comin marcou 2013, à exemplo dos anos anteriores, pela ação firme voltada aos interesses maiores da sociedade catarinense. Liderando igualmente os esforços dos catarinenses em defesa de temas como o carvão mineral e o término da duplicação da rodovia BR-101, no trecho Sul. Comin deu ênfase a questões de profundo alcance social, especialmente aquelas que dizem respeito à saúde. Sem deixar de lado a luta por obras que têm reflexo em toda a região Sul, como a efetiva concretização da Barragem do Rio do Salto, em Timbé do Sul. Vale lembrar que foi Comin o grande batalhador para o surgimento da Barragem do Rio São Bento, em Siderópolis, uma luta que levou anos para se tornar realidade.

Embora ausente do Plenário e comissões durante dois meses em função do acordo do Partido Progressista para valorização dos suplentes do PP, quando deu lugar ao suplente Altair Silva, de Chapecó, Comin manteve o mesmo ritmo de atuação atendendo às suas bases. Com relação ainda à Barragem do Rio do Salto, o parlamentar adotou caminhos para garantir a celeridade da obra: sugeriu a adoção de um Regime Diferenciado de Contratação, uma maneira de garantir a viabilidade dos recursos conquistados por meio de um convênio entre o Ministério da Integração Nacional e o governo do Estado.

Também alcançou grande repercussão em 2013, a ação de Comin que declarou de utilidade pública a Casa Guido, de Criciúma, unidade infantojuvenil de onco-hematologia, que presta atendimento especializado multiprofissional.

A instituição foi escolhida, entre outros motivos, por ter como missão o atendimento e a possível cura com qualidade de vida das crianças e adolescentes com doenças onco-hematológicas na região Sul. Com essa declaração de utilidade pública, a Casa Guido se habilita a buscar recursos nas esferas estadual e federal. O espaço atende cerca de 50 crianças e beneficia diretamente pessoas de 18 municípios da região.

RECONHECIMENTO

SANTUÁRIO DO CARAVAGGIO É PONTO TURÍSTICO

Uma das iniciativas exitosas do deputado Valmir Comin foi o reconhecimento pela Assembleia Legislativa do Santuário do Caravaggio como ponto turístico religioso de Santa Catarina. A proposta do parlamentar veio de uma sugestão de estudantes da Escola de Educação Básica Humberto Hoffmann, de Nova Veneza, apresentada no programa Parlamento Jovem.

A devoção em Nossa Senhora do Caravaggio atrai fiéis de várias cidades catarinenses e também de outros estados brasileiros. Essa mesma devoção veio junto com os colonos italianos que chegaram a Nova Veneza em 1891. No início, a adoração dos fiéis era junto a uma estampa da santa trazida da Itália; depois veio a construção de um oratório e posteriormente, em 1896, de uma modesta capela de madeira. Com a criação da Diocese de Tubarão, em 1954, surgiu a iniciativa da construção de um Santuário. A pedra fundamental foi lançada em 1963, e a sua inauguração, em 1º de outubro de 1967.



BANDEIRAS

LUTA PELO CARVÃO MINERAL E PELA INFRAESTRUTURA

O deputado Comin manteve, ao mesmo tempo, as ações que o caracterizam como forte defensor do carvão mineral, agilizando o intercâmbio com as lideranças políticas e empresariais de Santa Catarina e demais estados do Sul do país para inclusão e fortalecimento deste produto vital na fonte energética do Brasil. Além disto, destacou-se na luta pela melhoria da infraestrutura em Santa Catarina, em especial, dos setores ferroviário e aeroportuário, igualmente fundamentais para o desenvolvimento do Brasil.





VOLNEI MORASTONI PT

Idade: 63 anos

Formação/Profissão: Médico

Base Eleitoral: Itajaí

Mandatos: 1995-1999 | 1999-2003 | 2003-2004 |
2007-2011 | 2011-2015

SAÚDE

UM MANDATO DEDICADO AO BEM-ESTAR DOS CATARINENSES

Morastoni participou do processo de implantação das Redes de Atenção à Saúde e liderou comitiva para trazer mais recursos para hospitais

O deputado Volnei Morastoni tem um mandato dedicado principalmente à saúde dos catarinenses. Como presidente da Comissão de Saúde nos últimos três anos, realizou audiências públicas em todo o Estado e montou um diagnóstico preciso da área da Saúde. Em 2013, Morastoni participou do processo de implantação das Redes de Atenção à Saúde – programa do governo federal –, visitou hospitais, liderou comitiva para trazer mais recursos para hospitais e representou os deputados estaduais do país em organizações internacionais.

Com um amplo diagnóstico da saúde, Morastoni se reuniu com a secretária de Estado da Saúde, Tânia Eberhard, para solicitar atenção especial para temas discutidos em reuniões da Comissão de Saúde,

como prestação de contas da Secretaria; implantação das Práticas Integrativas e Complementares nos municípios; políticas para saúde da população negra; suplementação nutricional para pacientes oncológicos, e o uso indiscriminado de anabolizantes em academias, entre outros.

Morastoni dedica parte do seu atual mandato para buscar recursos em Brasília para investimentos na área da Saúde. Em 2013, participou de uma comitiva itajaíense e foi até Brasília, no Ministério da Saúde, solicitar recursos para mobiliar e equipar o novo complexo do Hospital Marieta Konder Bornhausen, de Itajaí, que está em construção. Foram assegurados R\$ 40 milhões para este fim, além da implantação de um Centro de Radioterapia no município.

O parlamentar fez campanha e montou pontos de coletas de assinaturas em diversas cidades para apoiar o Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública (Saúde + 10), que encaminhou projeto de lei de iniciativa popular para o Congresso Nacional para aumentar o financiamento da saúde pública brasileira. Santa Catarina colaborou com 170 mil assinaturas.

PROPOSTAS

QUATRO SUBCOMISSÕES INTENSIFICAM AS AÇÕES DA COMISSÃO DE SAÚDE

A saúde da população negra no Estado é tema de uma das subcomissões criadas em 2013. Em pauta, o desenvolvimento do anteprojeto de lei que institui a Política Estadual da Saúde Integral da População Negra. O anteprojeto entrou em consulta pública no segundo semestre.

Outra subcomissão foi criada para debater a necessidade de verbas destinadas à suplementação nutricional para pacientes com câncer, em tratamento ambulatorial de quimioterapia e ou radioterapia no Estado. Foi elaborada uma proposta à Secretaria de Estado da Saúde (SES) para resolver o problema da falta de recursos para atender essa demanda. Técnicos da SES estão analisando as propostas.



Instituir as práticas integrativas e complementares no Sistema Único de Saúde (SUS) é o desafio de outra subcomissão que elaborou um anteprojeto para definir uma política de implantação das práticas no Estado. O tema está sendo discutido com técnicos da SES e será apresentado ao governador.

Desenvolver propostas de combate ao uso indiscriminado de anabolizantes por participantes de atividades físicas, principalmente em academias no Estado, é o objetivo da última subcomissão criada em 2013.

ESPORTES

MORASTONI É VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SAÚDE DA COPA

Volnei Morastoni é o vice-presidente da Comissão de Saúde e Previdência Social da Confederação Parlamentar das Américas (COPA). Em 2013, foi o único parlamentar catarinense a proferir palestra na Comissão durante a XII Assembleia Geral.

De 29 de janeiro a 1º de fevereiro de 2014, Morastoni participará de outra reunião da COPA, em Paramaribo, Suriname, onde será relator do tema “Garantia do Direito à Saúde Reprodutiva, Materna, Neonatal e Infantil.”

O parlamentar também participa, a convite do Ministério da Saúde, de reuniões para monitorar o Plano Nacional de Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis.



ÍNDICE

DEPUTADOS SUPLENTE

Altair Silva (PP)	208
Arnaldo Moraes (PP)	209
Sandro Silva (PPS)	210
Taxista Voltolini (PPS)	211

*Suplentes que atuaram seis meses ou menos em 2013



ALTAIR SILVA

PP

Idade: 46 anos

Profissão: Empresário | Técnico Agrícola | Bacharel em Direito

Base eleitoral: Oeste

DEFESA DO OESTE FOI A MARCA DE ALTAIR SILVA NO LEGISLATIVO ESTADUAL

Deputado dedicou mandato ao agronegócio e também propôs redução de impostos a entidades filantrópicas e beneficentes

A defesa dos interesses da região Oeste, principalmente o agronegócio, marcou a passagem de Altair Silva pela Assembleia Legislativa. Segundo suplente do Partido Progressista (PP), assumiu a vaga de Valmir Comin em 1º de outubro.

Entre as principais ações durante sua estada no Parlamento estadual, estão a realização de sessão especial para lembrar o Dia do Técnico Agrícola - 5 de novembro -, e a sessão solene realizada em Chapecó para homenagear a ascensão do Clube Chapecoense à elite do futebol brasileiro.

O deputado fez várias indicações, como a que isenta de pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) as entidades filantrópicas e beneficentes sobre serviços de fornecimento de água, luz e telefonia.

Altair ainda pleiteou pavimentação asfáltica em rodovias de várias regiões do Estado. Nascido em Major Gercino, na Grande Florianópolis, pediu asfalto nos acessos ao Santuário de Santa Paulina.

Esta foi a segunda vez que Altair Silva assumiu uma vaga na Assembleia Legislativa. A primeira foi em 2008. O apoio do Partido Progressista para a chegada ao Parlamento foi reconhecido pelo parlamentar.



Sua base eleitoral é Chapecó, onde construiu sua carreira no Oeste catarinense. Além de técnico agrícola, é bacharel em Direito e proprietário de duas empresas ligadas ao ramo de irrigação.

Na eleição de 2010, somou 21.262 votos. Altair Silva agradeceu seus eleitores pelo apoio e confiança e aos colegas deputados que representam a região Oeste catarinense.

O parlamentar representou a Assembleia Legislativa na cerimônia promovida pela Associação Comercial e Industrial de Chapecó (ACIC), que o escolheu Empresário do Ano do município. Membro da instituição, ele presidiu a Câmara do Jovem Empresário de Chapecó por duas gestões.



ARNALDO MORAES

PP

Idade: 50 anos

Profissão: Empresário

Base eleitoral: Serra

REPRESENTANTE DA SERRA, ARNALDO MORAES PLEITEOU MELHORIAS NA REGIÃO DE LAGES

Empresário é o primeiro suplente do Partido Progressista e ocupou vaga na licença de José Milton Scheffer

Em 2013, o único representante da Serra catarinense a ocupar uma cadeira no Poder Legislativo foi o suplente do Partido Progressista (PP), Arnaldo Manfroi Moraes. O lageano foi empossado em 15 de agosto, ocupando a cadeira do deputado José Milton Scheffer por 60 dias.

Em seus pronunciamentos, participações em Comissões Permanentes da Casa e na análise das matérias, Moraes procurou legislar em favor da região Serrana. O processo de construção da hidrelétrica de Garibaldi, da região de Lages, foi destacado pelo deputado.

A construção da Hidrelétrica de Pai Querê, também na Serra, motivou moção do parlamentar ao Ministério das Minas e Energia e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), aprovada em Plenário. No documento, o parlamentar manifesta preocupação e solicita estudos e medidas para revisão do parecer que indeferiu o pedido de obtenção da Licença Prévia Ambiental para a instalação da usina.

Durante sua passagem pela Assembleia Legislativa, foi promovida sessão especial em Lages em homenagem ao artista Malinverni Filho. Moraes foi um dos propositores do ato, prestigiado por muitos lageanos. A defesa da Serra, segundo o deputado, se deve

às últimas posições em indicadores sociais, de desenvolvimento e de qualidade de vida. Moraes quer o fortalecimento da região que sempre contribui para a economia e o crescimento de Santa Catarina.

Em seu discurso de posse, agradeceu o apoio do Partido Progressista em possibilitar a sua chegada ao Parlamento. Destacou o apoio dos familiares e dos 24.125 eleitores que confiaram em suas propostas e outorgaram seus votos.

Arnaldo Moraes nasceu em Lages e já foi vereador da cidade por dois mandatos, chegando ao cargo de presidente do Legislativo municipal. Aos 50 anos, é empresário do ramo agropecuário.





SANDRO DAUMIRO SILVA

PPS

Idade: 37 anos

Profissão: Professor

Base eleitoral: Norte

SANDRO SILVA FOI O SEGUNDO NEGRO A ASSUMIR CADEIRA NO PARLAMENTO CATARINENSE

Representante de Joinville pleiteou melhorias para a região Norte, principalmente no atendimento às necessidades básicas da população

Depois da professora Antonieta de Barros, Sandro Silva foi o segundo negro a ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. O professor de Joinville, primeiro suplente do Partido Popular Socialista (PPS), assumiu a vaga de Altair Guidi por duas vezes em 2013.

Ocupou várias vezes a tribuna do Parlamento pleiteando melhorias para a região Norte em todas as áreas, principalmente no atendimento às necessidades básicas da população, como saneamento básico e saúde. Outra marca é a defesa e promoção dos direitos humanos, voltados especialmente à qualidade de vida e à saúde da população negra. É autor do projeto de lei que criou a Semana Estadual de Atenção à Saúde da População Negra, celebrada na terceira semana de maio.

Outro projeto de Sandro Silva obriga as empresas de telefonia móvel a disponibilizar ao consumidor prospecto contendo informações sobre a sua área de cobertura.

Sandro Silva é coordenador de uma subcomissão de atenção à saúde da população negra, formada na Comissão de Saúde. O parlamentar apoiou a redação do anteprojeto de lei que institui a Política Estadual da Saúde Integral da População Negra de Santa Catarina, submetido à consulta popular.

Foi eleito presidente da Câmara de Joinville em 2009. Em 2010 foi candidato a deputado estadual e conquistou 18.094 votos. A chegada ao Parlamento foi em 2012, quando assumiu pela primeira vez a cadeira do colega Altair Guidi.

Sandro Silva é casado e pai de um menino de sete anos. O jovem deputado é formado em Gestão de Recursos Humanos e também cursou Física na Universidade Estadual de Santa Catarina (Udesc), tendo em seu currículo oito anos de atuação como professor de Física e Química na rede estadual de ensino.



Mandato em defesa dos direitos humanos.



APARECIDO VOLTOLINI

PPS

Idade: 68 anos

Profissão: Taxista

Base eleitoral: Médio Vale do Itajaí

TAXISTA VOLTOLINI REPRESENTA MÉDIO VALE DO ITAJAÍ NO PARLAMENTO

Depois da carreira de 30 anos como taxista, Voltolini assumiu pela segunda vez uma cadeira como suplente na Assembleia Legislativa

Aparecido Voltolini, terceiro suplente do Partido Popular Socialista (PPS), assumiu uma cadeira no Parlamento catarinense em 6 de agosto devido à licença, por motivo de saúde, do titular da vaga, deputado Altair Guidi.

Durante os 60 dias que permaneceu na Assembleia Legislativa, taxista Voltolini chamou a atenção pela participação assídua nas sessões ordinárias e por sua natural simplicidade. Em seu discurso de posse, agradeceu aos eleitores do Médio Vale do Itajaí pelos 11.563 votos na eleição de 2010 e pela confiança depositada em suas propostas.

O representante de Benedito Novo atuou como taxista por 30 anos. Representante da categoria, sempre lutou por melhorias e criação de políticas públicas em benefício daqueles que dirigem diariamente pelas ruas catarinenses prestando relevante serviço.

Durante a passagem pela Assembleia Legislativa, Taxista Voltolini participou ativamente das reuniões das Comissões Permanentes da Casa, com relatoria em diversos projetos de lei. Atuou ainda em audiências públicas sobre temas como saúde, educação e segurança.



Simplicidade e participação assídua nas sessões ordinárias e comissões permanentes.



ADMINISTRAÇÃO

CÁSSIO MEDEIROS DE OLIVEIRA
Chefe de Gabinete da Presidência

CARLOS ALBERTO DE LIMA SOUZA
Diretor Geral

ANTONINHO TIBÚRCIO GONÇALVES
Diretor Administrativo

ANDRÉ FRETTA MAY
Diretor de Comunicação Social

JOSÉ ALBERTO BRAUSPERGER
Diretor Legislativo

ALINE BUSSOLO
Diretora Financeira

EVANDRO CARLOS DOS SANTOS
Diretor de Tecnologia e Informação

CARLOS ANTÔNIO BLOSFELD
Diretor de Recursos Humanos

REVISTA ANUAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA RELATÓRIO 2013

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Coordenadora de Imprensa:
Tayana Cardoso de Oliveira

Redação:
Alexandre Back, Ludmilla Gadotti, Marcelo Espinoza, Rony
Ramos, Tatiani Magalhães, Vitor Santos

Edição de Imagens:
Cleia Maria Braganholo

Fotografias:
Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Fábio
Queiroz, Jonas Lemos Campos, Lucas Diniz, Miriam Zomer e
Solon Soares.

Relatório Parlamentar:
Os resumos de atividades dos deputados estaduais em 2013 são
de responsabilidade dos assessores
dos gabinetes parlamentares.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA